



Departamento de História

A Política Externa dos Estados Unidos da América para África: A
Criação do Africa Command

Pedro Alexandre Barge Cunha

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de

Mestre em História, Defesa e Relações Internacionais

Orientador:

Professor Doutor Luís Nuno Rodrigues, professor associado,
Instituto Superior das Ciências do Trabalho e da Empresa – Instituto Universitário de Lisboa

Setembro, 2011

Agradecimentos

A escolha do tema da presente dissertação deve-se, essencialmente, ao professor doutor Luís Nuno Rodrigues que, ao aconselhar o estudo sobre uma matéria recente e pouco estudada, proporcionou uma investigação estimulante. Agradeço de forma sincera as oportunidades de investigação, bem como o profissionalismo, competência, rigor académico e disponibilidade demonstrados pelo professor doutor no desenvolvimento do presente trabalho.

Uma palavra de agradecimento à Marta Campos pelo apoio prestado, bem como pela ajuda na procura de lapsos de escrita.

Resumo

A criação do AFRICOM, em 2007, revelou uma aproximação dos EUA a África, representando um aumento da importância estratégica do continente africano. O AFRICOM apresentava algumas inovações relativamente aos restantes comandos de combate norte-americanos, uma vez que assumia uma postura interdepartamental ao incluir na sua estrutura, para além dos militares e civis do Departamento de Defesa, indivíduos de outros departamentos norte-americanos. A postura adoptada pelo comando de combate consistia no Princípio de Segurança Ativa, caracterizado por um engajamento em tempos de paz. A ação do AFRICOM consistia, essencialmente, na capacitação dos países parceiros africanos, embora também desenvolvesse iniciativas de carácter contra-terrorista. A postura dos países africanos perante a criação do AFRICOM foi, inicialmente, negativa, embora se tenha verificado uma evolução positiva ao longo do tempo.

Palavras-chave: AFRICOM, África, Comando de Combate, EUA, Política Externa

Abstract

The AFRICOM's creation, in 2007, revealed a closer approach of the United States towards Africa, which represented an increasing strategic importance of the African continent. Compared to its counterparts, AFRICOM presented some innovations, by including in its structure, not only militaries and civilians from the U.S. Department of Defense, but also officials from civil agencies. The AFRICOM's posture consisted in the Principle of Active Security, which were characterized by a peace time engagement. AFRICOM's activities consisted, essentially, in building African partners capabilities, but had also developed counter-terrorist initiatives. The African countries' posture towards the creation of AFRICOM was, in the beginning, negative. Though, there was a positive trend over the time, with the African countries being more approachable to the AFRICOM's initiatives.

Keywords: AFRICOM, Africa, Combatant Command, USA, Foreign Policy.

Índice

Glossário de Siglas	vi
INTRODUÇÃO	2
Objetivo geral	4
A problemática	4
Questão central e questões derivadas	5
Objetivos específicos.....	5
Metodologia	5
Divisão do trabalho	7
CAPÍTULO 1. A POLÍTICA DOS EUA PARA ÁFRICA DEPOIS DO 11 DE SETEMBRO	10
1.1 TREINO E COOPERAÇÃO MILITAR	10
1.2 OS INTERESSES PETROLÍFEROS NORTE-AMERICANOS EM ÁFRICA	18
1.3 INFLUÊNCIA E INTERESSES CHINESES NO CONTINENTE AFRICANO.....	26
CAPÍTULO 2. CONCEPTUALIZAÇÃO E CRIAÇÃO DO AFRICOM	32
2.1 CONCEITOS E DEFINIÇÕES	32
2.2 CAUSAS DIRETAS DA CRIAÇÃO DO AFRICOM.....	34
2.3 A ESTRUTURA DO AFRICOM.....	44
CAPÍTULO 3. REAÇÕES À CRIAÇÃO DO AFRICOM	54
3.1 AS POSIÇÕES AFRICANAS	55
3.2 PREOCUPAÇÕES E RECEIOS INTERNOS	60
CAPÍTULO 4. A MISSÃO DO AFRICOM	66
CAPÍTULO 5. A AÇÃO DO AFRICOM.....	82
CONCLUSÃO	100
FONTES E BIBLIOGRAFIA	104
ANEXO A	I

Glossário de Siglas

ACOTA – African Contingency Operations Training and Assistance
AFAFRICA – U.S. Air Forces Africa
AFRICOM – U.S. Africa Command
AMISON – Missão da União Africana na Somália
AOPIG – African Oil Policy Initiative Group
APS – Africa Partnership Station
ATA – Anti-Terrorist Assistance
CENTCOM – U.S. Central Command
CIA – Central Intelligence Agency
CJTF-HOA – Combined Joint Task Force – Horn of Africa
COCOM – Comando de Combate
CPSUA – Conselho de Paz e Segurança da União Africana
CSIS – Center for Strategic and International Studies
DOD – Departamento de Defesa dos Estados Unidos da América
DOS – Departamento de Estado dos Estados Unidos da América
EACTI – East African Counter-Terrorism Initiative
EUCOM – U.S. European Command
EXBS – Export Control and Related Border Security Assistance
EXIM BANK – Banco de Exportação e Importação da China
FBI – Federal Bureau of Investigation
FLAD – Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento
FMF – Foreign Military Financing
FOCAC – Fórum sobre Cooperação China-África
GAO – U.S. Government Accountability Office
HSV – High Speed Vessel
IASPS – Institute for Advanced Strategic and Political Studies
IMET – International Military Education and Training
IPRI – Instituto Português de Relações Internacionais
ISS – Institute for Security Studies
JFCOM – U.S. Joint Forces Command
MANPADS – Man-Portable Air Defense System
MARFORAF – U.S. Marine Corps Forces Africa

NADR – Nonproliferation, Anti-Terrorism, Demining and Related Programs
NAVAF – U.S. Naval Forces Africa
NORTHCOM – U.S. North Command
NSPD – National Security Presidential Directive 50
NWMDE – Nonproliferation of WMD Expertise
OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico
OEF-TS – Operation Enduring Freedom: Trans-Saharan
OMC – Organização Mundial do Comércio
ONG – Organização não Governamental
OOV – Operation Objective Voice
OPEP – Organização dos Países Exportadores de Petróleo
PACOM – U.S. Pacific Command
PEPFAR – President’s Emergency Plan for AIDS Relief
PSI – Pan-Sahelian Initiative
RUSI – Royal United Services Institute
SADC – Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral
SOCAFRICA – U.S. Special Operations Command Africa
SOCOM – U.S. Special Operations Command
SOUTHCOM – U.S. South Command
SSI – Strategic Studies Institute
STRATCOM – U.S. Strategic Command
TIP – Terrorist Interdiction Program
TRANSCOM – U.S. Transportation Command
TSCTI – Trans-Saharan Counter-Terrorism Initiative
TSCTP – Trans-Saharan Counter-Terrorism Partnership
UA – União Africana
USAID – Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional
USARAF – U.S. Army Africa
WMD – Armas de Destruição Maciça

INTRODUÇÃO

A 6 de fevereiro de 2007, George W. Bush anunciou a criação de um comando de combate (COCOM) direcionado para o continente africano, revelando uma aproximação a África, assim como o aumento da sua importância estratégica. O *U.S. Africa Command* (AFRICOM) foi estabelecido a 1 de outubro de 2007 como um sub-comando do *U.S. European Command* (EUCOM). Um ano mais tarde, a 1 de outubro de 2008, assumiu-se como um comando de combate autónomo. O primeiro comandante foi o General William E. “Kip” Ward, posteriormente substituído, em 2011, pelo General Carter F. Ham. Até à criação do AFRICOM, África estava sob a área geográfica de responsabilidade de três COCOMs – *U.S. Pacific Command*, *U.S. Central Command* e *U.S. European Command*.

Os comandos de combate norte-americanos foram criados após a 2ª Guerra Mundial, tendo como objetivo melhorar a organização e gestão das forças perante a possibilidade de um confronto armado contra a União Soviética e seus aliados. Até à criação do AFRICOM, o continente africano nunca foi prioridade na disposição dos COCOMs, pois até 1983 a África Subsariana não estava inserida na área geográfica de responsabilidade de nenhum comando de combate. Mesmo depois desse ano, enquadrava-se num plano secundário,¹ devido ao pouco interesse estratégico norte-americano na região.

Com o final da Guerra Fria e, mais tarde, os atentados terroristas de 11 de setembro de 2001, os EUA redobraram atenções para os estados falhados e para a ameaça terrorista, tendo desenvolvido uma guerra contra uma tática, a *Global War on Terror*. Neste contexto, África passou a assumir uma nova importância estratégica, uma vez que era o continente com o maior número de estados falhados e com grupos terroristas operacionais. Este foi um dos principais argumentos utilizados pela administração Bush para justificar a criação do AFRICOM. Outros argumentos, debatidos no meio académico e não assumidos explicitamente pelos EUA, centravam-se no aumento da importância do petróleo africano nas importações norte-americanas e na contenção da influência chinesa no continente africano.

A criação de um comando de combate para África revelava um maior envolvimento norte-americano no continente. A conceptualização desta nova estrutura foi baseada no contexto africano, de acordo com as suas ameaças e necessidades. Nesse sentido, o AFRICOM apresentava algumas inovações relativamente aos seus homólogos, pois incluía na

¹ Mesfin, Berouk (2009), “The establishment and implications of the United States Africa Command: An African perspective”, *ISS Paper*, (183), p.6.

sua estrutura, para além dos militares e civis do Departamento de Defesa, indivíduos de outros departamentos norte-americanos. Um dos representantes do comandante (*Deputy to the Commander*) era um embaixador do Departamento de Estado, responsável pelos assuntos civil-militar e direcionado para a harmonização das iniciativas do AFRICOM com os programas de outras agências e departamentos. Para além disso, o comandante e seus adjuntos tinham ao seu dispor uma equipa civil que providenciava apoio e aconselhamento em matérias específicas constituída por um conselheiro de política externa, do Departamento de Estado, um conselheiro para o desenvolvimento e assistência humanitária, do USAID, e um representante do Departamento do Tesouro. Tinham também um elemento do Departamento do Comércio que servia como representante do diretor de recursos (*deputy director of resources*) e um oficial sénior da Guarda Costeira, oriundo do Departamento de Segurança Interna. Este esforço interdepartamental foi concebido para responder à perspetiva holística assumida pelo AFRICOM.

Aquando do anúncio da criação do AFRICOM, a grande maioria dos países africanos revelou-se contra, embora em alguns casos a reação tenha sido favorável, como foi o caso da Libéria. Do ponto de vista interno, a orientação intra-governamental do AFRICOM levantou dúvidas, geradas pela definição pouco esclarecedora da missão do AFRICOM, por incompatibilidades administrativas e pela discrepância de recursos. O receio comum, interno e externo, era a possibilidade da militarização da política externa norte-americana para África.

Na abordagem às questões africanas, o AFRICOM aplicava o princípio da Segurança Ativa (*Active Security*) que consistia na prevenção de conflitos e no reforço das capacidades dos parceiros africanos, procurando o crescimento de governos fortes e de instituições legítimas que apoiassem o desenvolvimento das sociedades civis. Este princípio era acompanhado por uma visão holística que pressupunha a aplicação da abordagem dos “3-Ds” – Defesa, Desenvolvimento e Diplomacia – complementando mutuamente os esforços do Departamento de Defesa, da Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional e do Departamento de Estado. Convém referir que a abordagem holística não comprometia as competências habituais de um comando de combate, como ficou provado com a intervenção na Líbia, em 2011, quando o AFRICOM aplicou o uso de força letal. O comando de combate tinha como objetivos a profissionalização das forças africanas, respeitadoras do poder civil legítimo e da lei; a capacitação dos parceiros africanos, conferindo valências que permitissem o exercício da soberania em todo o território; e a contenção da ameaça terrorista, da proliferação de armas de destruição maciça e do crime transnacional.

A ação concreta do AFRICOM ia ao encontro da sua missão. Desenvolvia uma grande quantidade de iniciativas direcionadas para o desenvolvimento de capacidades dos parceiros africanos. As matérias de ação estendiam-se a vários setores, nomeadamente ao domínio da segurança marítima, capacidades médicas, comunicações, logística. Para além da transmissão de conhecimentos e capacitação dos parceiros africanos, os norte-americanos procuravam desenvolver e reforçar relações militares, nomeadamente através do estímulo à interoperabilidade militar, procurando compatibilizar os sistemas e métodos militares. Também desenvolviam esforços de contra-terrorismo, nomeadamente através da *Operation Enduring Freedom – Trans-Sahara*, a componente de apoio do Departamento de Defesa ao programa *Trans-Sahara Counterterrorism Partnership* do Departamento de Estado.

Objetivo geral

O objetivo geral desta dissertação é analisar a política externa norte-americana para África após o 11 de setembro de 2001, tendo como objeto específico de estudo o AFRICOM. Deve ter-se em consideração o contexto interno em que foi criado, a conjuntura internacional e as características próprias da sua área geográfica de responsabilidade, o continente africano.

A problemática

O presidente George W. Bush anunciou, a 6 de fevereiro de 2006, a criação do AFRICOM, revelando uma nova postura perante o continente africano. Este, outrora remetido para um plano secundário, passava a estar sob a responsabilidade de um único comando, o que representava um aumento da sua importância estratégica. No entanto, surgiram várias dúvidas e receios, tanto no plano interno como externo, sobre a sua missão e objetivos no continente africano. Estas reações eram justificadas pela falta de informação disponibilizada pela administração Bush sobre esta matéria. Os países africanos receavam o aumento da presença militar em África. Do ponto de vista interno, a postura inter-departamental do AFRICOM levantava receios sobre a sobreposição de competências. Em ambos os casos, a grande preocupação centrava-se na possibilidade de militarização da política externa norte-americana para África.

Questão central e questões derivadas

A partir da combinação do objetivo geral e da problemática surgiu a seguinte questão central: Em que medida a criação do AFRICOM corresponde a um novo nível de envolvimento dos Estados Unidos em África?

Pretende-se analisar a postura do AFRICOM perante os assuntos africanos, assim como o seu modo de atuação no continente, e determinar se as relações entre os EUA e os países africanos saíram reforçadas. Sem esquecer que as características próprias do continente africano tiveram uma grande importância na conceptualização do AFRICOM. Partindo da questão central, surgem outras questões:

1. Quais os interesses norte-americanos em África?
2. Quais as inovações associadas à estrutura do AFRICOM?
3. Porque razão ou razões os países africanos reagiram, na sua maioria, negativamente à criação do AFRICOM?
4. Qual o envolvimento dos departamentos civis na cúpula do AFRICOM?
5. Qual a missão do AFRICOM?
6. Que iniciativas desenvolve o AFRICOM?

Objetivos específicos

Depois da pesquisa e contacto com as fontes de informação, e tendo como enquadramento o objetivo geral, foram designados os objetivos específicos seguintes:

1. Determinar a importância do petróleo africano nas importações norte-americanas.
2. Determinar as razões que levaram à criação do AFRICOM.
3. Compreender porque é que o AFRICOM está sediado em Estugarda, Alemanha.
4. Definir a linha de comunicação do AFRICOM.
5. Determinar a abordagem do AFRICOM aos assuntos africanos.
6. Determinar os objetivos das iniciativas desenvolvidas pelo AFRICOM.

Metodologia

Criado em 2007 e autonomizado em 2008, o AFRICOM, o objeto específico de estudo desta dissertação, é uma estrutura recente. Por este motivo a bibliografia é escassa. Apesar de existirem artigos científicos publicados em revistas e coletâneas, estes não abrangiam todos os pontos estabelecidos como objetivos específicos, nem respondiam à totalidade das questões levantadas. Nestas circunstâncias, foi fundamental recorrer a fontes disponibilizadas pela Casa Branca, Departamento de Defesa (DOD), Departamento de Estado (DOS) e pelo próprio AFRICOM. Estas fontes incluíam relatórios oficiais, justificações sobre os orçamentos lançados nos anos fiscais, testemunhos perante a Câmara dos Representantes, acordos entre os EUA e países africanos, e as declarações de intenções dos comandantes do AFRICOM enviadas, anualmente, para Câmara dos Representantes. Este último documento assumiu grande importância, uma vez que facultava a postura do AFRICOM e a linha orientadora da sua ação. Para aceder a estas fontes de informação, a internet foi a ferramenta utilizada, pelo que desempenhou um papel preponderante no desenrolar da investigação e estudo associados a esta dissertação.

As notas de imprensa e os *press releases*, enviados pelo AFRICOM e DOD, também assumiram uma posição de destaque, visto que permitiram a elaboração de uma cronologia relativa aos eventos associados ao AFRICOM e, dessa forma, proceder ao enquadramento das suas iniciativas. Os discursos dos responsáveis pela criação e condução do AFRICOM também foram tomados em conta, assim como as comunicações apresentadas em colóquios e conferências por indivíduos relacionados com o comando de combate.

Neste projecto foi indispensável reflectir sobre a origem das fontes e, sempre que possível, cruzar informação. Quando a informação é elaborada e disponibilizada por agentes oficiais, podem surgir problemas de parcialidade, resultando na falta de pluralidade e no condicionamento da informação por parte de quem a emite, pelo que foi imprescindível a identificação da origem das fontes de forma a compreender o alcance da sua informação.

Seguindo a linha de pensamento de Pierre Salmon, os autores podem condicionar ou alterar a informação devido a vários fatores. Em primeiro lugar, podem ter interesse em mentir ou deturpar informações. Quando os autores ocupam uma posição subalterne, podem ser induzidos a deformar a verdade, uma vez que têm tendência para seguir os pontos de vista do seu superior.² De outra forma, o autor pode alterar a verdade por simpatia ou antipatia relativamente a um grupo de homens (nação, partido, cidade) ou a um conjunto doutrinal ou

² Salmon, Pierre (1978), *Historia y Crítica: Introducción a la metodología histórica*, Barcelona, Editorial Teide, p.104.

institucional. No caso militar, os relatórios podem ser corrigidos ou retocados para não contrariar as autoridades superiores.³ Portanto, para interpretar corretamente a informação foi necessário compreender a linguagem e o contexto associados, procurando a identificação do autor, a data e local de elaboração do documento.

Foi utilizada a grafia correspondente ao novo acordo ortográfico.

Divisão do trabalho

Seguindo as linhas orientadoras acima referidas, iniciou-se a dissertação com o enquadramento sobre os programas que definiam a política externa norte-americana para África, procurando os interesses norte-americanos no continente. Posteriormente, recorreu-se à problemática associada ao AFRICOM para compreender em que medida é que o seu estabelecimento correspondeu a um novo nível de envolvimento dos Estados Unidos em África, questão central.

No primeiro capítulo, de índole introdutória, pretende-se uma abordagem de contextualização, onde os factos são expostos de forma cronológica. Pretende-se explorar a “*Global War on Terrorism*” e os programas associados. Complementarmente, pretende-se demonstrar a importância do petróleo africano nas importações norte-americanas e a influência exercida pela China na região.

No segundo capítulo, pretende-se determinar as causas que motivaram a criação do AFRICOM, procurando compreender a sua estrutura orgânica, o que inclui as questões associadas à sede, e definindo os conceitos associados ao comando de combate. Neste capítulo também se pretende compreender a postura inter-departamental proposta pelo AFRICOM.

Com o terceiro capítulo pretende-se abordar as reações e posições perante a criação do AFRICOM, tanto no plano africano como doméstico, e perceber a linha de comunicação adotada pelo comando de combate e seu impacto na evolução dessas mesmas posições.

No quarto capítulo, pretende-se abordar a missão do AFRICOM, sendo importante considerar a postura dos comandantes face às características próprias do continente africano, os objetivos do comando de combate, e comparar as linhas de orientação de ambos os comandantes, General William Ward e General Carter Ham.

³ Idem, p.105.

O quinto capítulo surge como consequência da missão e, por isso, pretende-se exemplificar, com casos práticos, aquilo que foi abordado no capítulo anterior. Nesse sentido, procura-se fazer referência a programas, parcerias e exercícios executados pelo AFRICOM, referindo os objetivos, a ação concreta e os intervenientes.

No último capítulo, destinado às conclusões, expõe-se o resultado da investigação partindo da seguinte evidência empírica: a criação do AFRICOM está associada ao aumento da importância estratégica do continente africano numa perspetiva norte-americana.

CAPÍTULO 1. A POLÍTICA DOS EUA PARA ÁFRICA DEPOIS DO 11 DE SETEMBRO

1.1 TREINO E COOPERAÇÃO MILITAR

Na perspetiva dos Estados Unidos da América, o continente africano alcançou maior importância estratégica no início do século XXI. Os ataques terroristas de 11 de setembro de 2001 transportaram África para a “segunda frente” da *Global War on Terrorism*, a chave da política externa da administração Bush.⁴ Vários fatores catalisaram este novo olhar – a importância do petróleo, o perigo dos regimes radicais, a possibilidade de exportação de terrorismo, a influência diplomática chinesa, as enfermidades e a preocupação com os estados fracos, falhados e colapsados.

Várias medidas foram tomadas, comprovando a preocupação americana com África. No plano militar, a primeira, em 2002, envolveu o estabelecimento americano na base de Camp Lemonnier, Djibuti, atribuída à *Combined Joint Task Force – Horn of Africa* (CJTF-HOA), tendo como área de responsabilidade o Corno de África. O Djibuti assenta no estreito de Bab el Mandeb, à entrada do Mar Vermelho, e tem fronteira marítima para o golfo do Áden e terrestre para a Eritreia, Etiópia e Somália. A sua posição geográfica confere-lhe importância estratégica, tanto no combate à pirataria como na luta contra o terrorismo. Neste cenário, os EUA procuravam mobilidade dentro do país africano, e justifica-se esta afirmação analisando o acordo entre o governo dos EUA e o governo do Djibuti no acesso e utilização de infra-estruturas naquele país africano. No artigo XII – *Movement of Aircraft and Vehicles*,⁵ foi dito que “aeronaves, navios e veículos operados por, ou para, as forças norte-americanas podem entrar, sair e movimentar-se livremente dentro do território da República do Djibuti.” Oficialmente, Camp Lemonnier é a única base militar americana em África, e a disponibilidade do Djibuti para estar “na linha da frente na guerra contra o terrorismo e (...) ombro a ombro

⁴ Schraeder, Peter (2007), “The African Dimension in U.S. Foreign Policy in the Post-9/11 Era”, em Manuela Franco (org.), *Estratégia e Segurança na África Austral*, Lisboa, FLAD e IPRI, p.171.

⁵ “Agreement Between the Government of the United States of America and the Government of the Republic of Djibouti on access to and use of facilities in the Republic of Djibouti” (2003), *US State Department*, acessado em 27 de janeiro de 2011. Disponível em:

<http://www.state.gov/documents/organization/97620.pdf>.

com os EUA”⁶, tornava-o num dos maiores destinatários, *per capita*, da ajuda norte-americana.

Ainda em 2002, o Departamento de Estado (DOS) lançou outra medida, a *Pan-Sahelian Initiative* (PSI), que incluiu quatro países da região do Sahel – Chade, Mali, Mauritânia e Níger. O objetivo era garantir que os países desta região conseguissem monitorizar e fiscalizar as suas porções de terra, remotas e inabitadas, evitando que esses países se tornassem santuários para os grupos terroristas. A atuação consistiu no treino, através das Forças Especiais dos Estados Unidos associadas ao *Special Operations Command Europe*, um comando componente do *US European Command*, de tropas locais e na entrega de equipamento, como veículos 4x4 e equipamento de GPS. Financeiramente, o programa era limitado, cerca de 6.25 milhões de dólares⁷, assim como a sua área geográfica de atuação.

Os EUA consideraram que a ameaça incorporava uma área geográfica maior, ou seja, toda a região do Sahara. Neste sentido, o DOS lançou o *Trans-Saharan Counter-Terrorism Initiative* (TSCTI), em 2005, propondo uma verba de 500 milhões de dólares distribuídos por 5 anos, em substituição do PSI. Este programa incluía, para além dos países do PSI, a Argélia, Senegal, Tunísia, Marrocos e Nigéria. O enfoque do programa consistia em derrotar os grupos terroristas, fortalecendo as capacidades regionais de contra-terrorismo, descredibilizando a ideologia propagandeada pelos extremistas, reforçando as relações bilaterais militares com os EUA, e promovendo a democracia e a cooperação entre as forças de segurança regionais.⁸ A TSCTI desenvolvia esforços para que os cidadãos locais reconhecessem que os programas de assistência e treino eram patrocinados pelos EUA. Assim, foram criadas as *Military Information Support Teams* e *Civil Military Support Elements* que elaboravam mensagens públicas sublinhando a longevidade e profundidade do compromisso dos EUA no Norte de África. A âncora deste projeto era a Argélia que, segundo o DOS, “partilha interesse em combater o terrorismo (...) e reemergiu após uma década de violência terrorista”⁹. Quando o AFRICOM tomou a responsabilidade da componente militar desta iniciativa, em 2008, esta passou a designar-se por *Trans-Sahara Counter-Terrorism Partnership* (TSCTP). A vertente

⁶ U.S. Department of State (2006), *Congressional Budget Justification for Foreign Operations Fiscal Year 2007*, Washington, U.S. State Department, p. 273.

⁷ Schraeder, Peter (2007), “The African Dimension in U.S. Foreign Policy in the Post-9/11 Era”, em Manuela Franco (org.), *Estratégia e Segurança na África Austral*, Lisboa, FLAD e IPRI, p.177.

⁸ “The Trans-Sahara Counterterrorism Partnership” (s.a.), AFRICOM, acedido em 10 de janeiro de 2011. Disponível em <http://www.africom.mil/tsctp.asp>.

⁹ U.S. Department of State (2006), *Congressional Budget Justification for Foreign Operations Fiscal Year 2007*, Washington, U.S. State Department, p. 453.

de apoio do Departamento de Defesa a este programa designava-se por *Operation Enduring Freedom – Trans-sahara* e procurava melhorar o controlo fronteiriço, promover a governação democrática, desenvolver estruturas estatais, capacitar os parceiros africanos de forma a negarem refúgio a grupos terroristas e reforçar as relações militares regionais e bilaterais. Esta componente era da responsabilidade do AFRICOM e, por isso mesmo, está desenvolvida no capítulo 4 deste trabalho – A ação do AFRICOM.

Ainda no âmbito dos programas de segurança regional, os EUA lançaram, em 2003, o *East African Counter-Terrorism Initiative* (EACTI), dirigida pelo Departamento de Estado e incluía o Djibuti, Eritreia, Etiópia, Quênia, Tanzânia e Uganda. As suas ações direcionavam-se para programas de *law enforcement* e controlo de fronteiras, tendo como objetivo romper redes terroristas e prevenir potenciais ataques. A âncora desta iniciativa foi o Quênia, que tal como Djibuti, estava “na linha da frente na luta contra o terrorismo”.¹⁰

No plano da formação e cooperação militar, os EUA apostaram em programas de reforço das capacidades militares e no melhoramento das relações bilaterais. Nesse sentido, continuaram a recorrer ao *International Military Education and Training* (IMET), com origem em 1976, enviando militares estrangeiros, especialmente oficiais, para os EUA onde recebiam formação e absorviam a cultura americana. Para além do melhoramento das capacidades de combate e comando, o objetivo do programa consistia na transmissão de uma imagem positiva e duradoura dos EUA aos militares. Em 2005, quarenta e cinco países da África subsariana receberam a iniciativa, no entanto o Norte de África, onde “os oficiais de hoje poderão ser os líderes políticos de amanhã”,¹¹ continuou a ser prioritário. Veja-se o exemplo do ex-presidente da Tunísia, Zine Ben Ali, que participou no IMET antes de tomar o poder em 1987.

Outro programa que ganhou destaque a partir do 11 de setembro foi o *Foreign Military Financing* (FMF). Este programa foi desenhado para permitir aos governos considerados “amigos” a possibilidade de obterem equipamentos militares e treino, permitindo a modernização e fortalecimento das capacidades de auto-defesa, a salvaguarda das fronteiras e águas territoriais, a satisfação das necessidades de segurança do país e a cooperação na luta contra o terrorismo. Dentro desta iniciativa, surgiu, em 2005, o *Africa Coastal Border Security Program*, que complementou o TSCTP e o EACTI, referidos

¹⁰ U.S. Department of State (2005), *Congressional Budget Justification for Foreign Operations Fiscal Year 2006*, Washington, U.S. State Department, p. 268.

¹¹ Schraeder, Peter (2007), “The African Dimension in U.S. Foreign Policy in the Post-9/11 Era”, em Manuela Franco (org.), *Estratégia e Segurança na África Austral*, Lisboa, FLAD e IPRI, p.184.

anteriormente. O programa visou melhorar a capacidade africana de monitorização e defesa das suas costas, zonas marítimas e fronteiras terrestres dos terroristas e redes criminosas, assim como proteger as pescas, o petróleo e restantes recursos naturais.¹²

Ainda no plano do desenvolvimento de capacidades e competências africanas, os EUA lançaram, em 2002, o *African Contingency Operations Training and Assistance* (ACOTA), substituindo o *Africa Crisis Response Initiative*, criado pela administração Clinton em 1996. O programa, fundado e gerido pelo Departamento de Estado, foi concebido para melhorar a capacidade dos africanos na resposta a crises, providenciando aos militares formação e equipamento essenciais às operações de paz e humanitárias. Uma vez formados, estes militares estavam aptos a prestar serviço em várias organizações, como a União Africana e as Nações Unidas. O ACOTA é uma ferramenta crucial para que o AFRICOM consiga criar parcerias com os países africanos no âmbito das operações de *peacekeeping*. Neste sentido, o *US Africa Command* apoiou o ACOTA, providenciando conselheiros para as suas missões, cooperando com nações europeias interessadas em parcerias no treino de *peacekeeping* e coordenando missões ACOTA dentro da sua área geográfica de responsabilidade.¹³ São parceiros deste programa a África do Sul, Benim, Botswana, Burquina Faso, Burundi, Camarões, Etiópia, Gabão, Gana, Malawi, Mali, Mauritânia, Moçambique, Namíbia, Níger, Nigéria, Quênia, Ruanda, Senegal, Tanzânia, Uganda e Zâmbia. Em 2004, o programa ACOTA foi inserido na *Global Peace Operations Initiative*, mantendo igualmente o enfoque para a formação de militares africanos em matéria de operações de paz.

O *Nonproliferation, Anti-terrorism, Demining and Related Programs* (NADR) consistia num conjunto abrangente de programas, que não se destinavam apenas a países africanos, e mereciam destaque pela sua dimensão financeira – por exemplo, 399 milhões de dólares em 2004 e 500 milhões em 2008¹⁴. Começando pelas iniciativas de carácter anti-terrorista, o *Counter-Terrorism Financing* assistiu países em que o sistema financeiro era considerado vulnerável ao financiamento terrorista. Este programa providenciou apoio técnico e treino aos governos que procurassem melhorar as suas capacidades de investigação, identificação e interceção das correntes de dinheiro dos terroristas. A assistência incidu sobre

¹² U.S. Department of State (2005), *Congressional Budget Justification for Foreign Operations Fiscal Year 2006*. Washington, U.S. State Department, p. 316.

¹³ “Fact Sheet: Africa Contingency Operations Training and Assistance” (2008, 15 de junho), AFRICOM, acessado em 30 de janeiro de 2011. Disponível em: <http://www.africom.mil/getArticle.asp?art=1886>.

¹⁴ U.S. Department of State (2009), *Congressional Budget Justification for Foreign Operations Fiscal Year 2010*, Washington, U.S. State Department, p. 49.

as seguintes matérias: sistemas de regulação financeira, *law enforcement*, enquadramento jurídico, unidades de *intelligence* financeira, e desenvolvimento judicial.¹⁵ Paralelamente, o *Terrorist Interdiction Program* (TIP) forneceu, aos países parceiros, software direcionado para o controlo de fronteiras, permitindo a identificação de suspeitos. O software fornecido foi o PISCES (*Personal Identification Secure Comparison and Evaluation System*) que visava pontos aéreos, marítimos e terrestres, instalado no Djibuti, Etiópia, Quénia, Marrocos, Tanzânia e Uganda. Poderiam fazer parte do TIP os países que tivessem atividade terrorista, necessitassem de sistemas de vigilância e quisessem cooperar com os EUA.¹⁶ Colateralmente, o *Counter-Terrorism Engagement* forneceu apoio a iniciativas de combate ao terrorismo em países parceiros, como por exemplo o financiamento do centro de contra-terrorismo em Argel. O último programa de raiz anti-terrorista do NADR, o *Anti-Terrorist Assistance* (ATA), incentivava a cooperação entre agentes de *law enforcement* americanos e dos países parceiros empenhados na luta contra o terrorismo. A formação destes agentes centrou-se na resposta a ataques terroristas; resposta a ataques de armas de destruição maciça; investigação e acusação de atos terroristas; e proteção de fronteiras, de infra-estruturas e do poder político.¹⁷ O Quénia foi um importante beneficiário deste programa, tendo recebido, entre 2004 e 2005, 14 milhões de dólares destinados à Unidade Policial de Anti-Terrorismo Queniana.

Relativamente às medidas de não proliferação de armas de destruição maciça, o NADR desenvolveu várias iniciativas, como o *Export Control and Related Border Security Assistance* (EXBS). Este, através do fortalecimento das fronteiras, procurou prevenir a proliferação de armas de destruição maciça. Em 2006, a Tanzânia, Quénia e Egito foram beneficiários do EXBS. Aproveitando o mote, o *Non-proliferation of WMD Expertise* (NWMDE) preocupou-se com os indivíduos conhecedores dos processos de produção de armas de destruição maciça, procurando redirecioná-los para outros projetos de carácter civil, estimulando a economia do país beneficiário da ajuda. A Líbia, em 2003, decidiu dismantelar os programas de armas de destruição maciça, pedindo ajuda internacional para orientar os

¹⁵ “Counterterrorism Finance Unit” (s.a.), *US State Department*, acessido em 30 de janeiro de 2011. Disponível em: <http://www.state.gov/s/ct/about/c16662.htm>.

¹⁶ “Terrorism Interdiction Program (TIP)” (s.a.), *US State Department*, acessido em 30 de janeiro de 2011. Disponível em: <http://www.state.gov/s/ct/about/c16663.htm>.

¹⁷ “Anti-Terrorism Assistance Program” (s.a.), *US State Department*, acessido em 30 de janeiro de 2011. Disponível em: <http://www.state.gov/s/ct/about/c16885.htm>.

cientistas envolvidos.¹⁸ Como a Líbia integrou a lista dos Países Patrocinadores de Terrorismo até 2006, não podia usufruir dos fundos do NWMDE. No entanto, a dimensão da situação, 250 elementos-chave e 1500 elementos de apoio, levou os EUA a desvincular, através do *Nonproliferation and Disarmament Fund*, meio milhão de dólares em 2004 e dois milhões entre 2005-2006 para responder à situação no país africano.

Na vertente de estabilidade regional e assistência humanitária do NADR, o *Small Arms/Light Weapons Destruction* financiou a destruição de armas excedentes e de stocks ilícitos provenientes da Guerra Fria e dos conflitos que se seguiram,¹⁹ procurando reduzir a disseminação de armas. Este programa direcionava especial atenção à destruição de MANPADS (*Man-Portable Air Defense Systems*), frequentemente utilizados no Quênia. Já fizeram parte desta iniciativa o Sudão, Angola, Libéria, São Tomé e Príncipe, Moçambique, Senegal, Guiné-Conacri, Guiné-Bissau, Togo e Uganda. Finalmente, o *Humanitarian Demining Program* (HDP) direcionava-se para a desativação de minas. Este programa estimulava o regresso a casa dos civis deslocados, o cultivo da terra, a reconstrução de infra-estruturas, e procurava tornar a entrega de ajuda humanitária mais segura. Os países beneficiários africanos, entre 2003 e 2004, pertenciam na sua totalidade à região subsariana, tendo Angola, Moçambique, Sudão, Eritreia e Chade recebido as maiores quantias. Convém salientar que Angola foi claramente prioritária, tendo recebido, no período referido, 20.645 milhões de dólares, destacando-se do segundo maior beneficiário, Moçambique, que recebeu 8.804 milhões de dólares.

Entrando no plano da saúde pública, o programa PEPFAR (*President's Emergency Plan for Aids Relief*), anunciado a 28 de janeiro de 2003, marcou a administração de George Bush. Os objetivos gerais do programa consistiam no seguinte: transitar de programas de resposta a emergências para programas de crescimento sustentado; reforçar as capacidades dos países beneficiários na resposta ao VIH ou a outras exigências de saúde; divulgar a prevenção, cuidados e tratamentos a epidemias; integrar e coordenar os programas de combate ao VIH com programas mais amplos de saúde global e de desenvolvimento, aumentando o impacto sobre os sistemas de saúde; investir em inovação e investigação.²⁰ Dos quinze países

¹⁸ "U.S. restore relations with Lybia" (2006, 16 de Março), *CNN*, acedido em 20 de Agosto de 2011.

Disponível em: <http://edition.cnn.com/2006/US/05/15/libya/index.html>.

¹⁹ U.S. Department of State (2005), *Congressional Budget Justification for Foreign Operations Fiscal Year 2006*. Washington, U.S. State Department, p. 124.

²⁰ "PEPFAR's Five-Year Strategy" (2009), *PEPFAR*, acedido em 5 janeiro de 2011. Disponível em: <http://www.pepfar.gov/strategy/document/133251.htm>.

alvo originais, doze eram africanos – Botswana, Costa do Marfim, Etiópia, Quênia, Moçambique, Namíbia, Nigéria, Ruanda, África do Sul, Tanzânia, Uganda e Zâmbia²¹ – todos da África subsariana. Os objetivos específicos, definidos em 2007, para países alvo eram: até 2009, apoiar o tratamento de dois milhões de indivíduos infetados com o VIH, e prestar cuidados a dez milhões de pessoas infetadas, ou afetadas, pelo vírus, incluindo crianças vulneráveis e órfãos; e até 2010, prevenir a infeção de sete milhões de cidadãos. George W. Bush deu especial atenção à questão dos órfãos, defendendo que “uma geração de jovens sem raízes e desesperada está mais vulnerável ao recrutamento por extremistas”.²² Dos países acima referidos, entre os anos fiscais de 2004 a 2009, a África do Sul foi o país que mais ajuda recebeu, dois mil milhões de dólares, seguindo-se a Etiópia (\$1,912 milhões) e a Nigéria (\$1,539 milhões).²³ O país que menos recebeu foi o Botswana com 395 milhões de dólares. Relativamente à gestão dos fundos disponibilizados pelo PEPFAR, estes são aplicados sob a liderança dos países beneficiários, embora estejam obrigados a reportar o ponto da situação a cada seis meses.

²¹ “PEPFAR, Indicators Reference Guide” (2007), *PEPFAR*, acessado a 6 de janeiro de 2011, p.15.

Disponível em: <http://www.pepfar.gov/documents/organization/137495.pdf>.

²² Bush, George (2010), *Decision Points*, Nova Iorque, Crown Publishers, p.339.

²³ “Countries” (s.a.), *PEPFAR*, acessado a 5 de janeiro de 2011. Disponível em: <http://www.pepfar.gov/countries/>.

Quadro 1.1 – Síntese de programas

Programa	Países destinatários	Ano da criação	Verbas dispendidas (em dólares)	Objetivos
<i>Pan-Sahelian Initiative</i>	Mauritânia, Níger, Mali e Chade	2002	6.25 milhões ²⁴ (entre 2002 e 2005)	Monitorização e Vigilância
<i>Trans-Saharan Counter Terrorism Partnership</i>	Mauritânia, Níger, Mali, Chade, Argélia, Tunísia, Senegal, Marrocos e Nigéria	2005	142 milhões (entre 2010 e 2011)	Combater grupos terroristas, fortalecer capacidades regionais de contra-terrorismo
<i>East African Counter Terrorism Initiative</i>	Djibuti, Eritreia, Etiópia, Quénia, Tanzânia e Uganda	2003		<i>Law enforcement</i> , controlo de fronteiras
ACOTA	África do Sul, Benim, Botswana, Burquina Faso, Burundi, Camarões, Etiópia, Gabão, Gana, Malawi, Mali, Mauritânia, Moçambique, Namíbia, Níger, Nigéria, Quénia, Ruanda, Senegal, Tanzânia, Uganda e Zâmbia.	2002	23 milhões (entre 2003 e 2004)	Melhorar a capacidade dos países africanos na resposta a crises
NADR	África do Sul, Angola, Argélia, Burundi, Chade, Djibuti, Egito, Eritreia, Etiópia, Guiné-Bissau, Gana, Guiné Conacri, Libéria, Mali, Marrocos, Maurícias, Mauritânia, Moçambique, Namíbia, Níger, Nigéria, Quénia, República do Congo, R. D. Congo, Ruanda, São Tomé e Príncipe, Senegal, Somália, Sudão, Tanzânia, Togo, Uganda, Zâmbia, Zimbabué,		3.430 mil milhões (entre 2004 a 2010)	Assistir países com sistemas financeiros vulneráveis a financiamentos terroristas; Controlo de fronteiras; Formação de agentes de <i>law enforcement</i> ; Redirecionar indivíduos com conhecimentos em armas de destruição maciça; Reduzir a disseminação de armas; Desativação de minas
PEPFAR	Botswana, Costa do Marfim, Etiópia, Quénia, Moçambique, Namíbia, Nigéria, Ruanda, África do Sul, Tanzânia, Uganda, Zâmbia	2003	30.407 mil milhões (entre 2004 e 2010)	Combater o VIH

Fonte: *Congressional Budget Justification for Foreign Operations*, entre os anos fiscais de 2005 e 2011.

²⁴ Schraeder, Peter (2007), “The African Dimension in U.S. Foreign Policy in the Post-9/11 Era”, em Manuela Franco (org.), *Estratégia e Segurança na África Austral*, Lisboa, FLAD e IPRI, p. 177.

1.2 OS INTERESSES PETROLÍFEROS NORTE-AMERICANOS EM ÁFRICA

Substituir a importância do “velho golfo” Pérsico pelo “novo golfo” da Guiné. Foi assim que o *Institute for Advanced Strategic and Political Studies* (IASPS), um *think tank* com sede em Jerusalém, caracterizou a necessidade dos EUA diversificarem os seus mercados petrolíferos, defendendo que a aposta no petróleo africano permitiria reduzir a dependência energética relativamente aos países do mundo árabe. Dentro do IASPS surgiu um grupo de estudo designado por *African Oil Policy Initiative Group* (AOPIG), constituído por membros da Câmara dos Representantes e do Senado, membros de vários departamentos do governo dos EUA, consultores internacionais, companhias petrolíferas. Como resultado foi produzido um *White Paper* que na sua lista de recomendações começava por referir que “os países africanos deveriam ser educados, e as companhias encorajadas a aplicar técnicas avançadas para conseguirem o acesso a todo o petróleo da região.” Por outro lado, “os EUA deveriam encorajar a cooperação regional entre os países produtores, aplicando a sua política de perdão ou alívio de dívida externa exclusivamente a países que demonstrassem um compromisso genuíno.” Em terceiro lugar, o AOPIG considerou que “os EUA deveriam enfatizar, junto dos governos africanos, a importância da privatização da propriedade como política fundamental para atrair um significativo aumento de capital.”²⁵ Este ponto de vista era apologista da forte exploração do petróleo africano, tendo em vista a redução da importância dos países produtores de petróleo do mundo árabe.

Gal Luft, diretor executivo do *Institute for the Analysis of Global Security*, sediado em Washington, apresentava outra linha de pensamento. O autor considerava que as reservas de petróleo africano eram modestas quando comparadas, por exemplo, com os “260 mil milhões de barris” da Arábia Saudita, não constituindo uma resolução a longo prazo do problema energético dos EUA. Luft foi mais longe, considerando o petróleo africano como um “problema” e não como uma “solução”. Na sua opinião, a exploração intensiva do petróleo africano teria como resultado um “esvaziamento” progressivo das reservas e acabaria por criar uma “maior dependência quinze anos mais tarde”. Para além disso, Luft considerava que a África Ocidental não era uma região estável, assemelhando-se, neste aspeto, ao Médio Oriente, pelo que não eram claras as vantagens para os EUA. Assim, os Estados Unidos

²⁵ Wihbey, Paul e Barry Schutz (2002), *African Oil: A Priority for U. S. National Security and African Development. White paper*, IASPS, p.2.

teriam de “deslocar tropas para defender os recursos” devido aos conflitos locais e regionais que rodeavam os recursos petrolíferos.²⁶

Depois do 11 de setembro, a administração Bush procurou diversificar as suas fontes de petróleo em regiões mais seguras, nomeadamente no ocidente africano, reduzindo a dependência dos EUA em relação ao petróleo do Médio Oriente. O relatório *National Energy Policy*²⁷, apresentado a George W. Bush em 2001 e elaborado por uma comissão liderada por Dick Cheney, classificava a África Ocidental como a fonte de petróleo e gás em “mais rápido crescimento” para o mercado norte-americano. Consequentemente, a comissão recomendou que os EUA “aprofundassem as relações bilaterais e multilaterais” de modo a promover um ambiente receptivo ao investimento, exploração e comercialização do petróleo e do gás. A comissão também recomendava o presidente a apoiar uma utilização dos recursos, por parte dos países africanos, mais “transparente” e “responsável”, promovendo a “estabilidade e a segurança do comércio e do investimento”.

De acordo com Luís Nuno Rodrigues²⁸, a administração de George W. Bush fez das potencialidades petrolíferas do continente africano uma das prioridades da sua política energética. Neste sentido, o presidente Bush recebeu, pouco depois da sua eleição, Olusegun Obasanjo, antigo presidente da Nigéria – o maior produtor de petróleo africano. Na mesma linha de pensamento, George Bush recebeu, em Nova Iorque, onze líderes africanos de países produtores ou potenciais produtores de petróleo. Nesta reunião, entre vários temas, discutiu-se a construção de um *pipeline* entre o Chade e os Camarões, envolvendo um investimento de 3,5 mil milhões de dólares, com a participação de companhias como a ChevronTexaco e a ExxonMobil. Mais tarde, em 2003, o presidente dos Estados Unidos deslocou-se a África e visitou, entre outros países, o Uganda, o Senegal, a Nigéria e a África do Sul. A questão petrolífera esteve na agenda do presidente, principalmente quando visitou a Nigéria, mas também no Senegal onde Bush se encontrou com sete líderes da África Ocidental.

Para analisar a política africana dos EUA, a administração Bush criou, em 2003, um *Africa Policy Advisory Panel*. Este painel, no relatório *Rising U.S. Stakes in Africa. Seven proposals to Strengthen U.S. – Africa Policy*, constatou que as regiões central e ocidental de

²⁶ Rodrigues, Luís Nuno (2004), *Os Interesses dos Estados Unidos em São Tomé e Príncipe*, Lisboa, IPRI, p. 8.

²⁷ National Energy Policy Development Group (2001), *Reliable, Affordable, and Environmentally Sound Energy for America's Future*, Washington, U.S Government Printing Office.

²⁸ Rodrigues, Luís Nuno (2004), *Os interesses dos Estados Unidos em São Tomé e Príncipe*, Lisboa, IPRI.

África se encontravam na fase inicial de um promissor crescimento petrolífero que iria modificar de forma significativa a “posição global” de países como a Nigéria e Angola e, também, “trazer maior atenção” aos produtores de petróleo emergentes e instáveis como a Guiné Equatorial, o Chade e São Tomé e Príncipe. Nesse relatório, lançado em 2004, previa-se que num espaço de dez anos o petróleo africano poderia assumir 20% do fornecimento de petróleo dos EUA, assumindo uma importância “vital” na política externa norte-americana. Para lidar com questões relacionadas com a diplomacia energética africana, o relatório aconselhava a criação de um conselheiro, com estatuto de embaixador, do Presidente e do Secretário de Estado, sediado no Departamento de Estado, que lideraria políticas inter-departamentais.

O relatório considerava importante que os EUA promovessem princípios comuns em África, como a transparência, o desenvolvimento e o respeito pelos direitos humanos, aumentando a sua influência no continente. Os EUA deveriam estimular reformas que melhorassem as capacidades dos governos africanos na gestão dos seus recursos naturais – “a transparência na governação deveria ser a imagem de marca”²⁹. Os governos deveriam apresentar aos seus cidadãos as receitas obtidas, provenientes de transações entre Estados ou de companhias privadas, assim como explicar a aplicação desses fundos. O relatório alertava para que os EUA não fornecessem apoio a países que não provassem o seu compromisso na governação transparente. Os Estados Unidos direcionavam atenções para a promoção da estabilidade em África, considerando a “política energética uma ferramenta para promover os seus interesses vitais em África”³⁰.

Recorrendo a outra fonte de informação, a CIA previa que até 2015 as importações de petróleo africano representassem 25% do total de petróleo importado pelos EUA.³¹ Ao assumir esta cota nas importações, a criação do comando militar norte-americano era justificável pelas seguintes razões.

O primeiro fator consistia na manutenção da segurança na região ocidental africana, zona importante para o abastecimento petrolífero dos EUA e destino crescente de investimento americano. Para além da importância desempenhada nas importações

²⁹ Goldwyn, David e Robert Ebel (2004), “Crafting a U.S. Energy Policy for Africa”, em Walter Kansteiner (orgs.), *Rising U.S. Stakes In Africa. Seven Proposals to Strengthen U.S.-Africa Policy*, Washington, CSIS, p. 10.

³⁰ Idem, p. 9.

³¹ National Intelligence Council (2000), *Global Trends 2015: A Dialogue About the Future with Nongovernment Experts*, Washington, CIA, p.73.

petrolíferas norte-americanas, África tem recebido investimento americano de dimensões consideráveis. O investimento em África da ChevronTexaco já ultrapassou os 8.5 mil milhões de dólares, e o investimento no *pipeline* Chade-Camarões custou 3.5 mil milhões de dólares às companhias norte-americanas.³² Para África ser um destino favorável ao investimento, nomeadamente na procura de novos focos de petróleo, era necessário garantir condições de segurança para que este se torne vantajoso e apetecível, o que nem sempre acontece.

Neste contexto, o caso mais sintomático é o da Nigéria que, sendo o maior fornecedor de petróleo africano dos EUA, tem um historial de frequentes quebras na produção petrolífera devido a revoltas, motins e episódios de violência generalizada, como os que aconteceram em 2004, quando uma invasão a três postos de extração, controlados pela ChevronTexaco e pela Royal Dutch/Shell, interrompeu a produção de 90 mil barris diários. Estes incidentes causam o aumento dos preços do petróleo, como aconteceu em 2007 durante as eleições na Nigéria ou aquando dos ataques aos *pipelines* na região Delta, também em 2007. Posto isto, a existência de um comando militar para África poderia representar uma garantia de segurança, e estimularia os governos africanos a proceder a reformas políticas e económicas. Desta forma, a estrutura militar contribuiria para a redução da instabilidade e reduziria o risco de quebra de produção de petróleo em África, proporcionando às companhias americanas um clima favorável ao investimento. Esta preocupação foi manifestada pelo antigo comandante do EUCOM, em 2007, referindo que o AFRICOM teria como enfoque a proteção de ativos energéticos, particularmente na África Ocidental e Golfo da Guiné – o AFRICOM vai “capacitar os países [parceiros] na proteção de qualquer tipo de produção: petróleo, gás natural, minerais.”³³

Em segundo lugar, a presença militar americana, ao criar um clima de segurança, reforçaria a importância do petróleo atlântico e diminuiria o peso da OPEP nos mercados internacionais de petróleo.³⁴ Este foi um argumento para a criação do AFRICOM, uma vez que todas as administrações americanas, desde os anos 1970, tentaram reduzir a importância da OPEP. Em 2007, a entrada de Angola na Organização dos Países Exportadores de Petróleo

³² Smith, Adam (2004) “At Last unto the Breach: The Logic of a U.S. Military Command in West Africa”, *Orbis*, XLVIII, (2), p. 309.

³³ Okumu, Wafula (2007), “Africa Command: Opportunity for Enhanced Engagement or the Militarization of U.S.-Africa Relations?”, comunicação apresentada no *Hearing before the Subcommittee on Africa and Global Health of the Committee on Foreign Affairs*, House of Representatives, 2 de agosto de 2007, Washington, p.45.

³⁴ Smith, Adam (2004) “At Last unto the Breach: The Logic of a U.S. Military Command in West Africa”, *Orbis*, XLVIII, (2), pp. 310-311.

provocou uma desvalorização deste argumento, embora não o tenha tornado inválido. Ora, em toda a região do Golfo da Guiné apenas a Nigéria faz parte da OPEP, deixando de fora países como o Gabão, Camarões e Guiné Equatorial, atualmente exportadores de petróleo para os EUA. A acrescentar a estes, de outras regiões, o Chade, a Costa do Marfim, República do Congo e República Democrática do Congo, igualmente exportadores de petróleo para os EUA. Desta forma, os estado-unidenses mantêm a possibilidade de negociação com uma variedade de estados exportadores de petróleo que não pertencem à OPEP.

Em terceiro lugar, ao criar um comando militar para proteger os interesses petrolíferos americanos em África, os EUA ganhariam maior flexibilidade política no Médio Oriente.³⁵ Nos últimos trinta anos, os países exportadores de petróleo do Médio Oriente embargaram, por duas vezes, as suas exportações para países de cujas políticas discordavam, criando uma “arma petrolífera” capaz de gerar fortes crises no ocidente. Para além disso, a posição cimeira dos países do Golfo Pérsico na extração mundial de petróleo têm dificultado a política norte-americana no Médio Oriente, pois a condição de maior cliente de petróleo da região influencia a sua ação política. Neste sentido, “a aposta no petróleo africano, reforçada pela presença militar norte-americana, permitiria aos Estados Unidos reduzir a sua dependência em relação ao petróleo do Golfo Pérsico e, assim, concretizar mais facilmente os seus objectivos políticos na região.”³⁶

As previsões do *Africa Policy Advisory Panel* e da CIA referiam que o petróleo africano poderia constituir, num espaço de dez anos, 20% a 25% das importações norte-americanas. Analisando os números facultados pela U.S. Energy Information Administration (quadro 2.1), entre os anos de 2004 e 2010, o petróleo africano constituiu 21,54% do total das importações, tendo alcançado um pico em 2007 com quase 24%. Apenas em 2004 a percentagem esteve abaixo dos 20%. Isto significa que os valores das previsões estão a ser alcançados e o petróleo africano já constitui 1/5 das importações de petróleo dos Estados Unidos. Importa referir que a Nigéria foi o quinto maior exportador, assumindo a primeira posição no universo africano. Dentro deste continente, a Angola e a Argélia figuram em segundo e terceiro lugares, respetivamente. Fora da OPEP, o Gabão é o maior exportador africano para os EUA.

O petróleo africano ganhou ainda mais destaque quando Barack Obama afirmou que pretendia “eliminar as importações atuais [de petróleo] oriundas do Médio Oriente e da

³⁵ Idem.

³⁶ Rodrigues, Luís Nuno (2004), *Os interesses dos Estados Unidos em São Tomé e Príncipe*, Lisboa, IPRI, p.44.

Venezuela num prazo de 10 anos”.³⁷ Esta pretensão de Obama revelava-se bastante ambiciosa. Partindo do princípio que os EUA mantêm os valores de consumo desta matéria, os valores correspondentes às importações provenientes do Médio Oriente e da Venezuela teriam de ser repostos por outras fontes. África desempenharia um papel de destaque nessa reposição. Em 10 anos, o presidente propunha eliminar as importações, por exemplo, da Arábia Saudita, Venezuela e Iraque – 3º, 4º e 6º, respetivamente, maiores exportadores de petróleo para os EUA. Analisando os números do quadro 2.1, verifica-se que essa atitude iria reforçar o papel da Nigéria e da Angola, os maiores exportadores africanos.

Em suma, a evolução da política externa norte-americana divide África em quatro esferas de interesse, tais como: a) o norte e leste de África, que devido à sua proximidade com o Médio Oriente, o núcleo da *global war on terrorism*, assumiam atenção prioritária; b) os poderes regionais, como a Nigéria, África do Sul, Argélia, Etiópia e Quênia, eram entendidos como cruciais para a manutenção da estabilidade regional; c) os países importantes para os interesses económicos americanos, como os produtores de petróleo no Golfo da Guiné; d) a África subsariana, que continuava a ser relegada para um segundo plano na política externa dos EUA.³⁸

³⁷ Pham, Peter (2011), “AFRICOM from Bush to Obama”, *South African Journal of International Affairs*, XVIII, (1), p.110.

³⁸ Schraeder, Peter (2007), “The African Dimension in U.S. Foreign Policy in the Post-9/11 Era”, em Manuela Franco (org.), *Estratégia e Segurança na África Austral*, Lisboa, FLAD e IPRI, pp.179-180.

Quadro 2.1 – Importações dos EUA por países de origem entre 2004 e 2010

(Unidade: mil barris)

País	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	Total País
Canadá	591.489	596.183	657.834	689.209	715.982	709.106	719.698	4.679.501
México	585.023	567.955	575.501	514.124	434.340	398.524	416.093	3.491.560
Arábia Saudita	547.125	527.287	519.236	528.189	550.276	357.874	394.280	3.424.267
Venezuela	474.531	452.914	417.001	419.180	380.419	347.285	332.926	2.824.256
Nigéria	394.560	393.038	378.670	395.554	337.359	283.091	359.801	2.542.073
Iraque	239.758	192.524	201.866	176.709	229.300	163.916	151.117	1.355.190
Angola	112.018	166.404	187.325	181.813	184.460	163.604	138.755	1.134.379
Argélia	78.719	83.359	131.981	161.770	114.112	102.559	118.529	791.029
Equador	84.937	100.730	99.183	72.138	78.234	66.010	71.297	572.529
Kuwait	88.359	82.730	65.227	63.806	75.353	65.673	71.275	512.423
Colômbia	52.049	57.002	51.630	50.099	65.076	91.574	123.525	490.955
Brasil	18.733	34.459	48.634	60.297	84.370	107.822	92.583	446.898
Rússia	58.010	72.638	39.253	40.788	42.429	84.079	92.025	429.222
Reino Unido	87.193	81.621	47.271	36.905	28.498	37.426	43.873	362.787
Gabão	52.061	46.515	21.773	22.897	21.268	22.926	17.981	205.421
Noruega	52.365	43.454	35.897	20.278	10.899	21.326	9.210	193.429
Chade	20.805	26.948	34.661	28.026	37.239	23.598	6.694	177.971
Guiné Equatorial	24.212	24.734	20.894	20.070	27.159	32.310	18.225	167.604
Líbia	6.724	15.934	23.949	30.794	24.791	22.354	15.688	140.234
Trinidad e Tobago	18.027	23.192	24.520	17.608	8.355	14.662	16.303	122.667
Argentina	21.499	20.608	10.485	12.156	10.530	19.442	10.636	105.356
República do Congo	2.918	9.216	9.753	23.123	24.673	23.500	25.694	118.877
Azerbaijão			9.744	20.643	26.844	27.516	20.216	104.963
Vietname	9.256	11.400	15.178	11.156	10.628	9.810	4.471	71.899
Omã	3.570	8.102	12.826	11.538	6.307	11.046	4.357	57.746
Indonésia	12.360	6.816	5.939	5.505	6.021	5.478	12.102	54.221
Camarões	6.756	1.224	830	9.492	3.626	13.929	16.802	52.659
Austrália	7.855	3.507	1.819	739	12.229	4.032	3.706	33.887
Guatemala	6.699	3.885	5.644	3.975	5.394	4.474	4.450	34.521
China	5.273	8.597	6.841	2.361	4.201	2.803	1.455	31.531
Cazaquistão	3.228	4.451	1.573	3.357	1.231	6.116	6.720	26.676
E. Árabes Unidos	1.885	3.112	1.675	3.239	1.400	14.233	609	26.153
Tailândia	194	822	2.676	5.259	5.148	7.340	4.576	26.015
Brunei	5.616	5.215	6.086	3.838	356			21.111
Peru	383	1.501	1.325	1.841	3.833	5.891	4.279	19.053
Iémen	1.365	4.269	7.283	4.568				17.485
Malásia	6.551	3.648	2.551	331	626	2.387	959	17.053

Costa do Marfim	1.840	7.238	1.630	166	630	947	3.130	15.581
Egito		1.363	147	403	2.650	3.272	3.120	10.955
Bolívia	311	264	699	1.157	1.239	2.776	2.598	9.044
R. D. Congo	5.101	688		473		3.412	3.225	7.798
Mauritânia			942	950	995	959	670	4.516
Qatar	1.383		428			2.926		3.354
Tunísia			498	2.018	691			3.207
Síria	501		1.734	627		539		2.900
Belize			232	250	952	611	841	2.886
África do Sul			1.093	2.458		517		1.610
Dinamarca	821							821
Singapura		424	370					794
Bielorrússia			774					774
Nova Zelândia					571			571

Totais	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	Total países
	3.685.078	3.695.971	3.693.081	3.659.419	3.580.694	3.289.675	3.344.494	24.948.412

Totais dos países africanos	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	Total países
	700.613	776.661	814.146	877.549	779.653	696.978	728.314	5.373.914

Peso relativo dos países africanos no total das importações	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	Total dos sete anos
	19,01%	21,01%	22,05%	23,98%	21,77%	21,19%	21,78%	21,54%

Fonte: U.S. Energy Information Administration³⁹

³⁹ “US Crude Oil Imports” (2011, 28 de julho), U.S. Energy Information Administration, acessado em 1 de agosto de 2011. Disponível em:

http://www.eia.gov/dnav/pet/pet_move_impcus_a2_nus_epc0_im0_mbb1_a.htm

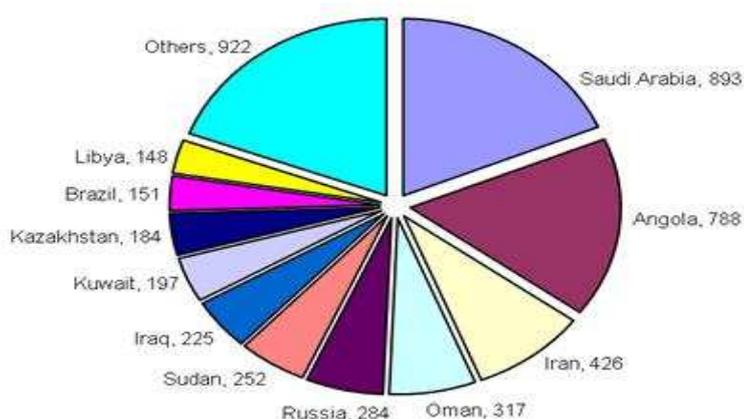
1.3 INFLUÊNCIA E INTERESSES CHINESES NO CONTINENTE AFRICANO

O crescimento da economia chinesa gerou uma procura intensa de matérias-primas, resultando no aumento da presença da China em África, acompanhada por um esforço diplomático direcionado para a construção e reforço das relações. A força chinesa assentava na sua economia e na cedência de créditos e compra de dívida soberana, estabelecendo compromissos a longo prazo. A China e os EUA competiam diretamente no continente africano por recursos naturais e por influência política e diplomática. O AFRICOM era uma estrutura que servia de apoio à política externa norte-americana, principalmente no setor da defesa, pelo que é importante anunciar os interesses comuns, aos chineses e americanos, para compreender o papel do AFRICOM nesta competição.

Como segundo maior consumidor mundial, a China necessitava de grandes quantidades de petróleo para alimentar a sua economia em constante crescimento. Em 2010, o petróleo africano representava cerca de 30% do total das importações chinesas, assumindo uma posição de destaque. Em termos comparativos, a China estava mais dependente do petróleo africano do que os EUA, uma vez que o peso relativo dos países africanos nas importações norte-americanas era de aproximadamente 22% (consultar quadro 2.1).

Figura 1.1 Origem das importações de petróleo chinesas (2010)

(unidade: milhares de barris diários)



Fonte: *U.S. Energy Information Administration*⁴⁰

Analisando os dados da figura 1.1, verifica-se que Angola constituía o maior fornecedor africano de petróleo para a potência asiática e o segundo maior exportador individual no ano

⁴⁰ “China” (2011, maio), *U.S. Energy Information Administration*, acessado em 15 de agosto de 2011.

Disponível em: <http://205.254.135.24/countries/cab.cfm?fips=CH>.

de 2010. Como contrapartida, a China era a sua maior credora e assumia a liderança na construção de infra-estruturas, nomeadamente estradas, caminhos-de-ferro, habitações. Exemplificando a abordagem chinesa, no início de 2004 o Banco de Exportação e Importação da China (Exim Bank) concedeu um crédito de 2 biliões de dólares, com garantias em petróleo, para financiar a reconstrução de infra-estruturas. Em setembro de 2007, verificou-se um novo financiamento no mesmo valor. Sobre esta matéria, o governo angolano referiu que a China disponibilizou ajuda numa altura em que a comunidade internacional recusou, impondo condições excessivas.⁴¹ Então, a China através do crédito estabelecia um compromisso duradouro com Angola, garantindo o fornecimento de petróleo a longo prazo.

No Sudão, o segundo maior fornecedor africano, a competição era menor, uma vez que a China aproveitou a saída das empresas petrolíferas estado-unidenses e canadianas no final dos anos noventa, devido à instabilidade gerada pelos confrontos entre os insurgentes do sul contra o poder de Cartum, e garantiu uma fonte forte de petróleo. Neste país, a abordagem era diferente, uma vez que os chineses não se limitavam a comprar a matéria-prima. Eram responsáveis pela própria extração, detinham metade das refinarias e ainda construíam *pipelines* que ligavam o centro do país a Porto Sudão.⁴²

Em relação à procura de minerais, a abordagem chinesa era semelhante à utilizada no petróleo. Exemplificando, em abril de 2008, a República Democrática do Congo assinou um empréstimo de 9 biliões de dólares com o Exim Bank, tendo como contrapartida os direitos de milhares de toneladas de cobre e cobalto. O empréstimo concedido era destinado ao financiamento de estradas e caminhos-de-ferro, construídos por empresas chinesas.⁴³

A procura de mercados para o escoamento dos produtos chineses também representava um interesse para a potência asiática, sendo a abordagem, uma vez mais, semelhante. De acordo com o Ministério para Assuntos Exteriores chinês, o “Governo da China encoraja e apoia o investimento das empresas chinesas em África, e vai continuar a providenciar

⁴¹ Cooke, Jennifer (2009), “China’s Soft Power in Africa”, em Carola McGiffert (orgs.) *Chinese Soft Power and Its Implications for the United States: Competition and Cooperation in the Developing World*, Washington, CSIS, p.30.

⁴² Rotberg, Robert (2008), “China’s Quest for Resources, Opportunities and Influence in Africa”, em Robert Rotberg (orgs.) *China into Africa: Trade, Aid and Influence*, Massachusetts, Brookings Institution, pp.4-5.

⁴³ Cooke, Jennifer (2009), “China’s Soft Power in Africa”, em Carola McGiffert (orgs.) *Chinese Soft Power and Its Implications for the United States: Competition and Cooperation in the Developing World*, Washington, CSIS, p.31.

empréstimos preferenciais e a comprar dívidas soberanas para contribuir para esse fim”.⁴⁴ Em 2008, a China assumia-se como a terceira maior parceira comercial de África, atrás dos Estados Unidos e da França mas adiante da Grã-Bretanha, mantendo 700 empresas estatais a desenvolver negócios no continente.⁴⁵

Neste contexto, verifica-se que a China é um forte competidor no continente africano, sendo que as matérias-primas assumiam uma importância considerável para as duas maiores economias mundiais, EUA e China. Relativamente ao petróleo, o fornecimento africano representou 22% das importações americanas e cerca de 30% das chinesas. Portanto, a competição entre ambos em África era uma realidade. Esta disputa podia servir de argumento à criação do AFRICOM, pois esta estrutura representava um forte mecanismo de apoio à política externa norte-americana em África. No entanto, este argumento não foi aceite oficialmente pelo governo norte-americano. Theresa Whelan, do Departamento de Defesa, afirmou que “os EUA não estão preocupados com a competição económica chinesa. Isto é, nós somos uma nação capitalista, fomos criados no princípio da competição e, dessa forma, isso não é um problema para nós”.⁴⁶

O investimento chinês no continente africano foi também acompanhado por uma componente diplomática. O esforço mais alargado é o Fórum sobre Cooperação China-África (FOCAC), iniciado em 2000, onde se debatia sobre assistência, desenvolvimento económico, investimento, trocas comerciais e parcerias políticas. A edição de 2006, realizada em Pequim, recebeu representantes de 48 países africanos, sendo que 41 eram chefes de estado. A presença diplomática chinesa em África era forte. Em 2009, Pequim tinha relações com 49 países africanos e um total de 48 embaixadores. Washington tinha o mesmo número de embaixadores, apesar de manter relações com 53 países.⁴⁷

As relações desenvolvidas entre a China e os países africanos não visavam apenas questões continentais. A China também buscava em África influência internacional. Durante a primeira cimeira da FOCAC, em 2000, o ministro chinês Shi Guangsheng agradeceu o apoio africano na adesão chinesa à Organização Mundial do Comércio (OMC), afirmando que “a entrada da China na OMC não beneficiará apenas a China (...), mas também a cooperação

⁴⁴“China's African Policy” (2006, 12 de janeiro), *Ministry of Foreign Affairs*, acessado a 20 de agosto de 2011. Disponível em: <http://www.mfa.gov.cn/eng/zxxx/t230615.htm>.

⁴⁵ Mcfate, Sean (2008), “U.S. Africa Command: A New Strategic Paradigm?”, *Military Review*, LXXXVIII, (1), p.14.

⁴⁶ Whelan, Theresa (2008), “AFRICOM and US Defense Policy on Africa”, comunicação apresentada na conferência *AFRICOM and US Africa Relations*, RUSI, 18 de fevereiro de 2008, Londres.

⁴⁷ Shinn, David (2009), “China's Engagement in Africa”, em Stephen Morrison e Jennifer Cooke (orgs.) *U.S. Africa Policy beyond the Bush Years*, Washington, CSIS, p.142.

económica e comercial entre África e China. Temos esperança que os países africanos nos continuem a apoiar na adesão à OMC”,⁴⁸ o que acabou por acontecer em dezembro de 2001.

No setor da defesa, a China fornecia material militar, construía quartéis, providenciava uniformes e oferecia assistência técnica. Exemplificando, apesar da condenação internacional ao regime de Robert Mugabe, presidente do Zimbabué, a China vendeu caças, carros de combate, veículos blindados, peças de artilharia, material anti-motim e equipamento de comunicação, musculando as capacidades das forças armadas daquele país africano.⁴⁹ Neste setor, os EUA apresentavam uma postura divergente. Apesar de também fornecerem material militar, os norte-americanos revelavam preocupação no desenvolvimento de capacidades através de iniciativas, bilaterais ou multilaterais, abordando assuntos internos dos governos africanos. Este é o principal ponto de diferença. A China tem por lema a “não interferência sobre assuntos internos de outros países”,⁵⁰ contrastando com a abordagem norte-americana. Veja-se o caso da Reforma no Setor da Segurança desenvolvido pelos EUA na Libéria e República Democrática do Congo. Este esforço envolvia mais do que o fornecimento de armamento, englobava uma intervenção sobre assuntos internos, nomeadamente na profissionalização militar e no respeito pela autoridade civil legítima e pela lei. Outro exemplo da abordagem norte-americana era a própria ação do AFRICOM que promovia, entre outros aspetos, o reforço das relações militares, a interoperabilidade militar e a capacitação dos parceiros africanos.

Ainda no plano militar, em 2011, o comandante do AFRICOM, General Carter Ham, veio a público afirmar que a venda de equipamentos militares chineses aos países africanos não representava uma competição militar entre americanos e asiáticos. O general considerou que o fornecimento de material chinês até podia ser vantajoso, uma vez que permitia o reforço das capacidades africanas através do preenchimento de lacunas materiais. No entanto, o

⁴⁸ Cooke, Jennifer (2009), “China’s Soft Power in Africa”, em Carola McGiffert (orgs.) *Chinese Soft Power and Its Implications for the United States: Competition and Cooperation in the Developing World*, Washington, CSIS, p.32.

⁴⁹ Rotberg, Robert (2008), “China’s Quest for Resources, Opportunities and Influence in Africa”, em Robert Rotberg (orgs.) *China into Africa: Trade, Aid and Influence*, Massachusetts, Brookings Institution, p.15.

⁵⁰ “China’s African Policy” (2006, 12 de janeiro), *Ministry of Foreign Affairs*, acessado a 20 de agosto de 2011. Disponível em: <http://www.mfa.gov.cn/eng/zxxx/t230615.htm>.

General Ham revelou que preferia que o equipamento fornecido fosse de origem norte-americana, pois isso facilitaria o engajamento entre norte-americanos e africanos.⁵¹

Portanto, a abordagem chinesa ao continente africano diferia da norte-americana. A principal preocupação do país asiático era o acesso a recursos naturais, que alimentavam a sua economia em crescente expansão, através da cedência de créditos e compra de dívidas soberanas, tendo como lema a “não interferência sobre assuntos internos de outros países”. Por outro lado, os EUA revelavam grande interesse na garantia de estabilidade e segurança, atuando internamente, revelando preocupação com os estados falhados e terrorismo.⁵² Assim, o poder chinês em África assentava na força da sua economia e nos compromissos económicos que desenvolvia como forma de garantir o acesso às matérias-primas. Com outra perspectiva, os EUA procuravam reforçar as relações através de iniciativas que visavam a procura de estabilidade e segurança, nomeadamente através da capacitação dos parceiros africanos. Na abordagem americana, a construção de segurança era a garantia de acesso aos recursos naturais. Era neste plano que o AFRICOM servia a política externa norte-americana, em competição com a chinesa. O comando de combate procurava desenvolver relações com os parceiros africanos de forma a criar condições de estabilidade e segurança que permitissem investimentos americanos em África. A postura interdepartamental do AFRICOM, desenvolvida no capítulo 2, corroborava isso mesmo. A presença de elementos do Departamento de Estado e da USAID na cúpula do comando de combate significava uma tentativa de harmonização entre a ação do Departamento de Defesa, através do AFRICOM, com os programas e iniciativas das agências civis norte-americanas, procurando a otimização da política externa. Então, o papel do AFRICOM na competição entre China e EUA no continente africano consistia no desenvolvimento de relações militares, nomeadamente através da capacitação dos parceiros africanos, seguindo a abordagem da política externa norte-americana, ou seja, a intervenção sobre assuntos internos.

⁵¹ “AFRICOM Chief: Chinese sales can be ‘helpful’” (2011, 14 de setembro), *Army Times*, acessado a 15 de setembro de 2011. Disponível em: <http://www.armytimes.com/news/2011/09/military-africom-carter-ham-says-chinese-sales-sometimes-helpful-091411w/>.

⁵² Davis, Carmel (2009), “AFRICOM’s Relationship to Oil, Terrorism and China”, *Orbis*, LIII (1), p.134.

CAPÍTULO 2. CONCEPTUALIZAÇÃO E CRIAÇÃO DO AFRICOM

2.1 CONCEITOS E DEFINIÇÕES

A 6 de fevereiro de 2007, George W. Bush anunciou, formalmente, a criação de um comando de combate para o continente africano, revelando uma aproximação a África, assim como o aumento da sua importância estratégica. O *U.S. Africa Command* foi lançado a 1 de outubro de 2007 como um sub-comando do *U.S. European Command*. Entre ambas as datas, foi estabelecida uma Equipa de Transição, liderada pelo vice-almirante Robert Moeller, responsável pela criação e preparação de mecanismos que permitiram a edificação do AFRICOM. A 1 de outubro de 2008, assumiu-se como um comando de combate independente. O primeiro comandante foi o General William E. “Kip” Ward, posteriormente substituído, em 2011, pelo General Carter F. Ham.

Antes de avançar, é pertinente clarificar os conceitos e o corpo teórico utilizado. O AFRICOM é um comando de combate unificado constituído por quatro comandos componentes de serviço, um sub-comando funcional e uma força tarefa conjunta multinacional.

De acordo com o *Department of Defense Dictionary of Military and Associated Terms*, um comando de combate é:

“Um comando unificado ou específico com uma missão contínua no estrangeiro, sob o comando de um único comandante, estabelecido e concebido pelo Presidente [dos EUA] através do secretário de defesa, com acompanhamento e assistência do presidente do *Joint Chiefs of Staff* [...] habitualmente têm responsabilidade geográfica ou funcional”⁵³.

Aprofundando, um comando de combate específico é, para além do que foi dito, um comando “normalmente funcional [...] composto, geralmente, por forças de um único Departamento Militar”.⁵⁴ Os comandos funcionais norte-americanos existentes são: *Transportation Command* (TRANSCOM), *Special Operations Command* (SOCOM), *Joint Forces Command* (JFCOM) e *Strategic Command* (STRATCOM). Posto isto, verifica-se que o AFRICOM não constitui um comando de combate específico. No entanto, está associado ao AFRICOM um sub-comando de combate funcional, o *U.S. Special Operations Command Africa*

⁵³ Joint Chiefs of Staff (2008), *Department of Defense Dictionary of Military and Associated Terms*, Washington, U.S. Department of Defense, p.60.

⁵⁴ *Idem*, p. 343.

(SOCAFRICA) – sub-comando do SOCOM responsável pelas forças de operações especiais em África.

Relativamente ao comando de combate unificado, o Departamento de Defesa refere que é “composto por importantes componentes de dois ou mais Departamentos Militares”⁵⁵. É neste plano que o AFRICOM se enquadra. Este tem vários comandos componentes que, tal como na definição do Departamento de Defesa, são provenientes de vários Departamentos Militares, ou seja: *U.S. Army Africa* (Departamento do Exército), *U.S. Air Forces Africa* (Departamento da Força Aérea), *U.S. Naval Forces Africa* e *U.S. Marine Corps Forces Africa* (Departamento da Marinha). Ainda associado ao AFRICOM está o *Combined Joint Task Force – Horn of Africa* (CJTF-HOA) que reúne os vários ramos armados. Então, pode-se afirmar que o AFRICOM é um comando de combate unificado com uma estrutura de comando que coordena os 3 ramos armados e com responsabilidade geográfica. O Departamento de Defesa entende que a “área de responsabilidade é a zona geográfica associada a um comando de combate onde o comandante tem autoridade para planear e conduzir operações”⁵⁶. Fazem parte da área de responsabilidade do AFRICOM todos os países africanos, exceto o Egito que se encontrava na área de responsabilidade do Central Command (CENTCOM). No entanto, o AFRICOM desenvolveu um memorando de entendimento com o CENTCOM que garante a sincronização e coordenação de ambos os comandos quando as missões do AFRICOM necessitam de interagir com o Egito.⁵⁷

Quanto ao comando componente, trata-se de “uma organização subordinada que constitui uma força conjunta”.⁵⁸ Convém referir que uma força conjunta é “um termo geral aplicado a uma força composta por vários elementos [...] de dois ou mais Departamentos Militares que operam sob as ordens de um único comandante da força conjunta”. Entenda-se por comandante da força conjunta, “termo geral aplicado a um comandante de um comando de combate”.⁵⁹ O Departamento de Defesa refere a existência de dois tipos de comandos componentes, funcional e de serviço. O funcional é um comando normalmente composto por forças de dois ou mais Departamentos Militares estabelecidos para realizarem missões

⁵⁵ Idem, p. 384.

⁵⁶ Idem, p. 25.

⁵⁷ Ward, William (2009), *United States Africa Command: 2009 Posture Statement*, Estugarda, AFRICOM, p.22.

⁵⁸ Joint Chiefs of Staff (2008), *Department of Defense Dictionary of Military and Associated Terms*, Washington, U.S. Department of Defense, p. 72.

⁵⁹ Idem, p. 195.

específicas.⁶⁰ Por outro lado, o comando componente de serviço é constituído por forças de serviço – incluindo indivíduos, unidades, destacamentos, organizações e instalações – assim como por “forças de apoio atribuídas a um comando de combate”.⁶¹ Comparando ambos, verifica-se que os comandos componentes do AFRICOM (exceto o CJTF-HOA e o SOCAFRICA) são comandos componentes de serviço.

Finalmente, o *Combined Joint Task Force – Horn of Africa* não se enquadra em nenhuma das definições apresentadas. Uma força tarefa conjunta multinacional agrega “duas ou mais forças ou serviços de dois ou mais aliados”.⁶² O CJTF-HOA vai ao encontro desta definição pois agrega forças dos vários ramos armados e tem missões diversificadas – desminagem, contra-terrorismo, combate à pirataria, missões humanitárias. Para além disso, o CJTF-HOA é apoiado por várias nações, nomeadamente através do *Combined Task Force 150*, uma força naval constituída pelo Reino Unido, Austrália, Paquistão, França, Alemanha, Canadá, Dinamarca.

Em suma, o AFRICOM é constituído pela sede do comando de combate unificado (*AFRICOM's Headquarters*), 4 comandos componentes de serviço (*US Army Africa*, *US Naval Forces Africa*, *US Marine Corps Forces Africa*, *US Air Forces Africa*), um sub-comando funcional (*U.S. Special Operations Command Africa*) e uma força tarefa conjunta multinacional (*Combined Joint Task Force – Horn of Africa*).

2.2 CAUSAS DIRETAS DA CRIAÇÃO DO AFRICOM

No início do séc. XXI, os EUA começaram a olhar e a abordar África de forma mais pró-ativa, revelando o aumento da importância estratégica do continente, que nem sempre existiu. Em 1995, no *United States Security Strategy for Sub-Saharan Africa* o Departamento de Defesa afirmava que os EUA “tinham pouco interesse estratégico tradicional em África”.⁶³ No entanto, no início do século XXI o mundo mudou e foi necessário repensar a abordagem

⁶⁰ Idem, p. 149.

⁶¹ Idem, p. 329.

⁶² Idem, p. 64.

⁶³ “U.S. Security Strategy for Sub-Saharan Africa” (1995, 1 de agosto), *U.S. Department of Defense*, acedido a 25 de agosto de 2011. Disponível em: <http://www.defense.gov/speeches/speech.aspx?speechid=943>.

ao continente africano, que ganhou força com a criação do *U.S. Africa Command*, numa tentativa de responder às lacunas verificadas na antiga disposição dos comandos de combate.

Até à criação do AFRICOM, a área de responsabilidade correspondente ao continente africano estava distribuída por três comandos de combate: o *U.S. Central Command* (CENTCOM), que incluía o Egito (ainda sobre a sua responsabilidade), o Sudão, a Eritreia, a Etiópia, o Djibuti, a Somália e o Quênia; o *U.S. Pacific Command* (PACOM), responsável pelas ilhas de Madagáscar, Comoros, Maurícias, Seychelles e ilhas francesas Reunião; e o *U.S. European Command* (EUCOM) com responsabilidade sobre os restantes países africanos. Esta disposição levantava problemas de coordenação e de definição de fronteiras entre os comandos de combate, quebrando o princípio de unidade do comando.⁶⁴ Exemplificando, na região do Darfur, que assentava na zona de fronteira entre o Sudão, o Chade e a República Centro Africana, os comandos de combate também faziam fronteira entre si (o CENTCOM com o EUCOM); a União Africana (UA) e o *US European Command* desenvolviam trabalho em conjunto, no entanto a sede da UA localizava-se na Etiópia, país sobre a responsabilidade do CENTCOM. Estas condições contribuíram para a criação de costuras que reduziam a eficácia na resposta aos problemas da região. Nenhum dos comandos com responsabilidade em África considerou África como de elevada prioridade, cimentando a ideia de que a divisão de África por três comandos provocava um desinteresse institucional na região.⁶⁵ Para além disso, as guerras do Afeganistão e do Iraque obrigaram o EUCOM e o CENTCOM a reunir esforços e a centrar a sua ação, remetendo África para um plano secundário.⁶⁶

A vasta responsabilidade geográfica do EUCOM também constituía um problema. Este tinha sob a sua responsabilidade cerca de 21 milhões de quilómetros quadrados, ou seja, 91 países que iam desde a Noruega à África do Sul. Nestas condições, o esforço pedido ao EUCOM era muito elevado, levando o antigo comandante do EUCOM, o General James Jones, a afirmar que “a equipa do EUCOM despende mais de metade do seu tempo a tratar de questões africanas”.⁶⁷ Esta situação manteve-se até à criação do AFRICOM, pois até então, África não beneficiava da total atenção de um general de quatro estrelas, que no seu mandato

⁶⁴ Mcfate, Sean (2008), “U.S. Africa Command: A New Strategic Paradigm?”, *Military Review*, LXXXVIII, (1), p.11.

⁶⁵ Schaefer, Brett e Mackenzie Eaglen (2008) “U.S. Africa Command: Challenges and Opportunities”, *Backgrounder*, (2118), p.2.

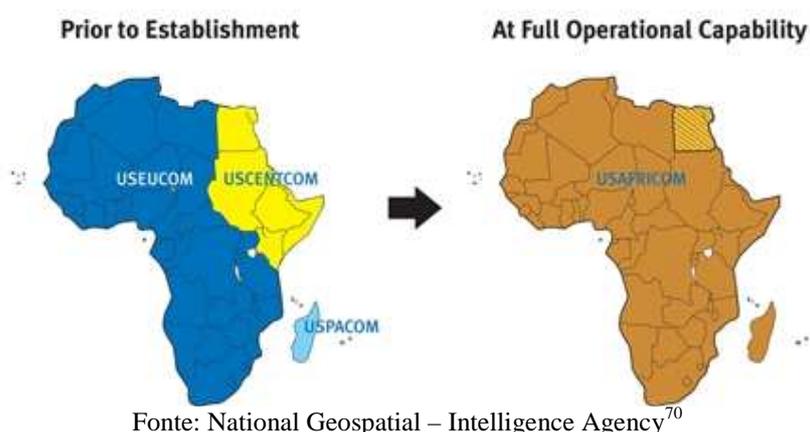
⁶⁶ Ploch, Lauren (2010), *Africa Command: U.S. Strategic Interests and the Role of the U.S. Military in Africa*, Washington, Congressional Research Service, p. 2.

⁶⁷ Idem.

inclui as tarefas de ajudar os decisores políticos a compreender as perspectivas dos países africanos e de auxiliar na formulação de políticas de segurança para África mais eficazes.⁶⁸ O comando permitiria aprofundar os problemas africanos e, dessa forma, estaria em melhores condições para informar a liderança política em Washington sobre a situação no terreno, providenciando um aconselhamento mais coerente aos decisores políticos.

Posto isto, sob o ponto de vista dos Estados Unidos, a criação do AFRICOM revelava-se imprescindível. A abordagem aos problemas africanos devia ser mais personalizada e objetiva, tornando a ação norte-americana mais eficaz. Objetivamente, duas importantes iniciativas de Washington em África estavam inseridas em comandos de combate distintos, o CJTF-HOA pertencia ao CENTCOM e a *Trans-Saharan Counterterrorism Initiative* ao EUCOM. Estes programas, tal como os comandos correspondentes, faziam fronteira entre si – a área de responsabilidade do CJTF-HOA incluía o Sudão e o TSCTI incluía o Chade, países com fronteira comum. Ainda a acrescentar, a área de interesse do CJTF-HOA incluía o Chade,⁶⁹ entrando na área de responsabilidade do TSCTI. Assim, a troca de informações entre as equipas das diferentes iniciativas era preponderante para o cumprimento dos objetivos. A criação de um comando militar para África beneficiaria a permuta de informação, pois estes programas ficariam sob a alçada de um único comando de combate.

Figura 1.2 – Antes e depois da criação do AFRICOM



⁶⁸ Mcfate, Sean (2008), “U.S. Africa Command: A New Strategic Paradigm?”, *Military Review*, LXXXVIII, (1), p.11.

⁶⁹ “CJTF-HOA Factsheet”(s.a.), *Combined Joint Task Force – Horn of Africa*, acedido a 25 de agosto de 2011. Disponível em: <http://www.hoa.africom.mil/AboutCJTF-HOA.asp>.

⁷⁰ “NGA Forges Support for USAFRICOM” (2007, 6 de fevereiro), *National Geospatial – Intelligence Agency*, acedido a 25 de agosto de 2011. Disponível em: <https://www1.nga.mil/Newsroom/Pathfinder/0602/Pages/SupportforUSAFRICOM.aspx>

Na opinião dos decisores norte-americanos, conceber um comando militar para África permitiria melhorar a análise de *intelligence*, as relações com líderes militares e civis, a coordenação e condução de treino, a compreensão dos problemas africanos. Também permitiria um planeamento constante que, de acordo com as necessidades, possibilitaria uma resposta mais rápida e eficaz. O comando militar serviria de âncora para a cooperação entre agências americanas, garantindo apoio nas iniciativas políticas, económicas e de segurança.⁷¹ Estas questões, de índole organizacional, foram determinantes para a criação do AFRICOM, no entanto existem outros fatores a ter em conta.

Prosseguindo na enumeração de fatores, os estados fracos, falhados e colapsados constituíram, também, um forte motivo para a criação do AFRICOM. Estes estados assentavam em três categorias, segundo Francisco Proença Garcia, apresentadas numa escala crescente de inviabilidade do estado. Nos primeiros, os estados fracos, as estruturas do estado não conseguem exercer o poder em toda a sua extensão de território, vendo a sua soberania reduzida. Não conseguem garantir os serviços básicos à população, por isso perdem legitimidade. Numa categoria intermédia, os estados falhados não detêm o uso exclusivo da força. Surgem grupos armados, como exércitos privados ou milícias, que competem contra o poder formal, chegando, por vezes, a controlar porções do território e respetiva população. Finalmente, os estados colapsados não apresentam poder formal, pois os órgãos de soberania e instituições de um determinado estado colapsaram. Verifica-se o caos legislativo, administrativo e jurídico, vigorando a lei do mais forte. Este clima estimula o aparecimento de formas de organização social e comunitária com capacidade de exercer força e de conduzir operações armadas, que competem pelo controlo dos recursos naturais e que exercem responsabilidade social sobre as populações.⁷² Depois desta abordagem conceptual, convém referir que ao longo do capítulo estes estados serão designados, como um todo, por estados falhados, facilitando a exposição das ideias.

Segundo o *Failed States Index*, África era precisamente o continente com mais estados falhados, como ilustra o quadro seguinte:

⁷¹ Carafano, James e Nile Gardiner (2003), “U.S. Military Assistance for Africa: A Better Solution”, *Backgrounder*, (1697), p.7.

⁷² Garcia, Francisco (2009), “A Nova Polemologia”, *Negócios Estrangeiros*, (14), pp. 83-84.

Quadro 1.2 – Índice de Estados Falhados

Ranking	2007	2008	2009	2010
1	Sudão	Somália	Somália	Somália
2	Iraque	Sudão	Zimbabué	Chade
3	Somália	Zimbabué	Sudão	Sudão
4	Zimbabué	Chade	Chade	Zimbabué
5	Chade	Iraque	R. D. Congo	R. D. Congo
6	Costa do Marfim	R.D. Congo	Iraque	Afeganistão
7	R.D. Congo	Afeganistão	Afeganistão	Iraque

Fonte: *The Fund for Peace e Foreign Policy*⁷³

Tanto em 2007 como em 2008, anos da criação e autonomização do AFRICOM, respetivamente, o primeiro lugar do ranking era ocupado por um país africano, primeiro pelo Sudão e depois pela Somália. Em ambos os anos, no top cinco do ranking constavam quatro países africanos. Nos anos de 2009 e 2010, com o AFRICOM totalmente operacional, a República Democrática do Congo entrou para o top cinco do ranking, fazendo com que os cinco primeiros lugares ficassem preenchidos, exclusivamente, por países africanos. Esta subida do R. D. Congo não significa que o AFRICOM seja ineficaz na resposta a estados falhados, até porque este índice se baseia, essencialmente, em fatores internos. A ajudar a essa subida, está a descida constante do Iraque, onde os EUA têm um envolvimento direto, passando de segundo classificado em 2007, para sétimo em 2010.

África é o continente com maior número de estados falhados. Os governos africanos são estruturas jovens, pelo que ainda não tiveram tempo para madurar as suas instituições de forma a combater as ameaças transnacionais, tais como: tráfico de droga, de armas e de pessoas, fluxos financeiros ilegais e o terrorismo. Estas condições políticas justificavam a criação de um comando militar para África, principalmente depois da publicação, em 2002, do *National Security Strategy of the United States of America*, onde George W. Bush afirmou que “atualmente, a América é menos ameaçada por estados fortes do que por estados falhados”.⁷⁴ Combater o terrorismo globalmente era uma das prioridades dos EUA depois do

⁷³ “The Failed State Index” (2010), *Foreign Policy*, acessido em 20 de agosto de 2011. Disponível em: http://www.foreignpolicy.com/articles/2010/06/21/2010_failed_states_index_interactive_map_and_rankings.

⁷⁴ The White House (2002), *The National Security Strategy of the United States of America*, Washington, The White House, p.1.

11 de setembro, e o continente africano exigia maior atenção de Washington, segundo o Presidente Bush:

“Em África, promessa e oportunidade estão lado a lado com as doenças, a guerra e a pobreza. Isto ameaça o núcleo dos valores dos EUA, a preservação da dignidade humana, e a nossa prioridade estratégica, combater o terrorismo global. [Para responder a estes desafios], nós devemos reforçar os estados frágeis de África, melhorar as suas capacidades de controlo fronteiriço, criar capacidades de *law enforcement* e construir infra-estruturas de *intelligence*, negando refúgio aos terroristas.”⁷⁵

A resolução de conflitos, outro motivo para a criação do AFRICOM, também estava relacionada com esta temática. Os conflitos regionais tinham origem em vários fatores, nomeadamente na incapacidade de governar, nas agressões externas, na competição por bens estratégicos, nas revoltas internas e nas tensões étnicas e religiosas que “resultavam em estados falhados, desastres humanitários e em áreas desgovernadas que se tornavam santuários para terroristas”.⁷⁶ Para reforçar esta ideia, Vicki Huddleston, do Departamento de Defesa, afirmou que a luta contra o terrorismo era a principal prioridade do DoD em África.⁷⁷

Mais tarde, no *National Security Strategy of the United States of America* de 2006, o presidente Bush avaliou África como “alta prioridade”, reconhecendo que a segurança dos Estados Unidos “depende das parcerias com países africanos que visem reforçar estados falhados, e que tragam aos espaços desgovernados o poder legítimo das democracias.”⁷⁸ De acordo com este documento, a melhor forma de garantir a segurança dos cidadãos norte-americanos consistia na “criação de um mundo democrático com países bem governados, capazes de responder às necessidades dos seus cidadãos, conduzindo-os responsabilmente no sistema internacional”.⁷⁹ Assim, um “mundo democrático”, com estados capazes de exercer o poder legítimo, criava, de acordo com os Estados Unidos, um ambiente de segurança.

Habitualmente, os estados falhados são pobres, com sociedades civis frágeis, governos corruptos e fracos, divisões internas religiosas e étnicas, sistemas judiciais vulneráveis e forças de segurança ineficazes e incapazes de aplicar a lei, deixando grandes porções de terra

⁷⁵ Idem, p.10-11.

⁷⁶ Pham, Peter (2011), “AFRICOM from Bush to Obama”, *South African Journal of International Affairs*, XVIII, (1), p.109.

⁷⁷ Huddleston, Vicki (2010), comunicação apresentada na conferência *África, el AFRICOM y el camino hacia la estabilidad*, Real Instituto Elcano, 22 de julho de 2010, Madrid.

⁷⁸ The White House (2006), *The National Security Strategy of the United States of America*, Washington, The White House, p. 37.

⁷⁹ Idem, p. 1.

ausentes de qualquer exercício de autoridade.⁸⁰ De acordo com a perspetiva norte-americana, estes estados poderiam constituir um refúgio para grupos terroristas transnacionais, uma espécie de “santuário” onde se pudessem reunir, planear e refugiar.⁸¹ Para responder a este problema, a criação do AFRICOM revelava-se essencial, pois permitiria melhorar as capacidades de vigilância e monitorização destes vastos territórios livres de soberania formal.

O recrutamento dos grupos terroristas em África era outra questão que relacionava terrorismo com estados falhados. Indivíduos jovens, sem perspectivas de futuro, sem escolaridade e, em alguns casos, juventudes antiamericanas (por exemplo, somalis e senegaleses),⁸² constituíam um grupo potencialmente recrutável. A associar a estes fatores, o continente africano albergava um conjunto de alvos ocidentais relativamente fáceis de atingir,⁸³ como empresas, hotéis, aviões, navios, embaixadas. Como exemplo, em 1998, os ataques às embaixadas norte-americanas em Nairobi, Quênia, e Dar es Salaam, Tanzânia, provocando 224 mortos. Os alvos económicos, principalmente no plano energético, também apresentavam muitas infra-estruturas vulneráveis, tais como: gasodutos, oleodutos, depósitos, postos de extração, estações de abastecimento, terminais e refinarias. Do ponto de vista humano, o número de potenciais alvos era igualmente elevado. Veja-se o caso da Argélia, onde o Grupo Islâmico Armado tomava como alvos os turistas estrangeiros, homens de negócios, diplomatas e missionários cristãos.⁸⁴ Apesar de os ataques fora da terra pátria terem um impacto inferior, era prioridade dos EUA salvaguardar a segurança dos cidadãos e das empresas norte-americanas, mesmo no estrangeiro.

Apesar de os estados falhados, na perspetiva norte-americana, constituírem um problema, existiam um conjunto de questões que mereciam reflexão. Em primeiro lugar, os grupos terroristas precisavam de meios para atuar, nomeadamente de dinheiro, por isso necessitavam de comunicações internacionais e de acesso a bancos. Sem estes serviços, as regiões remotas africanas poderiam não ser úteis aos grupos terroristas.

⁸⁰ Berschinski, Robert (2007), *AFRICOM's Dilemma: the "Global War on Terrorism," "Capacity Building," Humanitarianism, and the Future of U.S. Security Policy in Africa*, Pensilvânia, SSI, p.5.

⁸¹ Mcfate, Sean (2008), “U.S. Africa Command: A New Strategic Paradigm?”, *Military Review*, LXXXVIII, (1), p.12.

⁸² Mills, Greg e Jeffrey Herbst (2007), “Africa, Terrorism and AFRICOM”, *RUSI*, CXLII, (2), p.41.

⁸³ Idem, p.40.

⁸⁴ Silva, Manuel (2005), *Terrorismo e Guerrilha das Origens à Al-Qaeda*, Lisboa, Edições Sílabo, p.421.

Outra necessidade crucial destes grupos era a capacidade de movimentação, eles precisavam de aceder a aeroportos, estradas, portos. Assim, os países deficitários de infra-estruturas poderiam ser pouco atrativos para quem procurasse mobilidade. Veja-se o caso do Sudão do Sul. Em fevereiro de 2011, este território, que em julho desse ano se tornou independente, é aproximadamente do tamanho da França, e tinha apenas cerca de cinquenta quilómetros de estrada alcatroada.⁸⁵

É plausível sugerir que os espaços com fraca autoridade formal e monitorização, mas que permitem transações internacionais, são mais atrativos para os grupos terroristas. Neste sentido, as cidades grandes e movimentadas de países relativamente mais desenvolvidos, com acessos a aviões, estradas e bancos, e com uma população que permita cobertura e apoio, constituem os destinos preferenciais dos grupos terroristas.⁸⁶

Outro motivo que estimulou a criação de um comando de combate para África foi o crime transnacional. A pirataria, o comércio ilícito, o narcotráfico e o contrabando – de armas, minerais, seres humanos – fragilizavam os estados africanos e absorviam os diversos recursos naturais, muitas vezes escassos, contribuindo para a instabilidade da região.

O continente africano tinha linhas de comunicação de grande importância e que eram ameaçadas pela pirataria, nomeadamente no Corno de África. Por exemplo, os piratas somalis atacavam frequentemente no Golfo do Áden. Este estendia-se até ao estreito de Bab el Mandeb, que estabelecia a ligação com o Mar Vermelho e, mais adiante, com o Canal do Suez.

Ao tornar esta rota insegura, os transportadores corriam riscos elevados e os produtos transportados tornavam-se mais dispendiosos. Para além disso, muitos dos resgates pagos aos piratas pelos barcos sequestrados eram feitos com dólares falsos. A importância estratégica desta região, associada à sua volatilidade, fez com que os EUA deslocassem meios para a base militar de Camp Lemonnier, no Djibuti, em 2002, seis anos antes da autonomização do AFRICOM. Esta atitude revelou a preocupação que os Estados Unidos tinham na região, e que constituiu mais um motivo para a criação de um comando militar para África.

⁸⁵ “Lack of Infrastructure a Major Challenge for South Sudan” (2011, 16 de fevereiro), *Voice of America*, acessado em 10 de março de 2011. Disponível em: <http://www.voanews.com/english/news/africa/Lack-of-Infrastructure-a-Major-Challenge-for-South-Sudan-116332224.html>

⁸⁶ Mills, Greg e Jeffrey Herbst (2007), “Africa, Terrorism and AFRICOM”, *RUSI*, CXLII, (2), p.42.

Figura 2.2 Golfo do Adén e Mar Vermelho



Fonte: Nations Online⁸⁷

Os estados africanos, desprovidos da capacidade de controlar os fluxos financeiros, ofereciam condições para a proliferação do comércio ilícito. Os grupos criminosos desviavam recursos, danificavam a sociedade civil e corrompiam as instituições.⁸⁸ O mesmo acontecia com o narcotráfico. Os estados da costa ocidental africana tinham, na sua maioria, muitas dificuldades em patrulhar a sua costa marítima, criando condições para a circulação de narcóticos. Veja-se o caso da Guiné-Bissau. Com uma marinha praticamente inexistente, e com instituições corrompidas, a antiga colónia portuguesa estava a evoluir para um narcoestado.⁸⁹ De acordo com informações publicadas pelo jornal *El País*, um telegrama diplomático disponibilizado pela *WikiLeaks* revelou que os norte-americanos consideravam a Guiné-Bissau como estado controlado pelo tráfico de droga e dominado por organizações

⁸⁷ “Map of Southwestern Asia and the Middle East” (s.a.), *Nations Online*, acedido em 15 de julho de 2011. Disponível em: http://www.nationsonline.org/oneworld/western_asia_map.htm.

⁸⁸ Huddleston, Vicki (2010), comunicação apresentada na conferência *África, el AFRICOM y el camino hacia la estabilidad*, Real Instituto Elcano, 22 de julho de 2010, Madrid.

⁸⁹ Mcfate, Sean (2008), “U.S. Africa Command: A New Strategic Paradigm?”, *Military Review*, LXXXVIII, (1), p.13.

criminosas, onde “as unidades de segurança foram controladas pelo tráfico de droga”.⁹⁰ A resposta a estes problemas, que passava pelo reforço do estado, motivava a criação de um comando militar para África.

A vertente humanitária também constituiu um motivo para a criação do AFRICOM. No capítulo 3 deste trabalho, a Missão do AFRICOM, explica-se que o *U.S. Africa Command* não é uma estrutura exclusivamente militar, também assume uma vertente diplomática e humanitária. Neste sentido, a criação de um comando militar para África poderia melhorar a resposta a diversos problemas, tais como: catástrofes naturais, que causavam sofrimento humano e instabilidade social, política e económica; fluxos de emigração causados por conflitos, que geravam campos de refugiados e graves crises humanitárias; e a disseminação de doenças, nomeadamente do VIH.

O continente africano era o epicentro deste vírus, pois 24 dos 25 países mais atingidos pelo vírus da imunodeficiência humana eram africanos.⁹¹ A SIDA ia desgastando, à medida que se disseminava, o indivíduo, a família, a comunidade – as bases da sociedade – incidindo sobre as idades mais produtivas e, por consequência, afetando o estado. Relativamente às forças armadas, o número de militares infetados era cinco vezes superior aos civis, e em caso de conflito este valor aumentava para 50 vezes mais.⁹² Segundo Proença Garcia, o VIH era, por vezes, a principal causa de baixas entre os militares, que atingia os diversos postos, havendo consequências nas cadeias de comando, na capacidade das forças e na sua coesão. Em alguns países, como a Namíbia, a percentagem de militares infetados pela SIDA era uma informação confidencial, pelo que é legítimo pensar que os níveis de infeção atingiram proporções muito elevadas. O caso tornava-se mais grave quando o VIH era utilizado como arma, multiplicando o número de infetados, militares e civis, e inviabilizando a participação de muitos países em operações de paz. Com este comportamento, os militares podiam infetar as populações onde atuavam, ou ser infetados pelas mesmas. No regresso, podiam trazer o vírus para a sua comunidade de origem.⁹³ Esta ameaça era um forte argumento para a criação do AFRICOM, até porque uma das suas missões, como é descrito mais adiante (capítulo 3),

⁹⁰ “Guiné-bissau apontada como narco estado emergente” (2010, 26 de dezembro), *DN*, acedido em 24 de abril de 2011, disponível em:

http://www.dn.pt/inicio/globo/interior.aspx?content_id=1743129&seccao=CPLP

⁹¹ Garcia, Francisco (2009), “A Nova Polemologia”, *Negócios Estrangeiros*, (14), p. 94.

⁹² *Idem*, p. 96.

⁹³ International Crisis Group (2001), *HIV/AIDS as a Security Issue*, Washington, ICG, p. 22.

passava pelo reforço das forças armadas africanas. Ora, sem atuar sobre este flagelo, essa missão ficava comprometida.

Resumidamente, foram vários os fatores mais diretos que motivaram a criação do *U.S. Africa Command*, tais como: o petróleo africano, referido no subcapítulo 1.2, que já representa cerca de 20% das importações norte-americanas; a antiga disposição dos comandos de combate que provocava problemas de comunicação e coordenação; os estados fracos, falhados e colapsados que criavam instabilidade na região; o combate ao terrorismo, medida que marcou a administração Bush; o crime transnacional, como a pirataria que ameaça as linhas de comunicação africanas, o comércio ilícito, o contrabando e o narcotráfico que consomem recursos e corrompem instituições estatais; e a ação humanitária, nomeadamente na resposta a catástrofes naturais, aos fluxos de emigração e à disseminação de doenças.

2.3 A ESTRUTURA DO AFRICOM

O AFRICOM é o comando de combate norte-americano mais recente e apresenta algumas inovações relativamente aos seus homólogos. Apesar de ter as responsabilidades e capacidades tradicionais dessas estruturas, incluindo a capacidade de liderar e conduzir operações armadas, como ficou demonstrado, pela primeira vez, com a intervenção dos EUA na Líbia em 2011, o AFRICOM assumia uma vertente de “soft power” apontada para a promoção de um ambiente seguro e estável, incluindo uma alargada componente civil na sua estrutura, oriunda, por exemplo, do Departamento de Estado, do USAID e do FBI.⁹⁴ O AFRICOM tinha dois Adjuntos do Comandante (*Deputy to the Commander*), um militar e um civil. O primeiro direcionava as relações militar–militar e as operações de apoio aos programas do governo dos EUA. O segundo direcionava as relações civil–militar e harmonizava as atividades do AFRICOM com os programas das outras agências e departamentos norte-americanos.⁹⁵ O comandante e seus adjuntos, civil e militar, tinham ao seu dispor uma equipa civil que providenciava apoio e aconselhamento em matérias específicas, constituída por um conselheiro de política externa, do Departamento de Estado;

⁹⁴ Huddleston, Vicki (2010), comunicação apresentada na conferência *África, el AFRICOM y el camino hacia la estabilidad*, Real Instituto Elcano, 22 de julho de 2010, Madrid.

⁹⁵ Schaefer, Brett e Mackenzie Eaglen (2008) “U.S. Africa Command: Challenges and Opportunities”, *Backgrounder*, (2118), p.3-4.

um conselheiro para o desenvolvimento e assistência humanitária, do USAID; e um representante do Departamento do Tesouro. Tinham também um elemento do Departamento do Comércio, que servia como representante do diretor de recursos (*deputy director of resources*), e um oficial sênior da Guarda Costeira, oriundo do Departamento de Segurança Interna.⁹⁶ Em 2008, o general William Ward, então comandante, salientou a postura interdepartamental do AFRICOM, revelando compromisso perante a diplomacia dos EUA ao afirmar o seguinte:

“Nós pretendemos integrar pessoal oriundo das várias agências, incluindo do Departamento do Comércio, Departamento da Agricultura e do Departamento da Energia. Também procuramos especialistas oriundos da Imigração e Fiscalização Aduaneira (*Immigration and Customs Enforcement*), Serviços de Estrangeiros e Fronteiras (*Customs and Border Protection*) e da Administração de Segurança nos Transportes. Estamos confiantes que as parcerias com o Departamento de Estado e com outros departamentos e agências constituem a melhor maneira de apoiar a política externa dos EUA”.⁹⁷

O comandante Ward considerava, também, que o envolvimento do Departamento de Defesa em África estava dividido em três frentes, pois através do AFRICOM respondia às questões de segurança, apoiava o Departamento de Estado na condução da diplomacia, e auxiliava o USAID nos programas de desenvolvimento.⁹⁸ O general Ward salientou que o AFRICOM apenas controlava os programas do Departamento de Defesa, embora prestasse apoio e aconselhamento sobre os esforços de outras agências, especialmente nas embaixadas norte-americanas.⁹⁹ Esta postura revelava a tendência do DOD em abordar os desafios em cooperação com as agências e departamentos dos Estados Unidos. Estas características levaram o Departamento de Defesa (DOD) a caracterizar o AFRICOM como um “comando componente plus”.¹⁰⁰

⁹⁶ Moeller, Robert e Mary Yates (2008), “The Road to a New Unified Command”, *Joint Force Quarterly*, (51), p.71.

⁹⁷ Ward, William (2008), “Statement of General William Ward”, comunicação apresentada perante *The House Armed Services Committee*, House of Representatives, 13 de Março de 2008, Washington.

⁹⁸ Schaefer, Brett e Mackenzie Eaglen (2008) “U.S. Africa Command: Challenges and Opportunities”, *Backgrounder*, (2118), p.3.

⁹⁹ Ward, William (2011), “What “Right” Looks Like in the Interagency: A Commander’s Perspective”, *InterAgency Journal*, II, (1), p.4.

¹⁰⁰ Mcfate, Sean (2008), “U.S. Africa Command: A New Strategic Paradigm?”, *Military Review*, LXXXVIII, (1), p.17.

Avançando para a problemática da sede do AFRICOM, o seu destino definitivo não gerou consenso, estando a decisão adiada até 2012. O AFRICOM e o EUCOM, ambos com sede em Estugarda, eram os únicos comandos de combate com o quartel-general sediado fora de solo norte-americano – o PACOM tem sede no Havai, o CENTCOM em Tampa, o SOUTHCOM em Miami e o NORTHCOM no Colorado. Estabelecer a sede do AFRICOM dentro da sua área geográfica de responsabilidade teria como grande vantagem a proximidade, o que poderia tornar a interação com os países africanos mais eficiente. Desde o início que esta possibilidade não foi bem encarada por algumas nações africanas que acusaram os EUA de querer aumentar a sua influência militar no continente. O DOD rapidamente trouxe para a discussão o facto de a sede do AFRICOM ser apenas o quartel-general e não a sede da tropa, pois a força militar do AFRICOM estava nos seus comandos componentes.

Em África, a ideia do DOD passava por um modelo de quartel-general disperso regionalmente, com pequenas estruturas espalhadas pelo continente, reduzindo a presença dos EUA num único país. Concretamente, a distribuição do AFRICOM pelo continente africano consistia, em primeiro lugar, pelo posto do comandante e da sua equipa, relativamente pequena. Em segundo plano, seriam criados pontos de contacto com as comunidades económicas regionais da União Africana. Num terceiro nível, existiriam gabinetes de ligação em 29 das 53 embaixadas norte-americanas em África que coordenariam as atividades militares e de segurança. Finalmente, os indivíduos que não tinham de lidar com os africanos nem de estar em contacto diário com o comandante, estariam sediados na Europa ou nos EUA. Portanto, os planos do DOD para a sede do AFRICOM pressupunham uma distribuição em quatro níveis, três dos quais em África. No entanto, o Departamento de Defesa lembrou que a quarta equipa constituiria a maior estrutura, em número e dimensão, pelo que não se assistiria a uma “deslocação em massa de Estugarda para o continente [africano]”.¹⁰¹

Apesar de existirem propostas de países africanos para albergar a sede do AFRICOM, nomeadamente da Libéria e de Marrocos,¹⁰² outros países mostraram-se relutantes, como a África do Sul, Nigéria, Quénia e a Argélia. Para além disso, alguns países africanos, que se consideravam potências regionais, podiam encarar os norte-americanos como rivais, políticos

¹⁰¹ Seib, Philip (2008), *AFRICOM: The American Military and Public Diplomacy in Africa*, Los Angeles, Figueroa Press, p. 31-32.

¹⁰² “Battle Begins for Hosting US Africa Command” (2011, 12 de abril), *Voice of America*, acessado em 13 de abril de 2011, disponível em: <http://www.voanews.com/english/news/africa/Battle-Begins-for-Hosting-US-Africa-Command-119714109.html>

e militares, no seu meio de influência. No Norte de África, a questão complicava-se, pois a presença militar dos EUA naquela região podia estimular as acções de grupos terroristas.¹⁰³

A deslocação da sede do AFRICOM também deveria ter em conta os mais de mil funcionários, e respetivas famílias, que constituíam o comando de combate. O país escolhido deveria ser politicamente estável, com acesso a cuidados de saúde, a escolas e a linhas de comunicação regionais e internacionais. Legalmente, para deslocar estes funcionários, permanentemente, para fora dos Estados Unidos era necessário que o país de destino aprovasse o Acordo sobre o Estatuto das Forças (*Status-of-Force Agreement*), documento negociado pelo Departamento de Estado que definia o estatuto legal do pessoal e dos bens dos EUA naquele país.

Estas condições dificultavam a deslocação do AFRICOM para África, obrigando os norte-americanos a escolher outro destino. A opção seleccionada foi Estugarda. Uma vez que a maioria dos países constituintes da área de responsabilidade do AFRICOM estiveram, outrora, sobre a responsabilidade do EUCOM, a maior parte do pessoal que tratava das questões africanas já se encontrava na sede desse comando, ou seja, em Estugarda. Em dezembro de 2009, Anthony Holmes, comandante adjunto do AFRICOM, explicou que a presença da sede em Estugarda era “resultado de um longo historial de relações dos EUA com a Europa desde a Segunda Guerra Mundial”, e garantiu a manutenção do AFRICOM na Europa – “já decidimos que o comando vai ficar em Estugarda por muitos anos”.¹⁰⁴ Em 2011, o comandante do AFRICOM, general Carter Ham, afirmou que a deslocação da sede do comando de combate exigia investimentos que a conjuntura económica dificultava – “neste período economicamente desafiador [...], o montante necessário a esse investimento não está, provavelmente, disponível.”¹⁰⁵

O AFRICOM tem como *Forward Operating Sites* a base de Camp Lemonnier, Djibuti, e as ilhas britânicas de Ascensão, no Atlântico Sul. As instalações de apoio logístico situam-se em Rota, Espanha; Sigonella, Itália; Aruba, Pequenas Antilhas; Baía de Souda, Grécia; e Ramstein, Alemanha. Para além destes pontos, os Estados Unidos têm acesso a algumas bases

¹⁰³ Ploch, Lauren (2010), *Africa Command: U.S. Strategic Interests and the Role of the U.S. Military in Africa*, Washington, Congressional Research Service, p. 11.

¹⁰⁴ “AFRICOM reconhece a importância crescente de Angola” (2009, 16 de dezembro), *Lusa*, acessado em 23 de maio de 2011. Disponível em:

http://www.angonoticias.com/full_headlines_.php?id=25934

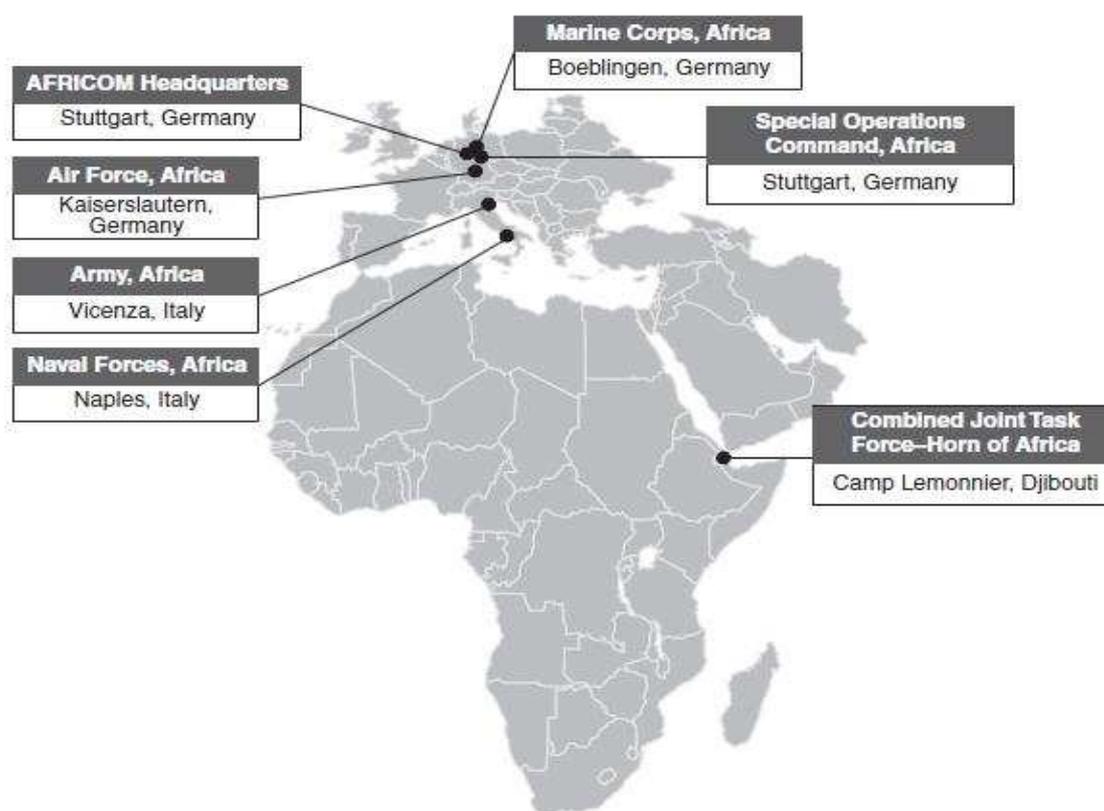
¹⁰⁵ “Transcript: AFRICOM Commander Discusses North Africa in Interview with Stuttgart Nachrichten” (2011, 15 de junho), *AFRICOM*, acessado em 10 de agosto de 2011. Disponível em:

<http://www.africom.mil/getArticle.asp?art=6797&lang=0>

e portos africanos, designadamente na Argélia, Botswana, Gabão, Gana, Quênia, Mali, Namíbia, São Tomé e Príncipe, Serra Leoa, Tunísia, Uganda e Zâmbia. Ainda a acrescentar, o AFRICOM tem oficiais militares de ligação (*military liaison officers*) na sede da União Africana, Etiópia; na Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental, na Nigéria; e no Kofi Annan International Peacekeeping Training Center, no Gana.¹⁰⁶

Relativamente à força humana, o AFRICOM foi autorizado, pelo DOD, a ter uma equipa no quartel-general de 1300 homens. No entanto, em janeiro de 2010, este contava com 1140 homens, 270 dos quais transferidos do EUCOM, CENTCOM e PACOM. A associar a estes, 1300 homens serviam nos comandos componentes do AFRICOM e 1900 trabalhavam na CJTF-HOA, no Djibuti.¹⁰⁷

Figura 3.2 Localização das sedes das estruturas associadas aos AFRICOM



Fonte: *US Government Accountability Office*¹⁰⁸

¹⁰⁶ Ploch, Lauren (2010), *Africa Command: U.S. Strategic Interests and the Role of the U.S. Military in Africa*, Washington, Congressional Research Service, p. 9-10.

¹⁰⁷ Idem, p. 12.

¹⁰⁸ United States Government Accountability Office (2010), *Defense Management: Improved Planning, Training, and Interagency Collaboration Could Strengthen DOD's Efforts in Africa*, Washington, GAO, p.5.

O AFRICOM tem na sua estrutura quatro comandos componentes de serviço – USARAF, NAVAF, MARFORAF e AFAFRICA – um sub-comando funcional, SOCAFRICA, e uma força tarefa conjunta multinacional, CJTF-HOA.

A 1 de outubro de 2009 foi criado o *U.S. Army Africa*, que derivou do antigo *U.S. Army Southern European Task Force*, tornando-se no comando componente do exército ao serviço do AFRICOM. Está sediado em Vicenza, Itália. Tem quatro objetivos principais: estabelecer bases sólidas em África no presente para garantir o sucesso das operações no futuro; responder a crises, reduzindo ou prevenindo os efeitos dos conflitos; auxiliar as nações africanas no reforço das suas capacidades militares terrestres, encorajando a formação de militares profissionais que respeitem a autoridade legítima das instituições civis e o direito internacional; e tornar-se num parceiro das forças terrestres africanas, das agências governamentais norte-americanas, das instituições de segurança dos aliados dos Estados Unidos e das organizações internacionais que trabalhem em África.¹⁰⁹ Estes objetivos são perseguidos em cooperação com os restantes comandos componentes do AFRICOM.

O USARAF admitiu que a sua forma de atuação diferia da ação habitual dos comandos componentes, uma vez que teria de trabalhar com militares e civis, norte-americanos e estrangeiros. Tradicionalmente, os comandos componentes do exército desenvolviam esforços de *capacity-building* através de visitas de oficiais, exercícios com parceiros e compromissos entre militares,¹¹⁰ pelo que o USARAF desenvolvia relações com o Departamento do Exército e com os militares africanos, aspeto fundamental para o cumprimento dos objetivos. Paralelamente, também desenvolvia contactos com civis, nomeadamente através da abordagem intra-governamental que permitia trabalhar em conjunto com o Departamento de Estado e USAID, utilizando o *Coordinator for Reconstruction and Stabilization* e o *Office of Foreign Disaster Assistance*, respetivamente, como pontos de contacto.

O USARAF considerava que a dimensão do seu corpo não tinha a força suficiente para corresponder aos objetivos. Como a atribuição de forças tinha em conta a demanda internacional, o Departamento do Exército não podia, permanentemente, atribuir forças ao *U.S. Army Africa*, obrigando o USARAF a recorrer ao apoio do *U.S. Army Europe* e a

¹⁰⁹ Garrett III, William (2010) “Forward in Africa: USAFRICOM and the US ARMY in Africa”, *Military Review*, XC, (1), p.20.

¹¹⁰ Idem, p.21.

unidades com base nos EUA. Estas circunstâncias levaram Theresa Whelan, do Departamento de Defesa, a descrever o *U.S. Army Africa* como “interdependente desde a sua criação”.¹¹¹

Sediada em Nápoles, Itália, as *U.S. Naval Forces Africa* têm como principal missão melhorar a proteção e segurança marítimas, assim como as competências dos parceiros africanos. Os compromissos desenvolvidos em atividades marítimas visam estimular a cooperação, a pro-atividade e o respeito pelos interesses norte-americanos, tentando garantir o acesso a portos, a águas territoriais e a outros recursos necessários para a condução das operações marítimas. Para encontrar a melhor forma de assistir os parceiros africanos na construção de proteção e segurança marítimas, a NAVAF enviava elementos para as embaixadas dos EUA em África para auxiliar as equipas locais no planeamento das atividades de cooperação em segurança marítima.¹¹²

As *U.S. Marine Corps Forces Africa* foram estabelecidas a 1 de outubro de 2008 e têm sede em Boebligen, Alemanha, partilhando-a com as *U.S. Marine Forces Europe*. Também partilham o comandante que lidera ambas as forças. A MARFORAF tem uma orientação essencialmente militar, procurando familiarizar os parceiros africanos com os diversos procedimentos e operações militares, nomeadamente ao nível tático e médico. Em 2009, participou em 15 missões do programa ACOTA, do Departamento de Estado, onde providenciou apoio logístico e empregou polícia militar.

Com sede em Ramstein, Kaiserslautern, Alemanha, as *U.S. Air Forces Africa* tinham como principal missão a promoção de segurança, proteção e desenvolvimento aéreos. A AFAFRICA não tem uma função exclusivamente militar, pois desenvolve trabalho em conjunto com departamentos e agências dos EUA com o objetivo de desenvolver as capacidades aéreas regionais dos parceiros africanos e alcançar soluções de segurança no domínio aéreo, civil e militar. É constituída por uma equipa de forças da força aérea e, com funções de comando, por um Centro de Operações Aéreo e Espacial.¹¹³

As *U.S. Special Operations Command Africa*, sub-comando funcional, estão co-sediadas em Estugarda, tal como o AFRICOM, e são responsáveis pelas operações especiais em África que podem incluir questões civis, resposta a crises, operações de comunicação, planeamento de campanhas. O SOCAFRICA tem os seguintes objetivos: construir capacidade

¹¹¹ Idem, p.20.

¹¹² Ward, William (2009), *United States Africa Command 2009 Posture Statement*, Estugarda, AFRICOM, p.32.

¹¹³ Ward, William (2010), *United States Africa Command 2010 Posture Statement*, Estugarda, AFRICOM, p.33.

operacional, reforçar a segurança regional, implementar estratégias de comunicação eficazes e erradicar organizações extremistas e suas redes de apoio.¹¹⁴ Esta força trabalha com as embaixadas norte-americanas em África, mantendo uma presença constante no continente, predominantemente nas regiões do Sahara e do Corno de África através da *Naval Special Warfare Unit-10*, força especializada na resposta a crises e em operações de contra-terrorismo.¹¹⁵

Apesar dos comandos componentes do AFRICOM estarem prontos para combate, como ficou demonstrado na intervenção norte-americana na Líbia em 2011, a declaração de intenções do AFRICOM, tanto em 2009 como em 2010, revelava uma forte orientação destes comandos para a cooperação e desenvolvimento, estimulando a pro-atividade dos parceiros africanos. A procura de parceiros assumia uma posição de destaque e exigia destas estruturas uma nova abordagem, pois as relações entre os comandos componentes e os departamentos e agências dos Estados Unidos revelavam-se preponderantes na perseguição dos objetivos.

Concebida em 2002, a *Combined Joint Task Force – Horn of Africa* esteve sob o comando do *U.S. Central Command* até outubro de 2008, altura em que o AFRICOM assumiu o seu comando. Aquando da sua criação, foi estabelecida em Camp LeJeune, Carolina do Norte. Em 2003 passou a ocupar as instalações de Camp Lemonnier, Djibuti, com uma força rotativa compreendida entre os 1500 e os 2500 elementos, militares e civis.¹¹⁶ Tem como missão estimular as capacidades das nações parceiras, promover a segurança e estabilidade regionais, dissuadir conflitos e proteger os interesses norte-americanos. A instabilidade do Corno de África oferecia ao CJTF-HOA uma grande importância, principalmente devido à pirataria no Golfo do Áden e à influência da al-Qaeda e do al-Shabaab na Somália.¹¹⁷ Para combater a influência extremista, o CJTF-HOA promovia a cooperação em segurança regional e reforçava as capacidades de segurança das nações parceiras africanas. Também contribuía para o melhoramento das relações entre civis e militares, através das suas equipas para assuntos civis. A *Combined Joint Task Force – Horn of Africa* apoiava os esforços do Djibuti no treino de soldados somalis do Governo Federal de

¹¹⁴ Idem.

¹¹⁵ “Naval special operations forces added to AFRICOM” (2011, 10 de maio), *Stars and Stripes*, acessado em 13 de junho de 2011. Disponível em: <http://www.stripes.com/news/naval-special-operations-forces-unit-added-to-africom-1.143241>

¹¹⁶ Ploch, Lauren (2010), *Africa Command: U.S. Strategic Interests and the Role of the U.S. Military in Africa*, Washington, Congressional Research Service, p.21.

¹¹⁷ Ward, William (2010), *United States Africa Command 2010 Posture Statement*, Estugarda, AFRICOM, p.34.

Transição e no apoio ao *East African Standby Force Field Training Exercise*, com o objetivo de melhorar as capacidades desse país africano em procurar e estabelecer a paz dentro das suas fronteiras e, dessa forma, contribuir para a estabilidade do Corno de África. Por constituir uma das principais ações do *U.S. Africa Command*, o CJTF-HOA é abordado com mais pormenor no capítulo 4 deste trabalho: a ação do AFRICOM.

CAPÍTULO 3. REAÇÕES À CRIAÇÃO DO AFRICOM

Depois do anúncio da criação do AFRICOM, a 6 de fevereiro de 2007, surgiram várias reações, tanto externas como internas. A grande maioria dos países africanos revelou-se contra, embora em alguns casos a reação tenha sido favorável, como no caso da Libéria. Do ponto de vista doméstico, a orientação interdepartamental do AFRICOM levantou muitas dúvidas, geradas pela definição pouco esclarecedora da missão do AFRICOM, por incompatibilidades administrativas e pela discrepância de recursos, culminando com a ideia da militarização da política externa norte-americana para África.

Inicialmente, a principal preocupação associada ao AFRICOM, tanto no plano interno como externo, residia na missão e objetivos do comando de combate. Entre fevereiro e abril de 2007, logo após o anúncio da criação do AFRICOM, várias personagens associadas a essa estrutura proferiram declarações que geraram dúvidas e receios junto dos africanos. Robert Moeller, diretor da Equipa de Transição do AFRICOM, referiu que a criação de um comando de combate para África foi motivada pelo aumento da importância estratégica, diplomática e económica do continente africano.¹¹⁸ Ryan Henry, Gabinete do Secretário de Defesa, afirmou que o AFRICOM permitia combater terroristas em África, conter a influência diplomática chinesa e ganhar acesso aos recursos naturais africanos, especialmente petróleo. O general Walter Sharp, antigo diretor do *Joint Staff*, mencionou que “embora muitas das missões do AFRICOM sejam não cinéticas (...) o AFRICOM será responsável por qualquer ação militar necessária em África”,¹¹⁹ tal como aconteceu com a intervenção na Líbia em 2011.

Em setembro de 2007, a um mês da implementação do AFRICOM, novas declarações revelaram contradições. Theresa Whelan, do Departamento de Defesa, declarou que não era verdade que o AFRICOM iria tentar expandir a guerra contra o terrorismo em África, garantir reservas de petróleo e limitar a influência chinesa no continente.¹²⁰ O presidente Bush corroborou as palavras de Whelan, afirmando que o AFRICOM foi estabelecido para “auxiliar os africanos a alcançar a sua própria segurança e não para estender o espectro de ação da guerra contra o terrorismo ou garantir recursos africanos.”¹²¹ No entanto, estas declarações

¹¹⁸Burgess, Stephen (2009), “In the National Interest? Authoritarian Decision-making and the Problematic Creation of US Africa Command”, *Contemporary Security Policy*, XXX, (1), p.88.

¹¹⁹ Idem.

¹²⁰ Idem, p.92.

¹²¹ Idem.

contrastavam com as anteriores, gerando dúvidas e ambiguidades que contribuíram e alimentaram as desconfianças e as reações negativas africanas.

3.1 AS POSIÇÕES AFRICANAS

A interpretação africana, de uma forma geral, considerava o AFRICOM uma ferramenta dos EUA que procurava o acesso a recursos naturais no continente, abrandava o crescimento da influência diplomática chinesa e intersetava e destruía redes terroristas, podendo motivar o aumento da presença militar e a criação de bases militares norte-americanas no continente.¹²²

As reações africanas ao anúncio da criação do AFRICOM revelaram-se por todo o continente. Começando pela África ocidental, a Libéria apoiou, desde o início, a criação do AFRICOM, demonstrando disponibilidade para aceitar a sede do comando de combate. Em 2008, o embaixador da Libéria nos EUA, Charles Minor, reforçou esse apoio ao referir que o AFRICOM permitia otimizar a aplicação de recursos, possibilitando o seguinte:

“aos governos africanos, às instituições não-governamentais, e aos seus povos um menor investimento na manutenção da segurança, permitindo concentrar os recursos materiais no desenvolvimento do nosso capital humano e das nossas infra-estruturas para facilitar o desenvolvimento do nosso povo”.¹²³

Por outro lado, a Nigéria revelou-se contra, chegando mesmo a exercer pressão na Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental, em 2007, para que os países desta região não aceitassem albergar a sede do AFRICOM. Posteriormente, em dezembro desse ano, isto é depois da implementação do AFRICOM enquanto sub-comando do EUCOM, o antigo presidente nigeriano, Umaru Yar'Adua, durante uma visita a Washington revelou mais abertura ao declarar que “nós devemos colaborar com o AFRICOM, para ajudar não só a Nigéria, mas o continente africano”.¹²⁴ Esta declaração foi muito contestada pelos partidos da

¹²² Pedleton, John(2008), “Force Structure: Preliminary Observations on the Progress and Challenges Associated with Establishing the U.S. Africa Command”, comunicação apresentada no *Testimony before the Subcommittee on National Security and Foreign Affairs, Committee on Oversight and Government Reform, House of Representatives, United States Government Accountability Office*, 15 de Julho de 2008, Washington, p.15.

¹²³ Seib, Philip (2008), *AFRICOM: The American Military and Public Diplomacy in Africa*, Los Angeles, Figueroa Press, p.99.

¹²⁴ Ploch, Lauren (2010), *Africa Command: U.S. Strategic Interests and the Role of the U.S. Military in Africa*, Washington, Congressional Research Service, p.26.

oposição, pelo que o ministro dos negócios estrangeiros nigeriano veio a público referir que “a posição da Nigéria em relação ao AFRICOM é de que os governos africanos têm a responsabilidade soberana para a manutenção da paz e segurança no continente”.¹²⁵

Relativamente aos países da África austral, a África do Sul foi a voz mais sonante contra o AFRICOM. Em agosto de 2007, o ministro da defesa sul-africano referiu que “se houver um influxo de forças armadas para um ou vários países africanos, isso irá afetar as relações com os países irmãos e não vai encorajar um ambiente de segurança”.¹²⁶ A postura sul-africana derivava da sua posição, enquanto potência regional, dentro da Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC), tendo exercido pressão na União Africana (UA) contra o AFRICOM e seu alojamento no continente. Em outubro de 2007, os membros do Parlamento Pan-africano, órgão legislativo da UA, votaram a favor de uma moção que apelava a todos os estados da União Africana para que “não acedessem ao pedido dos Estados Unidos da América para albergar o AFRICOM”.¹²⁷ Nesta região africana, o Botswana revelou interesse em estabelecer compromissos com o AFRICOM. No entanto, a posição da África do Sul e de outros países da SADC, tais como Angola, Zimbabué e Namíbia, deixaram o governo do Botswana hesitante.

Na África oriental e central, o Quênia recusou o pedido dos EUA para albergar o AFRICOM, mal recebido nos media e na opinião pública. Com boas relações com os EUA e favorável ao AFRICOM, à Etiópia não era conveniente assumir compromissos nesse setor, uma vez que já albergava na sua capital, Adis Abeba, a sede da União Africana. Na África central, o Gabão explorou a possibilidade de receber um gabinete regional do AFRICOM. No entanto, a proximidade com Angola, que se revelava contra, deixou o Gabão reticente.¹²⁸

Finalmente, no norte de África a principal preocupação centrou-se na possibilidade do AFRICOM representar um alvo atrativo para os grupos terroristas. No entanto, Marrocos, que não integrava a União Africana, deixou em aberto a possibilidade de receber o AFRICOM. Por outro lado, em 2007, o ministro argelino dos negócios estrangeiros referiu que “a Argélia

¹²⁵ Idem.

¹²⁶ Mcfate, Sean (2008), “U.S. Africa Command: A New Strategic Paradigm?”, *Military Review*, LXXXVIII, (1), p.18.

¹²⁷ Ploch, Lauren (2010), *Africa Command: U.S. Strategic Interests and the Role of the U.S. Military in Africa*, Washington, Congressional Research Service, p.26.

¹²⁸ Burgess, Stephen (2009), “In the National Interest? Authoritarian Decision-making and the Problematic Creation of US Africa Command”, *Contemporary Security Policy*, XXX, (1), p.91.

não aceitará bases americanas no seu território”.¹²⁹ A Líbia também se revelou contra, não desejando a intromissão norte-americana em assuntos africanos.

Estas posturas, maioritariamente contra o AFRICOM, eram motivadas por diversos fatores. Primeiro, os africanos careciam de informações sobre o comando de combate, abrindo espaço para desconfianças e receios. Isto aconteceu pois durante a conceptualização do AFRICOM os países africanos não foram consultados. O general Frank Rusagara, do ministério da defesa do Ruanda, manifestou essa preocupação – “devido à falta de informação as pessoas não sabem o que o AFRICOM é e como se vai relacionar com África”.¹³⁰ A atitude dos EUA, de não consultar os africanos, justificava-se por considerarem que a criação do AFRICOM não carecia de legitimidade perante os africanos, apoiando-se no argumento de que o EUCOM e o CENTCOM, ambos comandos de combate, já desenvolviam iniciativas em África. De facto, a criação do AFRICOM não trouxe nada de novo no que diz respeito à área geográfica de responsabilidade. Antes da criação do AFRICOM, o continente africano, na sua totalidade, já estava sob a área geográfica de responsabilidade de três comandos de combate – EUCOM, CENTCOM e PACOM. A novidade, neste plano, foi a criação de uma estrutura que pensava exclusiva sobre África. No entanto, a interpretação inicial, feita a partir da pouca informação disponibilizada pelos EUA, levou os africanos a temer o estabelecimento de bases militares em África, gerando receios relativamente à militarização da política externa norte-americana para África. Também é importante salientar que os países africanos revelaram preferência pela vertente diplomática e multilateral, nomeadamente através da UA, comunidades económicas africanas e Nações Unidas, em detrimento de uma abordagem unilateral norte-americana.

Em segundo lugar, os media, bastante influentes na opinião pública, também tiveram responsabilidades na reação negativa africana. Exemplificando, em fevereiro de 2007, o jornal queniano *Daily Nation* titulava: “O novo comando americano vai militarizar as relações com África”, e o *Business Day* da África do Sul – “Porque razão é que o AFRICOM vai prejudicar África”.¹³¹ Em abril de 2007, o *The Post* (Zâmbia) escrevia: “o AFRICOM está direcionado para influenciar, ameaçar e afastar qualquer competidor através do uso da força”. O argelino *Le Reporter* escrevia: “os países africanos deviam acordar depois de verem as cicatrizes de

¹²⁹ Idem.

¹³⁰ Mcfate, Sean (2008), “U.S. Africa Command: A New Strategic Paradigm?”, *Military Review*, LXXXVIII, (1), p.19.

¹³¹ Idem, p.18.

outros”¹³², fazendo referência ao Afeganistão e Iraque. De uma forma geral, as reações foram negativas na imprensa africana, interpretando o AFRICOM como um mecanismo ao serviço dos EUA que visava o controlo de recursos naturais, a pressão sobre outros competidores no continente e a militarização das relações entre os EUA e África.

O passado do continente africano também serve de argumento para justificar as reações negativas relativamente à criação do AFRICOM. Em primeiro lugar, a história colonial africana foi marcada por várias ocupações militares, exploração dos seus recursos naturais e opressão do povo. Relacionando o passado africano com os EUA, as posições norte-americanas durante a Guerra Fria, apesar de justificadas à luz da conjuntura mundial da altura, deixaram marcas no continente. Mais tarde, a invasão do Iraque, em março de 2003, e o apoio norte-americano à invasão da Somália pela Etiópia, em dezembro de 2006, serviram de estimulante à desconfiança dos africanos, contribuindo para uma reação negativa.

Nestas circunstâncias, era fundamental que os EUA desenvolvessem uma imagem mais transparente e esclarecedora sobre o AFRICOM. O embaixador Mark Bellamy, do *Center for Strategic and International Studies*, corroborou esta ideia ao observar que “a principal tarefa da diplomacia pública do AFRICOM vai consistir (...) na explicação da sua própria missão”.¹³³ Neste sentido, os EUA deveriam convencer os africanos de que o AFRICOM poderia trazer benefícios à segurança do continente, através da cooperação e construção de capacidades, que seriam mutuamente benéficas. Depois de assumir o comando do AFRICOM, a 1 de outubro de 2007, o general Ward preparou a resposta a esse problema, concebendo três temas de comunicação que compunham a mensagem do comando de combate – construir uma equipa, permitir o trabalho dos africanos e adicionar valores e não causar danos.¹³⁴ A mensagem foi posteriormente transmitida aos líderes africanos em várias reuniões verificadas no continente. No primeiro ponto, construir uma equipa, transmitia-se a ideia de que o AFRICOM estava a crescer e a trabalhar para que as suas equipas estivessem prontas rapidamente, valorizando o treino e a instrução. Também se salientava a importância de ouvir e apreender a partir dos africanos, convidando-os a providenciar aconselhamento na elaboração de iniciativas. No segundo ponto, permitir o trabalho dos africanos, transmitia-se a

¹³² Okumu, Wafula (2007), “Africa Command: Opportunity for Enhanced Engagement or the Militarization of U.S.-Africa Relations?”, comunicação apresentada no *Hearing before the Subcommittee on Africa and Global Health of the Committee on Foreign Affairs, 110th Congress, First Session*, House of Representatives, 2 de agosto de 2007, Washington, p.42.

¹³³ Seib, Philip (2008), *AFRICOM: The American Military and Public Diplomacy in Africa*, Los Angeles, Figueroa Press, p.68.

¹³⁴ Moeller, Robert e Mary Yates (2008), “The Road to a New Unified Command”, *Joint Force Quarterly*, (51), p.69.

ideia de que o AFRICOM respeitava a soberania africana e apoiava o desenvolvimento de capacidades, permitindo que os africanos assegurassem a sua própria segurança. No último aspeto, adicionar valores e não causar dano, referia-se que o AFRICOM estava focado em melhorar os programas de cooperação em matéria de segurança, harmonizando os esforços militares com os desenvolvidos por outras agências norte-americanas, e salientando que o Departamento de Estado estaria na liderança da política externa norte-americana.¹³⁵

Em fevereiro de 2008, Ryan Henry, Gabinete do Secretário de Defesa, já referido neste capítulo, adotava uma postura diferente da inicial, seguindo a linha de comunicação do general Ward. Segundo Henry, “os EUA vão adotar uma forma mais multilateral de relacionamento com os parceiros africanos” e trabalhar para que sejam capazes de providenciar a sua própria segurança, de forma a “manter as forças militares norte-americanas fora do continente no próximo meio século”.¹³⁶ Sobre a presença militar de forças norte-americanas em África, o diretor de estratégia, planos e programas do AFRICOM, major general Herbert Altshuler, referiu que “nunca foi nossa intenção colocar forças ou bases ou guarnições no continente africano. Nós estamos dispostos a isso, apenas se formos convidados”.¹³⁷ Em abril de 2008, o embaixador norte-americano nas Nações Unidas, Zalmay Khalilzad, referiu o seguinte:

“os Estados Unidos estão comprometidos em ajudar os estados africanos a melhorar as suas capacidades (...) nós vemos uma oportunidade para que vários países africanos desenvolvam capacidades que permitam a sua participação em operações multinacionais e conjuntas, salientando a interoperabilidade no equipamento, treino e comunicações, e na construção de relações profissionais entre os militares africanos. Passos como estes vão promover a capacidade de peacekeeping da UA e constituirão um ponto central para o AFRICOM”.¹³⁸

A linha de comunicação adotada pelo comandante do AFRICOM e as declarações que se seguiram revelaram uma postura diferente daquela verificada aquando do anúncio da criação do AFRICOM. Em primeiro lugar, referiu-se que o Departamento de Estado seria o responsável pela direção da política externa norte-americana em África, tentando colmatar os receios africanos de que o AFRICOM iria contribuir para a sua militarização. Depois, afirmou-se que os EUA não pretendiam estabelecer bases militares em África, ficando clara a

¹³⁵ Idem.

¹³⁶ Seib, Philip (2008), *AFRICOM: The American Military and Public Diplomacy in Africa*, Los Angeles, Figueroa Press, pp.30-31.

¹³⁷ Idem, p.66.

¹³⁸ Malan, Mark (2008), *U.S. Civil-Military Imbalance for Global Engagement*, Washington, Refugees International, p.35.

posição norte-americana numa matéria que deixava os africanos apreensivos. Por último, os EUA revelaram disponibilidade para um relacionamento multilateral com África, uma preferência manifestada pelos africanos. Esta nova abordagem dos EUA, relativamente à explicação da sua missão e postura, surtiu efeito e atenuou as reações negativas africanas. Isto justifica-se recorrendo à ação do AFRICOM, uma vez que os compromissos desenvolvidos englobam países que outrora se revelaram fortemente contra. Por exemplo, a África do Sul participou na *Africa Partnership Station*, assim como a Nigéria e o Quênia.

Em suma, as posições africanas perante o AFRICOM sofreram uma evolução positiva. Inicialmente, as reações africanas foram, na sua maioria, negativas, devido à falta de informação sobre o novo comando de combate. Os responsáveis perceberam o problema e desenvolveram uma nova linha de comunicação, mais abrangente, que promovia a troca de ideias com os países africanos. Como resultado, verificou-se uma abertura nas posições africanas, aspeto corroborado pela ação do AFRICOM, desenvolvida no capítulo 5, visto que alguns dos países africanos que se revelaram contra à criação do AFRICOM, acabaram, mais tarde, por participar nos exercícios e iniciativas do comando de combate.

3.2 PREOCUPAÇÕES E RECEIOS INTERNOS

Dentro dos Estados Unidos, no plano governativo e burocrático, as principais preocupações residiam na dificuldade de integração das equipas intra-governamentais, essenciais para sincronizar os esforços do AFRICOM com outras agências governamentais. A limitação de recursos era uma das justificações. O Departamento de Estado revelou-se preocupado com o envio de pessoal técnico para o AFRICOM, uma vez que teria dificuldade em repor pessoal, não só pela limitação financeira, mas também pela duração e grau de exigência da formação de um profissional dos serviços externos.¹³⁹ As diferentes formas de organização das agências norte-americanas também representavam um entrave aos esforços intra-governamentais. O Departamento de Defesa considerou que os sistemas de pessoal das agências federais eram incompatíveis, pelo que a integração numa só estrutura, o AFRICOM, era dificultada. Ainda a acrescentar, algumas destas agências, nomeadamente do Departamento de Segurança Interna,

¹³⁹ Pedleton, John(2008), “Force Structure: Preliminary Observations on the Progress and Challenges Associated with Establishing the U.S. Africa Command”, comunicação apresentada no *Testimony before the Subcommittee on National Security and Foreign Affairs, Committee on Oversight and Government Reform, House of Representatives, United States Government Accountability Office*, 15 de Julho de 2008, Washington, p.13.

tinham como especialidade a atuação doméstica, pelo que era necessário tempo de adaptação a uma nova realidade, a africana.¹⁴⁰

Outro assunto que causava dúvidas internas era a postura dos 3Ds (Defesa, Diplomacia e Desenvolvimento) adotada pelo AFRICOM. Esta abordagem deixava o Departamento de Estado e o USAID apreensivos, pois temiam que as fronteiras tradicionais entre os três setores – Defesa, Diplomacia e Desenvolvimento – se diluíssem, levando o AFRICOM a entrar no domínio das estruturas civis, o que resultava, em último caso, na militarização da política externa norte-americana para África. Este receio era amplificado pela discrepância de recursos entre o DOD e as restantes agências. Em termos comparativos, o número de funcionários do DOD era cem vezes maior do que o DOS e mil vezes maior do que a USAID, tendo, portanto, mais recursos humanos e financeiros. Nestas circunstâncias, as agências civis recebiam que o DOD assumisse uma posição dominante, condicionando a ação dos outros atores.¹⁴¹

Outro fator que contribuía para os receios dos civis, era o número reduzido de funcionários responsáveis pelo desenvolvimento dos esforços inter-departamentais a trabalharem no quarter-general (*headquarters*) do AFRICOM. Em julho de 2008, a dois meses da autonomização do AFRICOM, apenas 11 dos 757 funcionários do AFRICOM não eram oriundos do Departamento de Defesa.¹⁴² No cálculo para os anos de 2010 e 2011 foram utilizados dados de referência (não exatos) disponibilizados pelo AFRICOM. No final do ano fiscal de 2010 (setembro), a relação entre o pessoal do DOD e de outros departamentos era de 2000 para 34 funcionários¹⁴³. Em abril de 2011, essa relação era de 2100 para 40 funcionários.¹⁴⁴ Em termos percentuais, o número de funcionários atribuído ao esforço intra-

¹⁴⁰ Idem.

¹⁴¹ Mesfin, Berouk (2009), “The establishment and implications of the United States Africa Command: An African perspective”, *ISS Paper*, (183), p.6.

¹⁴² Pedleton, John(2008), “Force Structure: Preliminary Observations on the Progress and Challenges Associated with Establishing the U.S. Africa Command”, comunicação apresentada no *Testimony before the Subcommittee on National Security and Foreign Affairs, Committee on Oversight and Government Reform, House of Representatives*, United States Government Accountability Office, 15 de Julho de 2008, Washington, p.9.

¹⁴³ “About United States Africa Command” (2011, agosto), *AFRICOM*, acessado em 15 de agosto de 2011. Disponível em: <http://www.africom.mil/AfricomFAQs.asp>.

¹⁴⁴ “Fact Sheet: United States Africa Command” (2011, 28 de abril), *AFRICOM*, acessado em 15 de agosto de 2011. Disponível em: <http://www.africom.mil/getArticle.asp?art=1644>.

governamental era de 1,5% (2008), 1,7% (2010) e 1,9% (2011). Estas percentagens divergiam muito do número apresentado pelo DOD, 25%, como valor a atingir.¹⁴⁵

Em resposta aos receios internos, a embaixadora Mary Yates, antiga adjunta do comandante para assuntos civis-militares, procurou esclarecer, em fevereiro de 2008, a posição do AFRICOM em relação à sua ação no plano diplomático e do desenvolvimento:

“O Departamento de Estado tem a liderança da política externa. A USAID tem a liderança nos programas de assistência. As ONGs têm o seu portal de acesso ao governo dos Estados Unidos através do Departamento de Estado. Nada disso muda. Nós queremos construir uma estrutura e um quartel-general de forma complementar”.¹⁴⁶

O general Ward foi ao encontro das palavras de Yates, proferindo, também em fevereiro de 2008, o seguinte:

“o AFRICOM reconhece a relação essencial entre segurança, estabilidade, desenvolvimento económico e político (...) e mais importante, reconhece a necessidade de desenvolver esses esforços da forma mais colaborativa possível, não para retirar competências a outros, mas para garantir que o trabalho desenvolvido complementa o trabalho de outros, em busca de objetivos comuns”.¹⁴⁷

Em ambos os casos se salienta a ideia de complementaridade e de colaboração, numa tentativa de demonstrar que a postura do AFRICOM não compreende a militarização da política externa norte-americana para África, mas antes a harmonização dos esforços militares e civis na procura de objetivos comuns no continente africano. Em suma, as primeiras declarações norte-americanas relativamente à missão e postura do AFRICOM não foram bem conseguidas, uma vez que geraram receios e dúvidas, tanto no plano externo como interno, sendo a principal preocupação, em ambos os casos, a militarização da política externa. Face às reações negativas, os EUA desenvolveram uma linha de comunicação mais esclarecedora, numa tentativa de colmatar os receios e dúvidas que persistiam.

Em julho de 2010, o *Government Accountability Office* (GAO) apresentou um relatório onde referia que os conhecimentos técnicos dos indivíduos provenientes das

¹⁴⁵ Pedleton, John(2008), “Force Structure: Preliminary Observations on the Progress and Challenges Associated with Establishing the U.S. Africa Command”, comunicação apresentada no *Testimony before the Subcommittee on National Security and Foreign Affairs, Committee on Oversight and Government Reform, House of Representatives, United States Government Accountability Office*, 15 de Julho de 2008, Washington, p.12.

¹⁴⁶ Seib, Philip (2008), *AFRICOM: The American Military and Public Diplomacy in Africa*, Los Angeles, Figueroa Press, p.22.

¹⁴⁷ Seib, Philip (2009), *America’s New Approach to Africa: AFRICOM and Public Diplomacy*, Los Angeles, Figueroa Press, p. 4-5.

agências civis norte-americanas inseridos na estrutura do AFRICOM não estavam a ser aproveitados, aspeto que dificultava a contribuição destes funcionários para o cumprimento dos objetivos do comando de combate. Esta situação era gerada por dois motivos. Primeiro, existiam dificuldades de coordenação entre o pessoal do DOD e dos outros departamentos, principalmente quando o planeamento das atividades se verificava nos comandos componentes onde existiam menos indivíduos atribuídos ao esforço inter-departamental. A segunda razão estava associada à dificuldade de incorporação desses funcionários na estrutura do AFRICOM, tendo alguns deles exercido funções onde a sua especialidade não era aplicada. Sobre este assunto, fontes associadas à Guarda Costeira referiram que o AFRICOM tinha dificuldades em compreender as funções e responsabilidades da Guarda Costeira, assim como as mais-valias que podia trazer ao comando. Exemplificaram com o facto de as *US Naval Forces Africa* conduzirem o treino de *law enforcement*, em vez de permitir a liderança à Guarda Costeira.¹⁴⁸

Outro exemplo, fontes associadas às embaixadas referiram que as equipas de investigadores sociais do AFRICOM, responsáveis pelo aconselhamento em matérias culturais e sociais africanas, pareciam duplicar os esforços das equipas pertencentes aos departamentos civis.¹⁴⁹ As embaixadas norte-americanas demonstraram preocupação sobre os militares desenvolverem as investigações e estudos sociais e culturais, em vez de proceder à coordenação de esforços com os parceiros interdepartamentais. As informações providenciadas pelos grupos de investigadores eram utilizadas no planeamento de operações, pelo que as embaixadas, apoiadas na postura interdepartamental do AFRICOM, procuravam um papel mais ativo, contribuindo para uma maior pluralidade nas investigações sociais e culturais.

Do ponto de vista do AFRICOM, estas falhas surgiam porque as equipas das agências civis pretendiam alcançar objetivos próprios, em vez de se restringirem à realização de tarefas para as quais o pessoal do DOD não estava especializado, aspeto que criava um entrave ao sucesso da estrutura como um todo. Para além disso, as equipas não compreendiam a função e modo de operação dos comandos de combate, uma vez que o processo de planeamento militar era mais estruturado do que aquele verificado em agências civis norte-americanas. Neste contexto, o AFRICOM referiu que as equipas necessitavam de um ajustamento à cultura

¹⁴⁸ United States Government Accountability Office (2010), *Defense Management: Improved Planning, Training, and Interagency Collaboration Could Strengthen DOD's Efforts in Africa*, Washington, GAO, pp.34-36.

¹⁴⁹ Idem, p.20.

militar.¹⁵⁰ O GAO também referiu que o AFRICOM desenvolveu esforços no sentido de colmatar algumas falhas neste plano, nomeadamente através do alargamento do processo de orientação destas equipas e da realização de reuniões diárias onde estes funcionários expunham as suas perspetivas e opiniões. A acrescentar, o representante do comandante para assuntos civil-militar, um embaixador oriundo do Departamento de Estado, presidia, por vezes, às reuniões do comando de combate.¹⁵¹

¹⁵⁰ *Idem*, p.37.

¹⁵¹ *Idem*, p.36

CAPÍTULO 4. A MISSÃO DO AFRICOM

A 6 de fevereiro de 2007, George W. Bush anunciou a sua decisão de criar um comando de combate unificado para África. Naquela altura, o presidente anunciou que os esforços americanos em trazer paz e segurança ao povo africano, e em promover objetivos comuns sobre desenvolvimento, saúde, educação, democracia e crescimento económico, seriam melhorados com a criação do AFRICOM. Isto permitia reforçar a cooperação bilateral e multilateral em matéria de segurança, criando oportunidades para melhorar as capacidades dos parceiros africanos.¹⁵² Em 2009, Barack Obama afirmou que o “AFRICOM não está focado em marcar uma posição firme no continente, mas antes em confrontar objetivos comuns para melhorar a segurança dos Estados Unidos, de África e do mundo”.¹⁵³ Desta forma, o presidente Obama dava a entender que os conflitos em África tinham implicações regionais e globais, tendo os EUA a responsabilidade de procurar, em parceria com os africanos e europeus, respostas a esses desafios.

Antes de aprofundar a missão do AFRICOM é importante referir quais são as ameaças transnacionais que o comando de combate enfrenta. Recorrendo às declarações de intenções dos comandantes, apresentadas anualmente perante o Comité dos Serviços Armados (*House Armed Services Committee*), tanto o general William E. Ward como o general Carter F. Ham consideraram o extremismo violento, a pirataria e o narcotráfico como principais ameaças transnacionais do AFRICOM.

O extremismo violento, onde se insere a técnica terrorista, surgia em primeiro lugar e era considerado um dos principais catalisadores de instabilidade na região. O general William Ward, primeiro comandante do AFRICOM, considerou que a al-Qaeda e seus afiliados estavam operacionais no leste africano, nomeadamente na Somália, através do al-Shabaab, e no norte e ocidente, através da al-Qaeda no Magrebe Islâmico. Estes grupos fragilizavam os governos africanos, recrutavam combatentes para atuarem no médio oriente, obtinham fundos através de atividades ilegais e conduziam ataques a interesses norte-americanos.

¹⁵² Pham, Peter (2011), “AFRICOM from Bush to Obama”, *South African Journal of International Affairs*, XVIII, (1), p.107.

¹⁵³ “Transcript: Obama says Africa Command Focused on Partnership to Address Common Challenges” (2009, 11 de julho), *AFRICOM*, acessado a 14 de junho de 2011. Disponível em: <http://www.africom.mil/getArticle.asp?art=3205>.

A pirataria assumia-se como outro motivo gerador de instabilidade, estimulada pela incapacidade dos estados africanos em patrulhar e controlar as suas costas marítimas. Associada a este problema, a falta de controlo e de observação dos portos, das estações de extração de petróleo, das áreas de trânsito e de transbordo, deixavam estas estruturas vulneráveis a ataques executados por grupos terroristas, milícias separatistas e criminosos organizados.¹⁵⁴ O general Carter Ham, comandante do AFRICOM desde 2011, caracterizou a pirataria como uma ameaça letal e não apenas como uma “inconveniência económica ou um risco aceitável na importação e exportação”.¹⁵⁵ Apesar da presença naval internacional no Golfo do Adén ter aumentado, os piratas conseguiram adaptar-se às adversidades, expandindo o seu alcance de ação para leste, entrando centenas de milhas no Oceano Índico, e para sul, até ao Canal de Moçambique. Geograficamente, a ameaça não residia apenas no golfo do Adén, mas também no golfo da Guiné.

Finalmente, o narcotráfico revelava-se como outro fator desestabilizador do continente africano. A presença de organizações traficantes em África corrompia as instituições dos estados, comprometendo o respeito e o cumprimento da lei. Geograficamente, as regiões mais afetadas eram o ocidente, devido às rotas de cocaína oriunda da América do Sul, e o leste, com rotas de heroína afegã transportadas via costa do Mecrão.¹⁵⁶

A acrescentar a estas ameaças, a proliferação de doenças e o tráfico de seres humanos e de armas, de acordo com o general Ward, constituíam uma “ameaça direta à segurança doméstica dos EUA e dos seus interesses no estrangeiro”.¹⁵⁷ Noutro plano, o general Ham considerava os estados falhados como fator destabilizante, nomeadamente a Somália que “não tem um sistema judicial, forças policiais ou militares funcionais provenientes dos diversos clãs”.¹⁵⁸

Face a estas ameaças, o interesse vital do AFRICOM em África consistia, por conseguinte, em “proteger as vidas e os interesses do povo americano, reduzindo as ameaças à

¹⁵⁴ Ward, William (2008), “Statement of General William Ward”, comunicação apresentada perante *The House Armed Services Committee*, House of Representatives, 13 de Março de 2008, Washington.

¹⁵⁵ Ham, Carter (2011) *United States Africa Command 2011 Posture Statement*, Estugarda, AFRICOM, p. 8.

¹⁵⁶ Idem, p. 9.

¹⁵⁷ Ward, William (2010), *United States Africa Command 2010 Posture Statement*, Estugarda, AFRICOM, p. 7.

¹⁵⁸ Ham, Carter (2011), *United States Africa Command 2011 Posture Statement*, Estugarda, AFRICOM, p. 8.

terra pátria e ao estrangeiro.”¹⁵⁹ Em consonância com as prioridades do Governo dos Estados Unidos, outras linhas de interesse se associavam, tais como: prevenir e resolver conflitos, criar e sustentar programas de saúde pública, reforçar as capacidades dos parceiros africanos, fomentar a estabilidade sustentada, e estimular a democratização, a boa governação, o respeito pela lei e o desenvolvimento económico. Nos anos de 2008 e 2009, o general Ward considerou como interesses do AFRICOM a redução do efeito das catástrofes naturais e humanitárias, a contenção da influenza, o combate à malária e ao VIH, e a prevenção da aquisição, transferência e transporte de armas de destruição maciça e de especialistas na área.¹⁶⁰

Relativamente aos objetivos comuns ao AFRICOM e aos parceiros africanos, os comandantes consideravam imprescindível a profissionalização das forças militares africanas, devidamente doutrinadas e responsáveis (*accountable*), capazes de combater as ameaças transnacionais, de participar nos esforços internacionais de peacekeeping e de respeitar as autoridades civis legítimas, a lei e as normas internacionais sobre os direitos do homem. Assim, o AFRICOM contribuía para o melhoramento das capacidades dos parceiros africanos que, por sua vez, podiam aplicar as novas competências na procura de segurança interna e continental, contribuindo para o reforço da soberania dos governos legítimos. As aptidões adquiridas também seriam importantes na proteção das populações, na resposta a catástrofes naturais e na assistência humanitária.

Quanto aos objetivos estratégicos no teatro de operações (*theater strategic objectives*), é necessário distinguir as diferentes perspetivas dos comandantes. Os objetivos do general Ward consistiam nos seguintes aspetos: garantir que as competências dos africanos em operações de paz eram utilizadas na resposta a crises emergentes e que respondiam aos requisitos da missão; cooperar com os parceiros africanos na criação de um ambiente hostil à proliferação de armas de destruição maciça e de especialistas na matéria; proteger as populações de contágios mortais; melhorar a segurança e a estabilidade através de um apoio militar abrangente, holístico e de reforço aos esforços do Governo dos Estados Unidos no continente; e derrotar a al-Qaeda e os seus afiliados.¹⁶¹

Por outro lado, o general Ham não tinha como objetivo derrotar a al-Qaeda, mas antes garantir que esta organização não atacasse os EUA. Tinha também como objetivos, manter a

¹⁵⁹ Idem, p.9.

¹⁶⁰ Ward, William (2009), *United States Africa Command 2009 Posture Statement*, Estugarda, AFRICOM, p.10.

¹⁶¹ Idem, p.11.

liberdade de movimento dentro da área de responsabilidade; e assistir os estados africanos e organizações regionais no desenvolvimento de vontades e de capacidades no combate às ameaças transnacionais, na resposta a crises e na execução de operações de paz.¹⁶²

Os comandantes revelaram diferentes preocupações, nomeadamente em matéria de armas de destruição maciça e na abordagem à al-Qaeda. Sobre este último tema, o general Ward foi mais ambicioso, pois de forma explícita afirmou que tinha como objetivo derrotar a al-Qaeda e seus afiliados. O general Ham, ao afirmar que apenas pretendia garantir que os EUA não fossem atacados pela organização terrorista, mostrou uma postura menos ambiciosa e mais direcionada para a defesa da terra pátria. As posições adotadas perante a ameaça terrorista revelam, não só as diferentes personalidades dos comandantes, como também a evolução da política externa norte-americana. Convém referir que apenas em 2008, ainda na administração Bush, o comandante Ward afirmou que AFRICOM apoiava a Guerra Global ao Terror. Nos anos seguintes, os comandantes continuaram a desenvolver esforços de contra-terrorismo, mas deixaram de utilizar a designação Global War on Terror, verificando-se o abandono de uma guerra global contra uma técnica, o terrorismo.

George W. Bush tendia para a utilização do *hard power*, enquanto Barack Obama procurou aplicar mais o chamado *soft power*. De acordo com o general Anthony Zinni, antigo comandante do US Central Command, o *hard power*, por si só, não conseguia combater o terrorismo eficazmente, pois existiam fatores sociais e económicos a ter em conta.¹⁶³ Em 2007, altura em que os EUA gastavam anualmente cerca de meio trilião de dólares com os militares e apenas 36 biliões com o Departamento de Estado,¹⁶⁴ Robert Gates considerou ser necessário reforçar as capacidades norte-americanas na utilização de *soft power*, assim como melhorar a sua integração com o *hard power*. Resumidamente, o *hard power* é concretizado pela ameaça de utilização, ou utilização efetiva, da força militar, e pela aplicação de mecanismos económicos persuasivos ou coercivos.¹⁶⁵ O *soft power* surge como o oposto. De acordo com Joseph Nye, o *soft power* procura engendrar cooperação através da atracção para valores partilhados, salientando a justiça e o dever em contribuir para a realização desses

¹⁶² Ham, Carter (2011), *United States Africa Command 2011 Posture Statement*, Estugarda, AFRICOM, p.10.

¹⁶³ Caprara, David (2009), “Obama’s Smart Power Surge Option”, *Brookings*, (online). Disponível em: http://www.brookings.edu/opinions/2009/1208_volunteering_caprara.aspx.

¹⁶⁴ Nye, Joseph (2007), “Smart Power”, *Huffington Post*, (online). Disponível em: http://www.huffingtonpost.com/joseph-nye/smart-power_b_74725.html.

¹⁶⁵ Gray, Colin (2011), *Hard Power and Soft Power: The Utility of Military Force as an Instrument of Policy in the 21st Century*, Pensilvânia, SSI, p. V.

valores.¹⁶⁶ Da combinação de ambos resulta o *smart power*. Ainda segundo Nye, “*smart power* é a capacidade de combinar o *hard* e o *soft power* numa estratégia de sucesso”¹⁶⁷.

Em 2009, Hillary Clinton afirmou que enquanto secretária de estado pretendia aplicar o *smart power* na busca de “mais parceiros e de menos adversários”. Considerou-o como “um conjunto de ferramentas – diplomáticas, económicas, militares, políticas, legais e culturais – que devem ser utilizadas, de forma singular ou combinada, de acordo com cada situação.” Para Clinton, “com *smart power*, a diplomacia será a vanguarda da nossa política externa”.¹⁶⁸

Avançando para uma tipologia das abordagens adoptadas pelo AFRICOM para responder às questões africanas, apresentadas pelos comandantes nas respetivas declarações de intenções, torna-se necessário, uma vez mais, distinguir os líderes do comando de combate. O general Ward defendia a aplicação do princípio da Segurança Ativa (*Active Security*) que, segundo o próprio, era definido como um esforço persistente e continuado em programas de assistência à segurança que preveniam conflitos e fomentavam o diálogo e o desenvolvimento. Este princípio tinha como característica o engajamento em tempos de paz, tendo por base a noção de que “é menos dispendioso prevenir do que conter conflitos”.¹⁶⁹ O objetivo da Segurança Ativa consistia em prevenir conflitos através do reforço das capacidades dos parceiros africanos, proporcionando o crescimento de governos fortes e de instituições legítimas que apoiassem o desenvolvimento das sociedades civis.¹⁷⁰ Para isso, era essencial procurar parcerias duradouras que permitissem a cooperação e o reforço efetivo das competências dos parceiros africanos. Internamente, o general Ward garantiu que o AFRICOM trabalharia em consonância com as agências dos EUA, como o Departamento de Estado e a Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID), pois

¹⁶⁶ Snow, Nancy (2009), “Obama soft power, soft power II”, *Huffington Post*, (online). Disponível em: http://www.huffingtonpost.com/nancy-snow/obama-soft-power-smart-po_b_159886.html.

¹⁶⁷ Nye, Joseph (2007), “Smart Power”, *Huffington Post*, (online). Disponível em: http://www.huffingtonpost.com/joseph-nye/smart-power_b_74725.html.

¹⁶⁸ Snow, Nancy (2009), “Obama soft power, soft power II”, *Huffington Post*, (online). Disponível em: http://www.huffingtonpost.com/nancy-snow/obama-soft-power-smart-po_b_159886.html.

¹⁶⁹ Penn, Dennis (2008), “USAFRICOM: The Militarization of U.S. Foreign Policy?”, *Joint Force Quarterly*, (51), p.75.

¹⁷⁰ Ward, William (2008), “Statement of General William Ward”, comunicação apresentada perante *The House Armed Services Committee*, House of Representatives, 13 de Março de 2008, Washington.

acreditava que os desafios africanos exigiam uma visão holística que incluía as áreas da defesa, da aplicação da lei (*law enforcement*) e do controlo fronteiriço.¹⁷¹

O general Ham não foi tão claro quanto à tipologia da abordagem que pretendia aplicar, no entanto referiu os princípios de atuação do AFRICOM – “ouvir e aprender com os parceiros africanos; perceber e atuar no continente dentro de um enquadramento regional; e colaborar como uma equipa inter-agências.”¹⁷² Apesar de o comandante não referir, de forma clara, a abordagem que pretendia tomar, esta devia ir ao encontro da visão holística e abrangente exigida pela própria estrutura do AFRICOM. Como foi dito no capítulo 2, um dos dois adjuntos do comandante é um civil oriundo do Departamento de Estado, logo a vertente diplomática está inserida no próprio núcleo do AFRICOM. Ambos os comandantes deixaram claro que o comando de combate era guiado pelos interesses de segurança nacional.

Continuando no plano das abordagens do AFRICOM, o general Ward escreveu alguns artigos, em revistas militares, que aprofundavam a matéria, contendo informações importantes para melhor compreender os seus objetivos e o modo como encarava a missão do AFRICOM. Em 2008, o general afirmou que o princípio de Segurança Ativa seria a base da estratégia do AFRICOM no teatro de operações. Esta abordagem tinha como objetivo “capacitar os parceiros para que consigam marginalizar os inimigos da paz; minimizar o risco de conflito; fomentar o crescimento de instituições legítimas, e de governos justos e fortes; e apoiar o desenvolvimento de sociedades civis”.¹⁷³ Os programas, que o general caracterizou como a combinação de todas as ações que um comando unificado desenvolve para responder às necessidades dos parceiros em apoio à política externa norte-americana, focalizavam-se, essencialmente, na capacitação dos africanos para defender as suas terras pátrias, derrotar terroristas, e responder aos conflitos regionais através do desenvolvimento das capacidades de *peacekeeping*. Também prestavam atenção ao desenvolvimento de competências relacionadas com a proteção da população e resposta a crises ambientais e humanitárias.

Nesta abordagem, o desenvolvimento de programas devia ter em conta a manutenção das competências adquiridas pelos parceiros africanos. Era importante que as iniciativas norte-americanas no continente prestassem atenção a fatores como treino, educação, aplicação

¹⁷¹ Ward, William (2010), *United States Africa Command 2010 Posture Statement*, Estugarda, AFRICOM, p. 11.

¹⁷² Ham, Carter (2011), *United States Africa Command 2011 Posture Statement*, Estugarda, AFRICOM, p. 9.

¹⁷³ Ward, William e Thomas Galvin (2008), “U.S. Africa Command and the Principle of Active Security”, *Joint Force Quarterly*, (51), p. 62.

de competências e comunicação. O treino, para além de permitir a transmissão de conhecimentos e aquisição de capacidades, devia promover a formação base de forma a garantir a sustentabilidade das competências adquiridas. Estas são alcançadas através do treino mas são demonstradas através das ações norte-americanas no continente. Por exemplo, enviar uma equipa médica para responder a uma crise humanitária não atribui, por si só, competências aos parceiros africanos, mas pode servir de exemplo. A componente educativa tinha como objetivo estimular a profissionalização dos militares africanos, que deveriam ser liderados por ministros da defesa civis.¹⁷⁴ O programa terminava com a aplicação das novas competências em operações apoiadas pelos Estados Unidos, onde eram avaliados os conhecimentos e capacidades adquiridos. Como estes esforços deviam responder às necessidades dos parceiros africanos, era fundamental que os EUA estivessem ao corrente das carências dos parceiros. Isto era possível com boas comunicações entre ambos.¹⁷⁵

O general Ward considerava ainda que “o diálogo reforçava as parcerias, encorajando a aprendizagem e mantendo opções em cima da mesa que poderiam ser úteis na resposta às alterações do ambiente estratégico”.¹⁷⁶ Neste prisma, a construção dos programas devia ter por base as comunicações desenvolvidas entre os parceiros. Estas deviam ocorrer antes, durante e depois do programa. Dialogar antes permitia aos EUA conhecer as necessidades do parceiro, obtendo, assim, uma orientação que permitia o desenvolvimento de programas de resposta a essas carências. Os contactos desenvolvidos durante o programa mantinham-no encaminhado e permitiam, se necessário, reajustá-lo. As comunicações posteriores possibilitavam o acompanhamento e verificação do sucesso do parceiro ao longo do tempo. De acordo com o general Ward, a comunicação acontecia, efetivamente, se o comando de combate estivesse disposto a ouvir e a aprender com os parceiros africanos. Desta forma, o AFRICOM melhorava a sua capacidade de análise do ambiente estratégico da sua área geográfica de responsabilidade, o que permitia uma melhor articulação entre as necessidades dos parceiros e os interesses dos EUA no continente africano.

O princípio de Segurança Ativa requeria uma visão holística. Segundo Ward, esta abordagem encorajava o trabalho em parceria com as agências norte-americanas em busca de soluções coletivas e otimizava a capacidade dos parceiros africanos na aquisição de novas

¹⁷⁴ Huddleston, Vicki (2010), comunicação apresentada na conferência *África, el AFRICOM y el camino hacia la estabilidad*, Real Instituto Elcano, 22 de julho de 2010, Madrid.

¹⁷⁵ Ward, William e Thomas Galvin (2008), “U.S. Africa Command and the Principle of Active Security”, *Joint Force Quarterly*, (51), p. 62-63.

¹⁷⁶ Idem.

competências, permitindo a condução de operações com forças bem treinadas, disciplinadas e cumpridoras da lei e dos direitos humanos. A Segurança Ativa permitia o envolvimento do AFRICOM na preparação das forças africanas, tornando-as capazes de responder a desafios comuns, de reforçar os governos legítimos e de reduzir a necessidade de operações norte-americanas no continente, corroborando a ideia, entretanto deteriorada pela intervenção norte-americana no conflito líbio, de que o sucesso do AFRICOM seria atingido “se as tropas Americanas se mantivessem fora do continente nos próximos 50 anos”.¹⁷⁷ O objetivo final era a prevenção de conflitos, tanto dos resultantes de divergências nacionais e internacionais, como dos resultantes das ameaças transnacionais, garantindo um clima de segurança em África que permitisse o desenvolvimento do continente.¹⁷⁸ Era, portanto, um objetivo a longo prazo que exigia um compromisso sustentado.

Esta abordagem estava em consonância com o Departamento de Defesa, que considerava importante atuar preventivamente – “prevenir que os problemas se tornem crises e que as crises se tornem conflitos”.¹⁷⁹ Esta postura confirmava um compromisso pró-ativo em tempo de paz, onde a prevenção de conflitos era considerada vantajosa, tanto do ponto de vista financeiro como político. Gerar estabilidade era importante para criar um clima de segurança que permitisse o desenvolvimento da democracia, onde a “guerra é improvável, o investimento estatal ocorre e os direitos de propriedade são reforçados, levando ao crescimento económico”.¹⁸⁰

O general Ward afirmava que os africanos almejavam providenciar a sua própria estabilidade e segurança, não desejando ficarem dependentes da assistência estrangeira, o que corroborava a ideia, defendida pelos EUA, de “soluções africanas para problemas africanos”.¹⁸¹ Para satisfazer esta intenção era fundamental construir parcerias duradouras e fiáveis. De acordo com Ward, “a construção de parcerias em África exigia tempo, paciência,

¹⁷⁷ Ploch, Lauren (2010), *Africa Command: U.S. Strategic Interests and the Role of the U.S. Military in Africa*, Washington, Congressional Research Service, p. 6.

¹⁷⁸ Ward, William e Thomas Galvin (2008), “U.S. Africa Command and the Principle of Active Security”, *Joint Force Quarterly*, (51), p. 66.

¹⁷⁹ U.S. Department of Defense (2006), *Quadrennial Defense Review Report*, Washington, Department of Defense, p.17.

¹⁸⁰ Davis, Carmel (2009), “AFRICOM’s Relationship to Oil, Terrorism and China”, *Orbis*, LIII (1), p.130.

¹⁸¹ Berschinski, Robert (2007), *AFRICOM’s Dilemma: the “Global War on Terrorism,” “Capacity Building,” Humanitarianism, and the Future of U.S. Security Policy in Africa*, Pensilvânia, SSI, p. 31.

coerência e compreensão”.¹⁸² Ele considerava necessário investir na confiança mútua a nível continental, regional e bilateral, reconhecendo que as necessidades norte-americanas e africanas eram igualmente importantes, complementando-se.

A visão holística do princípio de Segurança Ativa pressupunha a aplicação da abordagem dos “3-Ds” – Defesa, Desenvolvimento e Diplomacia – complementando mutuamente os esforços do Departamento de Defesa (DOD), da Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID) e do Departamento de Estado (DOS). Para se compreender a dimensão destas estruturas, em termos comparativos, o número de funcionários do DOD é cem vezes maior do que o DOS e mil vezes maior do que a USAID.¹⁸³ A integração de civis especializados na estrutura do AFRICOM foi fundamental na aplicação desta abordagem, pois fomentou a colaboração e a partilha de informação, requisitos fundamentais para o desenvolvimento de trabalho inter-agências. O facto de estes indivíduos estarem integrados na estrutura e não em escritórios de ligação nas respetivas agências, permitiu ao AFRICOM uma melhor articulação entre as atividades militares do comando de combate e os esforços das outras agências, principalmente em iniciativas civil-militar.

A perspectiva holística do AFRICOM permitia reduzir as lacunas de interoperabilidade e coordenação existentes entre as agências norte-americanas. Por exemplo, a USAID não podia, do ponto de vista legal, apoiar reformas no setor da defesa,¹⁸⁴ o que resultava na tolerância de forças policiais e militares corruptas e abusadoras de poder, prejudicando o desenvolvimento. Por outro lado, a especialidade do DOD consistia, sobretudo, no setor da defesa. Portanto, era vantajoso englobar várias agências na estrutura do AFRICOM, podendo reunir esforços e procurar respostas às questões africanas de forma abrangente, promovendo reformas no setor da segurança e defesa que permitissem o desenvolvimento do continente africano.

Esta fusão de esforços permitia reunir consenso mais rapidamente, acelerando a tomada de decisões políticas. Politicamente, o AFRICOM não detinha nenhuma função, no entanto aconselhava e informava o meio político através do secretário de defesa, elemento

¹⁸² Ward, William e Thomas Galvin (2008), “U.S. Africa Command and the Principle of Active Security”, *Joint Force Quarterly*, (51), p. 63

¹⁸³ Ward, William (2011), “What “Right” Looks Like in the Interagency: A Commander’s Perspective”, *InterAgency Journal*, II, (1), p.5.

¹⁸⁴ Mcfate, Sean (2008), “U.S. Africa Command: A New Strategic Paradigm?”, *Military Review*, LXXXVIII, (1), p.15.

importante na formulação da política norte-americana.¹⁸⁵ Os indivíduos oriundos do DOS e da USAID tinham uma orientação diferente do pessoal do DOD, contribuindo para uma visão sobre África numa perspetiva holística e cimentando a ideia de que a combinação da diplomacia, desenvolvimento e defesa “maximizavam a eficácia e a eficiência” da ação do AFRICOM.¹⁸⁶ O general Ward reconheceu que a colaboração entre agências era fundamental ao afirmar que os esforços do AFRICOM deviam ser “desenvolvidos da forma mais colaborativa possível, não para assumir as funções de outros, mas antes para garantir que os esforços desenvolvidos complementavam o trabalho daqueles que perseguiram os mesmos objetivos”.¹⁸⁷

A facilidade com que as ameaças proliferavam e contagiavam países vizinhos, obrigava o AFRICOM a ter em conta as instituições multilaterais africanas, nomeadamente a União Africana (UA). Já em 2006, um ano antes da criação do AFRICOM, no documento National Security Strategy, o presidente George Bush revelou vontade de trabalhar em conjunto com a UA – “estamos comprometidos em trabalhar com as nações africanas para reforçar as suas capacidades domésticas, e para reforçar a capacidade regional da UA no apoio à transformação após conflitos, na consolidação das transições democráticas, nas operações de *peacekeeping* e nas respostas a desastres”.¹⁸⁸ Mais tarde, em 2009, a embaixadora Mary C. Yates, que serviu como adjunto do comandante do AFRICOM para assuntos civil-militar, salientou que a comissão de paz e segurança da UA estava a desenvolver esforços significativos em missões de *peacekeeping* e na prevenção de conflitos – “as nações africanas estão a colaborar entre si para estabelecer as suas próprias forças de espera [standby forces] preparadas para responder a contingências no continente africano”. Neste sentido, o “AFRICOM trabalhará com a União Africana, com as suas comunidades regionais, e com os seus aliados no desenvolvimento e treino dessas forças”.¹⁸⁹ Trabalhar em parceria com os organismos multilaterais africanos no reforço da segurança regional revelava-

¹⁸⁵ Ward, William (2011), “What “Right” Looks Like in the Interagency: A Commander’s Perspective”, *InterAgency Journal*, II, (1), p.8.

¹⁸⁶ Idem, p.4.

¹⁸⁷ “Transcript: General Ward Outlines Vision for U.S. Africa Command” (2008, 18 de fevereiro), *AFRICOM*, acessado a 14 de junho de 2011. Disponível em: <http://www.africom.mil/getArticle.asp?art=1659>

¹⁸⁸ White House (2006), *The National Security Strategy of the United States of America*, The White House, pp.37-38.

¹⁸⁹ Yates, Mary (2009), “U.S. Africa Command: Value Added”, *Joint Force Quarterly*, (52), pp. 152-155.

se vantajoso para os EUA. Estas estruturas pertenciam ao continente alvo, pelo que estavam providas, tanto no plano regional como no internacional, de maior legitimidade para atuar em África.

O Conselho de Paz e Segurança da União Africana (CPSUA), à semelhança do AFRICOM, desempenhava funções de *peacebuilding* e reconstrução após conflitos, aplicava diplomacia preventiva, desenvolvia operações e intervenções de apoio à paz, providenciava assistência humanitária e respondia a desastres.¹⁹⁰ Estas semelhanças obrigavam o AFRICOM a desenvolver relações com o CPSUA. Para facilitar, o Conselho de Paz e Segurança considerava importante “trabalhar em estreita colaboração com organizações internacionais em matéria de paz, segurança e estabilidade em África”,¹⁹¹ revelando uma postura aberta a conversações com atores internacionais. Para além disso, o CPSUA supervisionava a Força de Espera Africana (*African Stand-by Force*), reforçando a sua importância no continente. De acordo com a União Africana, estas forças, divididas em brigadas por cinco regiões africanas, deveriam desempenhar funções nas seguintes áreas: observação e monitorização de missões; apoio a missões de paz; intervenção num estado membro, em resposta a circunstâncias graves ou a pedido de um estado membro, tendo em vista o restabelecimento da paz; *peacebuilding*, incluindo desarmamento e desmobilização após conflitos; assistência humanitária e apoio a esforços de resposta a desastres naturais.¹⁹² Esta força seguia uma linha semelhante à do AFRICOM, pelo que era importante desenvolver relações que facilitassem a resposta a objetivos comuns.

O AFRICOM também tinha interesse nas comunidades económicas africanas. Estas, para além de contribuíam para a formação e manutenção da brigada da Força de Espera Africana correspondente a cada comunidade, tinham melhores conhecimentos sobre os problemas, necessidades e desafios de cada região. Como foi dito no subcapítulo 2.3, “Estrutura do AFRICOM”, o Departamento de Defesa, quando planeou a sede do AFRICOM, tinha pensado em criar pontos de contacto com estas comunidades económicas, revelando preocupação em estabelecer e desenvolver relações que permitissem cooperar em matérias de interesse comum.

Para completar a argumentação sobre a missão do AFRICOM é necessário referir os objetivos e interesses do Governo dos Estados Unidos da América em África, descritos pelo

¹⁹⁰ União Africana (2002), *Protocol Relating to the Establishment of the Peace and Security Council of the African Union*, Durban, União Africana, p.8.

¹⁹¹ Idem, p.25

¹⁹² Idem, p.19

presidente George W. Bush em 2006 na National Security Presidential Directive 50 (NSPD), que contribuíram para a criação do comando de combate e para o enquadramento da sua missão. A informação desclassificada deste documento foi apresentada, em 2008, por Theresa Whelan, vice-secretária assistente de defesa para assuntos africanos. As linhas gerais da estratégia norte-americana para o continente africano assentavam no seguinte:

“Construir capacidades em África, consolidar as transições democráticas, apoiar os estados frágeis, reforçar organizações sub-regionais e regionais, reforçar a segurança regional, providenciar assistência humanitária, e estimular o crescimento e o desenvolvimento económico.”¹⁹³

Estes objetivos entravam na área de competências de várias agências americanas, pelo que era necessário que estas trabalhassem em estreita cooperação. Exemplificando, para consolidar as transições democráticas era necessário aconselhamento e assistência nos setores da segurança, finanças, economia, saúde, justiça, infra-estruturas, energia. Esta multiplicidade de temas obrigava a que os diversos departamentos interagissem, uma vez que nenhum deles estava provido de todas as competências necessárias para responder convenientemente às transições democráticas. O AFRICOM, ao incorporar na sua estrutura membros oriundos de várias agências norte-americanas, revelava uma postura de trabalho inter-departamental, concebida para melhorar a resposta aos problemas africanos.

De acordo com Whelan, os interesses relacionados com a segurança dos Estados Unidos estavam associados aos seguintes aspetos: “eliminar redes e refúgios terroristas; prevenir a proliferação de armas de destruição maciça, de armas ilegais e do narcotráfico; aceder e abrir rotas marítimas de comunicação; e aceder ao mercado livre”.¹⁹⁴ Estes interesses estão em consonância com as preocupações manifestadas pelos comandantes do AFRICOM, comprovadas pelas suas atividades. Exemplificando, a operação *Enduring Freedom – Trans Sahara*, que representa o apoio do Departamento de Defesa ao programa *Trans Sahara Counter Terrorism Partnership*, combatia o terrorismo e o tráfico ilícito de armas, bens e pessoas. Do ponto de vista marítimo, o *Combined Joint Task Force – Horn of Africa* desempenhava uma função determinante na procura de estabilidade e segurança no corno de África, estreito de Bab el Mandeb e golfo do Adén.

Os objetivos específicos do Departamento de Defesa (DOD) em África, proferidos por Theresa Whelan, também se encaixavam na visão que o AFRICOM tinha sobre o continente

¹⁹³ Whelan, Theresa (2008), “AFRICOM and US Defense Policy on Africa”, comunicação apresentada na conferência *AFRICOM and US Africa Relations*, RUSI, 18 de fevereiro de 2008, Londres.

¹⁹⁴ Idem.

africano. Inicialmente, o DOD pretendia melhorar a cooperação com os parceiros africanos nos esforços de contra-terrorismo, procurando aprofundar e partilhar conhecimentos nesta matéria; e capacitar, ao nível nacional e regional, os africanos, de forma a contribuírem na assistência humanitária e a participarem nos esforços de *peacekeeping*.¹⁹⁵ Estes argumentos confirmavam que o combate às ameaças transnacionais e o reforço das capacidades dos africanos, constituíam pontos nevrálgicos da missão do AFRICOM. O DOD também revelou vontade em aumentar a cooperação com os parceiros europeus.¹⁹⁶ Esta aproximação à Europa para abordar assuntos africanos permitia partilhar responsabilidades e custos em busca de objetivos comuns, assim como permitia a aquisição de conhecimentos sobre África, principalmente a partir dos países que tiveram, outrora, colónias no continente.

As áreas da saúde e da doutrina militar também constavam nos objetivos do DOD para África. Era importante que os líderes e militares africanos estivessem conscientes do perigo do VIH e que colaborassem na resposta ao vírus. Por outro lado, os militares africanos deviam aceitar os princípios democráticos do controlo civil sobre o militar, respeitar os direitos humanos e as leis de guerra.¹⁹⁷ Ambos os casos se enquadravam na missão do comando de combate. A prevenção contra o vírus da sida encaixava-se nos interesses do AFRICOM, a preocupação com a doutrina dos militares africanos inseria-se no plano dos objetivos comuns.

Finalmente, o DOD defendia uma reforma no setor da defesa. Segundo Whelan, os militares africanos deviam respeitar o poder civil, tendo este a obrigação de os financiar adequadamente, contribuindo para uma visão mais “transparente e responsável” sobre a segurança nacional”.¹⁹⁸ Para alcançar o sucesso, esta abordagem exigia mais do que ações militar-militar. De acordo com a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE), a reforma no setor da segurança consistia na «transformação do “sistema de segurança” [...] de forma a ser operado e gerido segundo as normas democráticas e os princípios da boa governação e, assim, contribuir para o bom funcionamento das estruturas de segurança». ¹⁹⁹ O sistema de segurança, segundo a OCDE, incluía:

“As forças armadas, a polícia e a *gendarmerie*, os serviços de informação e organismos semelhantes, as instituições penais e judiciais, assim como as autoridades civis, eleitas e

¹⁹⁵ Idem.

¹⁹⁶ Idem.

¹⁹⁷ Idem.

¹⁹⁸ Idem.

¹⁹⁹ Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (2001), *Helping Prevent Violent Conflict*, Paris, OCDE, p.38.

devidamente nomeadas, responsáveis pelo controlo e supervisão (exemplos: parlamento, ministério da defesa, executivo) ”.²⁰⁰

A reforma do sistema de segurança contribuía para a criação de um ambiente mais seguro para os estados e seus cidadãos. Mas para que isso se verificasse, eram necessárias “forças de segurança operacionais e eficazes” e uma “governança democrática do sistema de segurança”,²⁰¹ duas condições que exigiam, uma vez mais, uma postura de ação inter-departamental. Enquanto comando de combate unificado, o AFRICOM poderia responder, por si só, à primeira condição. Tinha competências para estimular a profissionalização dos militares africanos através da “institucionalização do treino [...] para desenvolver e manter forças bem treinadas e disciplinadas, com uma ética militar profissional, capazes de conduzir missões legais de segurança nacional com respeito pela lei e direitos humanos”;²⁰² e para facultar, aos parceiros africanos, competências e equipamentos militares para que contribuíssem no combate ao terrorismo, e na prevenção e resposta a crises, tanto ao nível nacional como regional. O objetivo final, segundo Theresa Whelan, era alcançado quando as nações e organizações africanas fossem capazes de providenciar a sua própria segurança, de mitigar a violência extremista e de resolver conflitos e crises, mantendo militares profissionais respeitadores das autoridades civis, da lei e das normas internacionais sobre os direitos humanos.²⁰³ Em conjunto com outras estruturas intra-governamentais, o AFRICOM revelou-se ativo neste plano ao apoiar a reforma do setor da segurança em países como o Sudão, República Democrática do Congo e Libéria.

No entanto, a ação exclusiva das forças militares e policiais não garantia a estabilidade duradoura, apenas conseguia garantir a segurança a curto prazo. A estabilidade estava associada a fatores como a economia, o desenvolvimento social, a boa governação e o respeito pela lei, embora tendo o setor da segurança como base.²⁰⁴ Desta forma, promover a segunda condição, a “governança democrática do sistema de segurança”, era um trabalho mais exigente, pois entrava na área de competências de várias agências, pelo que era imprescindível a cooperação entre os departamentos norte-americanos.

²⁰⁰ Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (2005), *Security System Reform and Governance*, Paris, OCDE, p.11.

²⁰¹ Idem, p.20.

²⁰² Whelan, Theresa (2008), “AFRICOM and US Defense Policy on Africa”, comunicação apresentada na conferência *AFRICOM and US Africa Relations*, RUSI, 18 de fevereiro de 2008, Londres.

²⁰³ Idem.

²⁰⁴ Idem.

Em suma, o AFRICOM tinha como objetivos a profissionalização das forças africanas, respeitadoras do poder civil legítimo e da lei; a capacitação dos parceiros africanos, conferindo valências que permitissem o exercício da soberania em todo o território; a contenção da ameaça terrorista, da proliferação de armas de destruição maciça e do crime transnacional; e garantir a capacidade de movimento dentro da área geográfica de responsabilidade. Relativamente à tipologia da abordagem às questões africanas, o AFRICOM aplicava o princípio da Segurança Ativa que consistia em prevenir conflitos através do reforço das capacidades dos parceiros africanos, proporcionando o crescimento de governos fortes e de instituições legítimas que apoiassem o desenvolvimento das sociedades civis. Este princípio era acompanhado por uma visão holística que pressupunha a aplicação da abordagem dos “3-Ds” – Defesa, Desenvolvimento e Diplomacia – complementando mutuamente os esforços do Departamento de Defesa, da Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional e do Departamento de Estado.

CAPÍTULO 5. A AÇÃO DO AFRICOM

A ação do AFRICOM representava a vertente prática da sua missão, pelo que as áreas de ação focavam-se na construção de capacidades, nos esforços de contra-terrorismo e contra-narcóticos, na profissionalização militar, nas operações de *peacekeeping*, na assistência humanitária, no reforço das instituições civis e na reforma do setor da defesa. A assistência providenciada pelo AFRICOM deveria ser entendida, segundo o general Ward, como uma parceria e não como uma intervenção estrangeira.²⁰⁵

Antes de avançar para a enumeração e explicação das atividades desenvolvidas pelo AFRICOM, convém referir que este comando de combate encontrava alguns entraves, desde a sua implementação, quanto à criação e desenvolvimento de iniciativas, principalmente devido à falta de recursos financeiros e humanos. O embaixador Anthony Holmes, adjunto do comandante para assuntos civil-militar, a segunda figura mais importante da estrutura do AFRICOM, revelou esta preocupação ao afirmar, já em 2011, que “os nossos recursos são chocantemente modestos”.²⁰⁶ Retrocedendo até às origens do AFRICOM para melhor compreender esta questão, convém lembrar que este foi lançado a 1 de outubro de 2007 como um sub-comando do EUCOM. Um ano mais tarde, a 1 de outubro de 2008, assumiu-se como um comando de combate independente.

No ano fiscal de 2007, portanto entre 1 de outubro de 2006 e 30 de setembro de 2007, isto é antes do lançamento oficial do AFRICOM, as despesas iniciais envolveram o montante de 51 milhões de dólares.²⁰⁷ No ano fiscal de 2008, entre 1 de outubro de 2007 e 30 de setembro de 2008, estando já o AFRICOM a desempenhar funções, o valor dispendido foi de 154 milhões de dólares.²⁰⁸ No ano fiscal de 2009, entre 1 de outubro de 2008 e 30 de setembro de 2009, marcando a autonomização do AFRICOM, o financiamento alcançou os 336 milhões de dólares, aos quais foram adicionados mais 30 milhões destinados ao apoio ao

²⁰⁵ Ward, William e Thomas Galvin (2008), “U.S. Africa Command and the Principle of Active Security”, *Joint Force Quarterly*, (51), p.65.

²⁰⁶ “U.S. shows interest in Africa: Office got off to rocky start, ambassador says” (2011, 15 de junho), *Monterey County The Herald*, acessado em 20 de junho de 2011. Disponível em: http://www.montereyherald.com/local/ci_18276695?nclick_check=1

²⁰⁷ Ploch, Lauren (2010), *Africa Command: U.S. Strategic Interests and the Role of the U.S. Military in Africa*, Washington, Congressional Research Service, p.12-14.

²⁰⁸ Idem.

transporte aéreo operacional.²⁰⁹ No ano fiscal de 2010, o financiamento do AFRICOM sofreu uma redução para os 295 milhões de dólares. Finalmente, no ano fiscal de 2011, o orçamento aprovado para o comando de combate foi de 296 milhões de dólares, aos quais se adicionaram 80 milhões para o desenvolvimento do transporte aéreo, perfazendo 376 milhões, o maior montante disponibilizado ao AFRICOM.²¹⁰ Apesar de o financiamento do AFRICOM ter aumentado ao longo dos anos, o embaixador Holmes adjetivou os recursos do AFRICOM como “chocantemente modestos”. Esta afirmação de Holmes leva a concluir que o comando de combate opera com poucos recursos, podendo a falta de investimento inviabilizar a criação de novas iniciativas.²¹¹ A escassez de recursos não incidia apenas no plano financeiro, mas também nos planos humano e material. A carência de tropa por parte do AFRICOM era justificada pelo envolvimento norte-americano no Iraque e Afeganistão. Estes conflitos assumiam maior prioridade, pelo que o AFRICOM teria de se manter operacional com poucos recursos.

Em julho de 2010, o *US Government Accountability Office* (GAO) apresentou um relatório, à Câmara dos Representantes, onde se referia que a limitação de recursos do AFRICOM criava um desafio constante, notando que alguns recursos de financiamento não eram compatíveis com o tipo de atividades que o AFRICOM desenvolvia e, por essa razão, não apoiavam convenientemente a sua missão. Neste relatório, fontes do *US Army Africa* referiram que os recursos disponíveis para o desenvolvimento de iniciativas eram orientados numa perspetiva de curto prazo, limitando o planeamento a longo prazo. Fontes associadas ao *U.S. Special Operations Command Africa*, foram mais longe ao afirmar que a falta de um financiamento sustentado criou uma abordagem de curto prazo não sustentada, e descreveram os seus esforços como ligações esporádicas com os países africanos, em detrimento de um reforço duradouro de relações com África.²¹² Estas informações revelam que a falta de recursos pode constituir um forte entrave ao cumprimento de objetivos por parte do AFRICOM, uma vez que tendia para uma abordagem a curto prazo, contrária aquela

²⁰⁹ Idem.

²¹⁰ Idem.

²¹¹ Pham, Peter (2011), “AFRICOM from Bush to Obama”, *South African Journal of International Affairs*, XVIII, (1), p.118.

²¹² United States Government Accountability Office (2010), *Defense Management: Improved Planning, Training, and Interagency Collaboration Could Strengthen DOD’s Efforts in Africa*, Washington, GAO, p. 26.

apresentada pelo general William Ward – “ a construção de estabilidade e segurança regional vão exigir muitos anos de esforço sustentado”.²¹³

Partindo para a ação concreta, a *Combined Joint Task Force – Horn of Africa* (CJTF-HOA), criada em 2002 e sob a responsabilidade do AFRICOM desde outubro de 2008, representava um grande esforço do AFRICOM, não só por exercer um conjunto alargado de ações, mas também por incluir a única base militar norte-americana no continente africano, localizada no Djibuti. Esta força inseria na sua área geográfica de responsabilidade a Etiópia, Eritreia, Quênia, Seicheles, Somália, Sudão e Djibuti, assim como as águas costeiras do Mar Vermelho, Golfo do Adén e Oceano Índico. Como áreas geográficas de interesse englobava o Burundi, Chade, Comoros, República Democrática do Congo, Madagáscar, Maurícias, Ruanda, Tanzânia, Uganda e Iémen. Tinha como parceiros africanos o Ministério da Defesa Queniano, a Força de Defesa do Ruanda e a Força de Defesa do Povo da Tanzânia. Curiosamente, apenas o primeiro estava inserido na sua área geográfica de responsabilidade, os restantes pertenciam à área de interesse.

Inicialmente, a CJTF-HOA foi concebida para desenvolver esforços de contra-terrorismo, focalizada em “detetar, romper e derrotar grupos terroristas transnacionais ativos na região”.²¹⁴ Com a tomada de comando pelo AFRICOM, em outubro de 2008, a CJTF-HOA evoluiu para uma estratégia de “prevenção cooperativa de conflitos”,²¹⁵ com um espectro de ação mais abrangente, passando, por exemplo, a conduzir operações no âmbito da construção de capacidades com o objetivo de promover a estabilidade e segurança regional, bem como proteger os interesses dos EUA. Verificou-se, então, uma mudança para uma abordagem indireta de combate ao terrorismo, revelando uma modificação relativamente à missão inicial da CJTF-HOA – “*or kill or capture*”.²¹⁶ A CJTF-HOA recolhia informações de *intelligence*, oferecia aconselhamento em operações de paz, proporcionava assistência às forças marítimas, designadamente à *Combined Task Force 150* e à *Combined Task Force 151*, facultava assistência aos estados africanos, supervisionava e apoiava as operações de assistência humanitária e providenciava treino militar às forças da região, facultando competências, nomeadamente, em matéria de contra-terrorismo – como por exemplo no

²¹³ Malan, Mark (2008), *U.S. Civil-Military Imbalance for Global Engagement*, Washington, Refugees International, p.36.

²¹⁴ Ploch, Lauren (2010), *Africa Command: U.S. Strategic Interests and the Role of the U.S. Military in Africa*, Washington, Congressional Research Service, p.21.

²¹⁵ Idem.

²¹⁶ United States Government Accountability Office (2010), *Defense Management: DOD Needs to Determine the Future of Its Horn of Africa Task Force*, Washington, GAO, p.2.

Djibuti, onde a CJTF-HOA facultava treino à unidade de contra-terrorismo local, a *Groupe d'Intervention de la Gendarmerie Nationale*; ou no Quênia, na criação da *Ranger Strike Force* (contra-terrorismo) e da *Special Boat Unit* (patrulhamento de águas territoriais). Também importa destacar o centro marítimo de Mombasa, Quênia, criado pela CJTF-HOA e que é utilizado para providenciar treino aos parceiros africanos, servindo de complemento à ação da *Africa Partnership Station* na África de leste, programa descrito mais adiante.

O conceito operacional da CJTF-HOA, à semelhança do AFRICOM, promovia uma abordagem intra-governamental, tentando otimizar as missões diplomáticas norte-americanas através do envio de equipas de ligação para todas as embaixadas estado-unidenses inseridas na sua área de responsabilidade, e de um conselheiro militar para a Missão dos EUA na União Africana. Para além disso, a CJTF-HOA inseria na sua estrutura um elemento sénior do Departamento de Estado, que servia como conselheiro sobre política externa, e outro da Agência dos EUA para o Desenvolvimento Internacional, que servia como conselheiro para o desenvolvimento. Esta Força Tarefa era multinacional, pois incluía na sua equipa elementos oriundos de países parceiros, inserindo-os em todas as fases operacionais – execução e planeamento, estratégico e operacional.²¹⁷

A CJTF-HOA também desenvolvia esforços em conjunto com instituições regionais e sub-regionais, nomeadamente na criação da *Eastern Brigade*, pertencente às Forças de Espera da União Africana, e no desenvolvimento do *Conflict Early Warning and Response Mechanism* pertencente à Autoridade Intergovernamental para o Desenvolvimento. Outro exemplo, em 2007 e 2008, esta Força Tarefa proporcionou assistência militar e treino às forças militares do Uganda destacadas para apoiar a missão de *peacekeeping* da União Africana na Somália (AMISOM), onde trabalhou em conjunto com organizações não-governamentais para providenciar materiais médicos às forças ugandesas que, por sua vez, assistiam a população de Mogadíscio. Trabalhar em parceria permitia garantir a sustentabilidade a longo prazo dos projetos e facilitava o estabelecimento de relações com diversos atores.

As iniciativas civil-militar, que visavam a “conquista de corações e mentes”, também desempenhavam um papel importante na ação da CJTF-HOA. Neste plano, as equipas civis desempenhavam um papel preponderante, desenvolvendo a sua ação nas seguintes áreas: cuidados médicos e veterinários; água e saneamento, nomeadamente a construção de poços,

²¹⁷ Pham, Peter (2011), “AFRICOM from Bush to Obama”, *South African Journal of International Affairs*, XVIII, (1), p.115.

furos, depósitos, sistemas de água; construção e reparação de infra-estruturas públicas – escolas, hospitais, estradas; e detecção e desativação de minas.²¹⁸ Esta abordagem facilitava o acesso às populações e às áreas consideradas de risco, permitindo aos militares obter melhor conhecimento sobre a zona de ação, recolher informações de intelligence e até estabelecer cooperação com líderes locais. Ao mesmo tempo, esta força exercia influência sobre as populações o que facilitava o estabelecimento de relações com comunidades que poderiam ser úteis no futuro.²¹⁹

Em abril de 2010 foi apresentado pelo *US Government Accountability Office* (GAO) um relatório que avaliava os esforços da CJTF-HOA e suas implicações para o AFRICOM. Relativamente às vantagens, a CJTF-HOA permitia uma resposta mais rápida às contingências no Corno de África devido ao fator proximidade, uma vez que esta força tarefa estava sediada no Djibuti. Em segundo lugar, possibilitava a cedência de pessoal, da CJTF-HOA para o AFRICOM, para apoiar no desenvolvimento de atividades que careciam de meios humanos. Também garantia recursos adicionais às embaixadas norte-americanas inseridas nos países da área geográfica de responsabilidade e de interesse da CJTF-HOA. Finalmente, reforçava a construção de relações entre os EUA e os países africanos, estimuladas pela cooperação contínua com o Djibuti, assim como com outros países que usufruíssem das iniciativas da força tarefa.²²⁰ Do ponto de vista negativo, o GAO constatou que a equipa responsável pelos orçamentos da CJTF-HOA tinha dificuldades na aplicação dos fundos nas atividades. Em segundo lugar, a força tarefa revelava dificuldade na compreensão da cultura africana, nomeadamente sobre costumes religiosos, linguagens e características associadas ao meio ambiente. Por último, a CJTF-HOA dispunha de equipas de ligação nas embaixadas norte-americanas que facilitavam a comunicação com o Departamento de Estado e a USAID. Nestas equipas, o GAO verificou que, em alguns casos, o pessoal oriundo da CJTF-HOA não compreendia os procedimentos de interação das embaixadas com os parceiros africanos. Estes aspetos negativos podiam estar relacionados, segundo o GAO, com a falta de formação e orientação dos funcionários, e com a curta duração das comissões das equipas militares, imposta pela rotatividade das forças.²²¹

²¹⁸ Bradbury, Mark e Michael Kleinman (2010), *Winning Hearts and Minds? Examining the Relationship Between Aid and Security in Kenya*, Boston, Feinstein International Center, p. 60.

²¹⁹ *Idem*, p.15.

²²⁰ United States Government Accountability Office (2010), *Defense Management: DOD Needs to Determine the Future of Its Horn of Africa Task Force*, Washington, GAO, pp.17-18.

²²¹ *Idem*, pp.22-24.

A Operação *Enduring Freedom: Trans-Sahara* (OEF-TS) era liderada pelo *Special Operations Command Africa*, comando componente do AFRICOM, desde outubro de 2008 e constituía a vertente do Departamento de Defesa em apoio à *Trans-Sahara Counterterrorism Partnership* (TSCTP), pertencente ao Departamento de Estado e descrita no subcapítulo 1.1, “Treino e cooperação militar”. Para além dos países inseridos no TSCTP – Chade, Mali, Mauritânia, Níger, Tunísia, Senegal, Marrocos e Nigéria – a OEF-TS inseria na sua área geográfica de ação a Burquina Faso. A OEF-TS, em parceria com o DOS e embaixadas norte-americanas, procurava melhorar o controlo fronteiriço, promover a governação democrática, desenvolver estruturas estatais, capacitar os parceiros africanos de forma a negarem refúgio a grupos terroristas e reforçar as relações militares regionais e bilaterais. Nesta iniciativa, os militares norte-americanos desenvolviam operações de informações e de desenvolvimento das capacidades de *intelligence* dos parceiros; e atividades de assistência, treino e aconselhamento. Também procuravam melhorar a logística, comando e controlo dos parceiros, e executavam operações conjuntas contra grupos terroristas. Ainda a acrescentar, estabeleceram e desenvolveram uma rede de informação regional computadorizada.²²²

A OEF-TS disponibilizava *Military Information Support Teams* que prestavam assistência ao DOS no combate à ideologia propagandeada pelos extremistas, enquanto Equipas Móveis de Treino formavam unidades de contra-terrorismo, caso do Mali, ou desenvolviam unidades previamente existentes – Marrocos, Nigéria e Senegal. No caso da Mauritânia, a formação em contra-terrorismo exigiu uma forte componente em logística. Este país africano tinha dificuldades em desenvolver operações nas suas regiões remotas, pelo que era importante providenciar capacidades que permitissem o envio e abastecimento de militares, proporcionando operações domésticas e participações em esforços regionais.²²³

Continuando com exemplos sobre a acção da OEF-TS, o exercício *Flintlock* reforçava as instituições de segurança, promovia a partilha multilateral de informações, desenvolvia a interoperabilidade militar entre parceiros e testava a interiorização de conhecimentos e aptidões. O embaixador Anthony Holmes referiu que os objetivos deste exercício consistiam na “construção de relações duradouras (...) que possibilitem a partilha de ideias e métodos, e o encontro de soluções mútuas sobre questões que têm alimentado o descontentamento e o extremismo”. O embaixador também considerou importante “ultrapassar incompatibilidades técnicas e táticas (...) melhorando as capacidades de cada participante em comunicar,

²²² Ward, William (2010), *United States Africa Command 2010 Posture Statement*, Estugarda, AFRICOM, p.25.

²²³ *Idem*, p.26

coordenar e operar contra elementos que ameaçam destabilizar governos e molestar as populações do Trans-Sahara.”²²⁴ No ano de 2010, o exercício envolveu 600 elementos das Forças Especiais dos EUA, 150 militares oriundos de países europeus – Bélgica, França, Grã-Bretanha, Holanda e Espanha – e 400 militares africanos – Argélia, Tunísia, Senegal, Nigéria, Burquina Faso, Mali, Chade, Marrocos e Mauritânia. Durante este exercício, foi estabelecida uma *Special Joint Operations Task Force*, que dirigia em tempo-real a coordenação entre os vários participantes, e um centro de coordenação multinacional que servia de ponto focal na partilha de informação e no planeamento de operações sincronizadas. Neste centro, foi facultada formação académica, culminando com um exercício de comando que envolveu “instrução, desenvolvimento de cenários e um grupo de controlo que estimulou a capacidade dos participantes em trabalhar em cooperação na busca de soluções para crises partilhadas (...) que afetam a estabilidade e a segurança”.²²⁵ Para além das operações militares executadas ao longo da região, este exercício também teve uma componente civil, médica e veterinária, providenciando às populações rurais informações e cuidados de saúde.

No domínio da segurança marítima, a *Africa Partnership Station* (APS), lançada em 2007, era uma das principais iniciativas do AFRICOM, levada a cabo pelas *US Naval Forces Africa*. De acordo com a marinha norte-americana, a APS era um veículo que permitia facultar assistência às agências norte-americanas, a países parceiros e a organizações não-governamentais na África ocidental, oriental, e central.²²⁶ Em 2006, uma reunião de ministros do Golfo da Guiné, realizada em Benim, serviu de catalisador para a criação da APS. Nesta reunião, os ministros consideraram a segurança marítima como crucial para o desenvolvimento económico e para a estabilidade da região, tendo enumerado um conjunto de prioridades e necessidades. Com os objetivos da política externa norte-americana como enquadramento, os EUA responderam com propostas de treino e assistência personalizados de acordo com as necessidades de cada país.²²⁷ Então, em cooperação com países parceiros, Guarda Costeira norte-americana, *National Oceanographic and Atmospheric Administration* e

²²⁴ “Flintlock 10 begins in Burkina Faso” (2010, 5 de maio), *US Army Special Operations Command*, acedido em 20 de junho de 2011. Disponível em:

<http://www.soc.mil/uns/Releases/2010/May/100505-02.html>.

²²⁵ Pham, Peter (2011), “AFRICOM from Bush to Obama”, *South African Journal of International Affairs*, XVIII, (1), p.113.

²²⁶ Ploch, Lauren (2010), *Africa Command: U.S. Strategic Interests and the Role of the U.S. Military in Africa*, Washington, Congressional Research Service, p.23.

²²⁷ Ward, William e Thomas Galvin (2008), “U.S. Africa Command and the Principle of Active Security”, *Joint Force Quarterly*, (51), p.64.

organizações não-governamentais, a APS desenvolveu esforços na construção de capacidades dos parceiros africanos no domínio da segurança marítima, estando o treino e a assistência focados no reforço dos seguintes aspetos: competência e profissionalismo das forças marítimas, capacidade de resposta marítima, consciencialização para o domínio marítimo e sustentabilidade das operações marítimas.²²⁸

A APS servia como centro de formação no mar, tendo pouco impacto em terra. A formação disponibilizada aos parceiros africanos abrangia diversas áreas de conhecimento, tais como: reforço da lei, gestão e segurança de estruturas portuárias, navegação, liderança e comando, utilização de sistemas de informação automatizados, técnicas de interrogatório no mar, abordagem e tomada de navios suspeitos, controlo de danos e combate a incêndios, logística, medicina, engenharia civil, procura e resgate, assistência humanitária e resposta a desastres.²²⁹

Entre 2007 e 2008, a viagem inaugural da APS ocorreu a bordo do USS Fort McHenry, acompanhado pelo HSV-2 Swift (catamaran), e foi constituída por uma equipa multinacional com elementos oriundos de Portugal, EUA, Reino Unido, França, Espanha, Alemanha, Gana, Guiné Equatorial, Camarões e Gabão. A viagem resultou em 35 visitas a portos (em Angola, Benim, Camarões, Cabo Verde, Guiné Equatorial, Gabão, Gana, Libéria, Nigéria, São Tomé e Príncipe, Senegal e Togo) e treino a 1700 profissionais. O USS Fort McHenry também prestou assistência humanitária, em parceria com a Agência Norte-Americana para o Desenvolvimento Internacional e com organizações não-governamentais, nomeadamente a Project Hope e a Project Handclasp, tendo facultado bens alimentares, material escolar e equipamentos médicos. Ainda a acrescentar, o submarino nuclear USS Annapolis associou-se à APS, tornando-se no primeiro submarino norte-americano a visitar a África subsariana.

Em 2009, o USS Nashville serviu de plataforma à APS, reunindo uma equipa multinacional constituída por elementos oriundos de 9 países europeus²³⁰, 10 africanos e do Brasil, constituindo um conjunto de 20 nações, o dobro do verificado no ano anterior. A APS atuou, nesse ano, em 7 países africanos – Senegal, Libéria, Gana, Nigéria, Camarões, Gabão e São Tomé e Príncipe – sendo de destacar os exercícios de cooperação conduzidos pelos

²²⁸ Ward, William (2010), *United States Africa Command 2010 Posture Statement*, Estugarda, AFRICOM, p.13.

²²⁹ Ploch, Lauren (2010), *Africa Command: U.S. Strategic Interests and the Role of the U.S. Military in Africa*, Washington, Congressional Research Service, p.23.

²³⁰ Portugal, Reino Unido, França, Itália, Espanha, Holanda, Dinamarca, Alemanha e Malta.

fuzileiros portugueses, espanhóis e norte-americanos que envolveram 800 militares profissionais africanos.²³¹ Continuando em 2009, a instabilidade verificada na África oriental, nomeadamente pela ação de piratas somalis, levou à extensão da *Africa Partnership Station* até à África oriental. Estiveram inseridos nesta iniciativa o USS Robert G. Bradley e o USS Arleigh Burke, tendo desenvolvido exercícios de cooperação com o Djibuti, Quênia, Moçambique, Tanzânia, Maurícias, Seicheles e África do Sul.²³² Importa salientar que os EUA tinham interesse na capacitação dos países parceiros desta região africana em matéria de segurança marítima, pelo que procuravam providenciar material que permitisse a criação de sistemas básicos de vigilância e patrulhamento dos mares. No ano fiscal de 2006, o DOS e o DOD conseguiram aprovação para um programa que facultava pequenos barcos, radares de superfície e sistemas de informação automatizados ao Djibuti, Moçambique, Quênia, Tanzânia, Comoros, Maurícias e Seicheles, projeto que o AFRICOM pretendia sustentar e complementar.²³³

Em 2010, o USS Gunston Hall serviu a APS no centro e ocidente africanos, enquanto o USS Nicholas serviu na África Oriental. A equipa multinacional reuniu elementos de 9 países europeus, 23 africanos e o Brasil, aumentando, uma vez mais, o número de participantes.²³⁴ As rotas da APS, ao longo das várias edições, repetiam as visitas a cada nação, verificando-se um circuito de treino constante. A APS operacionalizava parcerias a nível global e, por esse motivo, assimilava um conjunto alargado de conhecimentos, proporcionados pela presença de várias nacionalidades a bordo. A inclusão de vários países europeus, em alguns casos com experiência colonizadora, facilitava a comunicação com os parceiros africanos, permitindo maior entendimento e, por sua vez, uma coordenação mais coesa e eficaz. O general William Ward, primeiro comandante do AFRICOM, caracterizou a APS como “um bom exemplo daquilo que o AFRICOM é, relacionando-se com os parceiros

²³¹ Ward, William (2010), *United States Africa Command 2010 Posture Statement*, Estugarda, AFRICOM, p.13.

²³² Pham, Peter (2011), “AFRICOM from Bush to Obama”, *South African Journal of International Affairs*, XVIII, (1), p.114.

²³³ Ward, William (2010), *United States Africa Command 2010 Posture Statement*, Estugarda, AFRICOM, p.14.

²³⁴ Ham, Carter (2011), *United States Africa Command 2011 Posture Statement*, Estugarda, AFRICOM, p.19.

africanos no desenvolvimento de capacidades que permitam uma melhor governação dos seus territórios”.²³⁵

A CJTF-HOA, OEF-TS e APS representavam os maiores investimentos do AFRICOM na sua área geográfica de responsabilidade. Complementarmente, existiam outros programas e exercícios de menor dimensão, embora cruciais para o cumprimento dos objetivos norte-americanos em África. Começando pelo setor das informações, o *Intelligence Security Cooperation and Engagement Program* desenvolvia esforços na construção de capacidades de *intelligence* militar em países e organizações regionais africanas. Este programa salientava a ideia de que a capacidade de recolha, análise e sintetização de informação era essencial ao planeamento militar. A formação nesta matéria era facultada através de seminários e cursos, servindo o primeiro para familiarizar com o tema e o segundo para treinar e preparar profissionais. Como exemplo, o *Military Intelligence Basic Officer Course-Africa*, conduzido pelas *US Marines Corps Forces Africa* e destinado a jovens oficiais, permitia o ensinamento de técnicas e métodos de *intelligence* que, por consequência, garantiam novas competências aos militares africanos. Também promovia as relações entre os profissionais, africanos e norte-americanos, encorajando uma cooperação mais eficiente.²³⁶ Os EUA tinham interesse em estimular esta colaboração e partilha de informação, uma vez que este programa pressupunha a realização de visitas frequentes de oficiais de *intelligence* seniores, intercâmbios de informações e conferências e mesas redondas com analistas e diretores de *intelligence* militar.

Continuando no plano das informações, a *Operation Objective Voice* (OOV) representava os esforços do AFRICOM na difusão de informação, nomeadamente através dos media, de forma a combater as ideologias propagandeadas pelos extremistas. O AFRICOM coordenava a OOV em conjunto com as embaixadas norte-americanas, o Departamento de Estado e o USAID, verificando-se, uma vez mais, um esforço intra-governamental. Como plataforma, o OOV usava, por exemplo, a *African Web Initiative*, ou seja, o sítio <http://www.magharebia.com/>. Nesta plataforma noticiosa, as informações eram difundidas em árabe, francês e inglês, adoptando perspectivas e assumindo valores de notícia que contrastavam com as posições extremistas.²³⁷ Ainda a acrescentar, a possibilidade de

²³⁵ Malan, Mark (2008), *U.S. Civil-Military Imbalance for Global Engagement*, Washington, Refugees International, p.34.

²³⁶ Idem, p.17

²³⁷ Idem, p.28

comentar conteúdos permitia ao leitor interagir com a plataforma, estimulando a discussão de pontos de vista alternativos.

Como foi dito no capítulo anterior, a reforma do setor da defesa constituía um ponto importante na missão do comando de combate e, por consequência, na ação. Em conjunto com o DOS, o AFRICOM treinou e equipou as Forças Armadas da República Democrática do Congo, tendo concentrado esforços nos seguintes aspetos: melhoramento das capacidades de liderança, gestão e manutenção das forças; aumento de competências na investigação e julgamento de militares acusados de violar os direitos humanos; e redução da violência sexual.²³⁸ Outro esforço do AFRICOM neste setor aconteceu na revitalização da Libéria, exigindo um trabalho intra-governamental bastante abrangente. O DOD e o DOS, através da operação *Onward Liberty*, providenciaram assistência às Forças Armadas da Libéria, a Guarda Costeira dos EUA desenvolveu esforços de aplicação da lei (*law enforcement*) na zona económica exclusiva, e o Gabinete do Secretário da Defesa proporcionou aconselhamento ao Ministério da Defesa Liberiano.²³⁹ Os conhecimentos adquiridos pelo AFRICOM através destas iniciativas contribuíam para o desenvolvimento de um modelo de ação sobre a reforma no setor da defesa em África. Independente desde julho de 2011, o Sudão do Sul podia representar um novo desafio neste setor.

Prosseguindo para os exercícios, executado pela primeira vez em 2006, o *Africa Endeavor*, realizado anualmente e patrocinado pelo AFRICOM, representava o maior exercício multinacional de comunicações desenvolvido no continente africano, focado na partilha de informação e na interoperabilidade e compatibilidade militar. O contra-almirante Hervé Nambo, um dos diretores do *Africa Endeavor* 2009, afirmou que o exercício promovia a comunicação entre parceiros africanos, aspeto crucial quando se desenvolviam operações fora do próprio país ou região. O contra-almirante exemplificou com a seguinte situação: “durante as operações de *peacekeeping* podemos ter forças oriundas de dez ou mais países na mesma área [de ação]. Cada nação terá o seu equipamento de comunicação que pode, ou não, ser completamente compatível com o equipamento de outra nação participante.”²⁴⁰ Era na supressão desta lacuna que o *Africa Endeavor* atuava, uma vez que o objetivo principal do exercício consistia no incremento de capacidades de comando, controlo e comunicações –

²³⁸ *Idem*, p.24

²³⁹ Ham, Carter (2011), *United States Africa Command 2011 Posture Statement*, Estugarda, AFRICOM, p.14.

²⁴⁰ “Exercise Africa Endeavor Kicks Off in Gabon” (2009, 30 de setembro), *AFRICOM*, acessado em 21 de junho de 2011. Disponível em: <http://www.africom.mil/getArticle.asp?art=3501&lang=0>.

através da estandardização de táticas, técnicas e procedimentos – que garantissem a interoperabilidade e compatibilidade dos sistemas de comunicação dos países participantes. Nesta matéria, a capacitação dos países parceiros representava, também, um contributo para as operações desenvolvidas pela União Africana e, por consequência, das Forças de Espera Africanas, na medida em que os seus membros adquiriam capacidades que podiam melhorar as iniciativas da organização.

Como exemplo, a edição de 2010 ocorreu no Gana e teve como participantes 36 países africanos²⁴¹ – Argélia, Benim, Botswana, Burquina Faso, Burundi, Camarões, Cabo Verde, Chade, Djibuti, Egito, Etiópia, Gabão, Gana, Gâmbia, Quênia, Lesoto, Libéria, Malawi, Mali, Mauritânia, Maurícias, Moçambique, Namíbia, Nigéria, República do Congo, Ruanda, São Tomé e Príncipe, Senegal, Serra Leoa, Seicheles, Sudão do Sul, Suazilândia, Tanzânia, Togo, Uganda e Zâmbia – a União Africana, a Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental, a Comunidade Económica dos Estados da África Central, Suíça, Suécia e EUA.²⁴² Precederam ao exercício três conferências de planeamento, realizadas no Uganda, Gana e Ruanda, onde se definiu o formato, a agenda, o treino e os objetivos do exercício. Durante o *Africa Endeavor 2010*, os participantes realizaram treino com diversos métodos e equipamentos de comunicações; testaram sistemas e redes de comunicações; desenvolveram comunicações de rádio entre terra e mar; e, pela primeira vez, transmitiram relatórios via satélite entre o local do treino em Acra, Gana, e o Centro de Operações de Apoio à Paz da União Africana em Addis Abeba, Etiópia²⁴³

Tendo 2004 como ano da primeira edição, o *African Lion* era um exercício bilateral anual desenvolvido pelos Estados Unidos e Marrocos. Tinha como objetivo o reforço das relações bilaterais e da interoperabilidade militar, servindo de estímulo à compreensão mútua de táticas, técnicas e procedimentos de cada nação. A participação do AFRICOM neste exercício era liderada pelas *Marine Corps Forces Africa*, embora também se tenham verificado participações das *Air Forces Africa*, *Naval Forces Africa* e da Guarda Nacional do

²⁴¹“Africa Endeavor 2010 Comes to a Close” (2010, 23 de agosto), *AFRICOM*, acessido em 21 de junho de 2011. Disponível em: <http://www.africom.mil/getArticle.asp?art=5081>.

²⁴² Africa Endeavor 2010 Begins in Accra, Ghana(2010, 10 de agosto), *AFRICOM*, acessido em 21 de junho de 2011. Disponível em: <http://www.africom.mil/getArticle.asp?art=5016&lang=0>.

²⁴³ Ham, Carter (2011), *United States Africa Command 2011 Posture Statement*, Estugarda, AFRICOM, p.20.

Utah²⁴⁴, estado norte-americano parceiro do estado marroquino através do programa *National Guard State Partnership*. Todas estas forças agrupadas criavam uma força tarefa conjunta que representava o AFRICOM no *African Lion*. Com a associação das forças marroquinas, verificava-se, então, a criação de uma força tarefa conjunta multinacional que conduzia o exercício. Do ponto de vista prático, o exercício envolvia treino com armas, no ar e em terra, formação de pessoal e treino em operações de *peacekeeping*, assuntos públicos, resposta a desastres e assistência humanitária. Exemplificando, a edição de 2010 do *African Lion* incluiu um exercício de comando, construção de capacidades de *intelligence*, assistência humanitária e treino em operações de paz, aviação e medicina. Nessa edição, o cenário do exercício teve como pano de fundo a incursão em território marroquino de várias unidades mecanizadas inimigas. A força tarefa combinada multinacional (EUA – Marrocos) respondeu combinando capacidades aéreas e terrestres.²⁴⁵

Com origem em 2005, o *Phoenix Express*, liderado pelas *Naval Forces Africa* desde 2008, era um exercício multinacional orientado para o domínio da segurança marítima que consistia na interdição marítima, comunicações e partilha de informação. Desenhado para estimular as parcerias marítimas regionais, este exercício procurava fortalecer a estabilidade no norte de África e mar mediterrâneo, pelo que envolvia, para além dos EUA, países africanos e europeus. Tinha como objetivo reforçar a interoperabilidade e cooperação entre os participantes, melhorando a interação entre os parceiros em operações de *peacekeeping* e assistência humanitária, caso ocorressem, e contribuindo para o melhoramento do combate ao tráfico de armas, droga e pessoas.²⁴⁶ Para além dos EUA, a edição de 2011 juntou 12 países – Albânia, Argélia, Croácia, Egito, Espanha, Grécia, Itália, Malta, Marrocos, Mauritânia, Tunísia e Turquia²⁴⁷. O treino consistiu em operações de busca e salvamento, comando e controlo a partir de um Centro Multinacional de Operações Marítimas em terra, conhecimento do domínio marítimo (*Maritime Domain Awareness*), operações de interdição marítima

²⁴⁴ “U.S. Service Members Arrive in Morocco for African Lion” (2010, 17 de maio), *AFRICOM*, acessado em 21 de junho de 2011. Disponível em:

<http://www.africom.mil/getArticle.asp?art=4421&lang=0>.

²⁴⁵ Pham, Peter (2011), “AFRICOM from Bush to Obama”, *South African Journal of International Affairs*, XVIII, (1), p.114.

²⁴⁶ “Ward visits Greece for Phoenix Express 09 Navy Exercise with Europeans, North Africans” (2009, 1 de maio), *AFRICOM*, acessado em 21 de junho de 2011. Disponível em:

<http://www.africom.mil/getArticle.asp?art=2962>.

²⁴⁷ “Phoenix Express 2011 Begins At Sea Boarding Exercises” (2011, 7 de junho), *US Navy*, acessado em 23 de junho de 2011. Disponível em: http://www.navy.mil/search/display.asp?story_id=60853.

(*Maritime Interdiction Operations*), comunicações e resposta médica. A fase em terra foi conduzida no Centro de Formação Operacional de Interdição Marítima da NATO, localizado em Creta, Grécia. No mar, foram desenvolvidas operações de busca e salvamento, reabastecimento, exercícios de cenário e operações de interdição marítima, mantendo constantemente as comunicações com os participantes no mar e com o Centro Multinacional de Operações Marítimas em terra.²⁴⁸

No plano da assistência humanitária, o *Natural Fire* era um exercício conjunto e multinacional que, para além dos EUA, envolvia a participação de vários países da África oriental. Tinha como objetivo o reforço da interoperabilidade entre parceiros africanos e o *US Army Africa* (USARAF), comando componente do AFRICOM que liderava o exercício, de forma a melhorar a capacidade de resposta a emergências humanitárias. De acordo com o USARAF, este exercício ilustrava o compromisso dos EUA em reforçar e melhorar as relações e capacidades de interação com os países parceiros africanos, contribuindo para a promoção de segurança, estabilidade e paz em África.²⁴⁹ Na edição de 2009, designada por *Natural Fire 10*, participaram o Burundi, Ruanda, Quênia, Tanzânia e Uganda, país onde ocorreu o exercício. Os EUA participaram com militares oriundos do *US Army Europe*, *Army National Guard*, *21st Theater Sustainment Command* e tropa de reserva da marinha e do exército. A associação das forças americanas e africanas, cerca de 1200 homens, resultou na criação de uma força tarefa conjunta multinacional, liderada pelo USARAF e pelas Forças de Defesa do Povo Ugandês, responsável pela condução do exercício. Durante o exercício foram simuladas situações de emergência que visaram a preparação dos participantes na resposta a desastres, naturais ou humanos, e a pandemias, nomeadamente a influenza. Desenvolveram treino em operações de escolta, controlo de multidões, manuseamento de armas e pontos de inspeção de veículos. Também desenvolveram uma componente de apoio às populações, providenciando cuidados médicos a 11.000 cidadãos e construindo infra-estruturas públicas.²⁵⁰

²⁴⁸ “Phoenix Express 2011 Begins at Souda Bay, Crete” (2011, 23 de maio), *U.S. Naval Forces Africa*, acessido em 24 de junho de 2011. Disponível em: <http://www.naveur-navaf.navy.mil/article232center.html>.

²⁴⁹ “Partnership building underway during run up to Natural Fire 10” (2009, 16 de outubro), *U.S. Army Africa*, acessido em 24 de junho de 2011. Disponível em: http://www.usaraf.army.mil/NEWS/NEWS_091013_NF10_BUILDING_PARTNERS.html.

²⁵⁰ “Natural Fire 10: Joint multinational exercise ends with strong emphasis on partnership, cooperation” (2009, 25 de outubro), *U.S. Army Africa*, acessido em 24 de junho de 2011. Disponível em: http://www.usaraf.army.mil/NEWS/NEWS_091027_NF10_CLOSING_CEREMONY.html.

O *Medflag* era um exercício médico, anual e bilateral, com origem em 1987 mas desenvolvido pelo AFRICOM a partir de 2007. Foi concebido para estimular as capacidades e a prontidão das forças armadas norte-americanas e do país parceiro anfitrião. Durante o exercício, os militares norte-americanos ofereciam treino ao pessoal médico e cuidados de saúde às populações africanas do país destinatário.²⁵¹ De acordo com o AFRICOM, a reconstrução dos serviços médicos constituía um contributo importante para a reforma do setor da segurança.²⁵² Os objetivos consistiam no melhoramento das capacidades de resposta médica, tanto do parceiro africano como das forças norte-americanas, na profissionalização militar, e no reforço das relações bilaterais e da interoperabilidade militar. A edição de 2010 do exercício realizou-se na República Democrática do Congo. Para além do pessoal do AFRICOM e do *US Army Africa*, os EUA participaram com a Guarda Nacional, tropas de reserva da marinha, *US Marine Corps* e *21st Theater Sustainment Command*.²⁵³ No total, estiveram presentes 100 militares americanos e 250 congolezes. Executaram tarefas de triagem e tratamento em exercício com vítimas em massa, intercâmbio de especialistas, formação médica, prestação de cuidados de saúde às populações e reabilitação e reconstrução de infra-estruturas.

Todos os exercícios descritos até esta parte estavam presentes nas declarações de intenções proferidas pelos comandantes do AFRICOM. No entanto, o comando de combate desenvolvia outros exercícios, tais como: *Atlas Drop* (logística), *Cutlass Express* (assistência humanitária, resposta a desastres e operações de peacekeeping), *Obangame Express*, (interdição marítima), *Shared Accord* (operações de peacekeeping), *Southern Warrior* (treino regional de pequenas unidades), *Medlite* e *Medreach* (reforço das capacidades médicas).

O AFRICOM também apoiava iniciativas de outros departamentos dos EUA. Começando pelo *African Maritime Law Enforcement Partnership*, o AFRICOM atuava em parceria com o DOS, Departamento de Segurança Interna e Guarda Costeira com o objetivo de melhorar a aplicação da lei na zona económica exclusiva do país destinatário da ajuda, contribuindo para o melhoramento das capacidades de segurança marítima e, por conseguinte,

²⁵¹ Ham, Carter (2011), *United States Africa Command 2011 Posture Statement*, Estugarda, AFRICOM, p.20.

²⁵² “DoDLive Bloggers Roundtable: MEDFLAG 10” (2010, 14 de setembro), *DoD Live*, acessado em 20 julho de 2011. Disponível em: <http://www.dodlive.mil/index.php/2010/09/dodlive-bloggers-roundtable-medflag-10/>.

²⁵³ “North Dakota Unit Participates in Training Exercise in Congo” (2010, 10 de setembro), *AFRICOM*, acessado em 20 de julho de 2011. Disponível em: <http://www.africom.mil/getArticle.asp?art=5200&lang=1>.

para o reforço da soberania do estado.²⁵⁴ Também contribuía para o combate aos crimes ambientais e ao tráfico de droga, armas e pessoas. Especificamente no combate ao narcotráfico, o AFRICOM trabalhava em conjunto com o DOS, Departamento de Justiça, *US Drug Enforcement Agency* e Guarda Costeira na criação, por exemplo, de um centro multinacional, construído em Cabo Verde, que incorporava agentes de *law enforcement* norte-americanos e cabo-verdianos, polícia internacional e forças marítimas cabo-verdianas. Os objetivos consistiam na capacitação da marinha cabo-verdiana na deteção e interdição de traficantes e na partilha de informações importantes sobre traficantes.²⁵⁵

Em programas de assistência humanitária, o AFRICOM trabalhava em parceria com o DOS e o USAID desenvolvendo, por exemplo, atividades de assistência médica a civis. Noutro plano, o Programa de Resposta a Pandemias do AFRICOM era executado em parceria com o USAID, organizações internacionais e organizações não-governamentais de forma a melhorar as capacidades de resposta dos parceiros africanos a doenças de rápida propagação. No combate ao VIH/SIDA o AFRICOM trabalhava em conjunto com o DOS na mitigação dos efeitos da doença nas forças armadas africanas, providenciando tratamento aos militares e familiares infetados, ou afetados, pelos vírus.²⁵⁶

Em julho de 2010, o *US Government Accountability Office* apresentou um relatório onde referia que apenas algumas atividades desenvolvidas pelo AFRICOM contribuía para a sua missão, sendo que outras poderiam ter consequências indesejadas. Exemplificando, fontes associadas ao Departamento de Estado referiram que o sítio noticioso que o AFRICOM desenvolvia, o <http://www.magharebia.com>, podia causar nos africanos a sensação de que os militares estado-unidenses tentavam controlar a opinião pública. Era necessário que o AFRICOM avaliasse os resultados da sua ação a longo prazo, de forma a compreender o impacto das atividades na sua área geográfica de responsabilidade. O comando limitava essa avaliação à perspetiva de curto prazo focalizada na constatação de resultados imediatos.²⁵⁷

²⁵⁴ Ham, Carter (2011), *United States Africa Command 2011 Posture Statement*, Estugarda, AFRICOM, p.19.

²⁵⁵ Ward, William (2010), *United States Africa Command 2010 Posture Statement*, Estugarda, AFRICOM, p.28.

²⁵⁶ Idem, p.31.

²⁵⁷ United States Government Accountability Office (2010), *Defense Management: Improved Planning, Training, and Interagency Collaboration Could Strengthen DOD's Efforts in Africa*, Washington, GAO, pp.18-23.

A ação demonstrada pelo AFRICOM revelava que a principal preocupação do comando de combate não passava pela preparação de forças norte-americanas para atuar na área geográfica de responsabilidade, mas antes em direcionar esforços para o treino e assistência de militares africanos, promovendo a profissionalização do setor, contribuindo, desta forma, para a estabilidade e segurança da região. Paralelamente, os militares norte-americanos também fomentavam conhecimentos e ganhavam aptidões, uma vez que os exercícios salientavam a troca de conhecimentos e, em alguns casos, promoviam a interoperabilidade militar.

Quadro 1.5 – Síntese de exercícios do AFRICOM (2009)

Exercício	Área de ação	Países participantes africanos
Africa Partnership Station	Assistência no domínio da segurança marítima	Senegal, Libéria, Gana, Nigéria, Camarões, Gabão, São Tomé e Príncipe, Djibuti, Quênia, Moçambique, Tanzânia, Maurícias, Seicheles e África do Sul.
Africa Endeavor	Exercício de comunicações que visa a interoperabilidade entre africanos e os EUA	Benim, Botswana, Burquina Faso, Burundi, Camarões, Cabo Verde, Chade, Djibuti, Etiópia, Gabão, Gana, Gâmbia, Quênia, Lesoto, Malawi, Mali, Morocos, Namíbia, Níger, Nigéria, Ruanda, São Tomé e Príncipe, Senegal, Serra Leoa, África do Sul, Suazilândia, Tanzânia, Uganda e Zâmbia ²⁵⁸
Phoenix Express	Domínio da segurança marítima, consistindo na interdição marítima, comunicações e partilha de informação	Marrocos, Argélia, Tunísia, Líbia, Senegal ²⁵⁹
Natural Fire	Reforço da interoperabilidade militar entre parceiros africanos e os EUA, direcionado para a resposta a emergências humanitárias	Burundi, Ruanda, Quênia Tanzânia e Uganda.
African Lion (bilateral)	Reforço das relações bilaterais e da interoperabilidade militar entre os EUA e Marrocos	Marrocos
Medflag (bilateral)	Treino médico	Mali (2008), Suazilândia (2009), República Democrática do Congo (2010) e Gana (2011)

Fonte: próprio autor.

²⁵⁸ “Africa Endeavor 2009: Planning Begins for 25-Nation Communications Exercise” (2009, 14 de janeiro), *AFRICOM*, acessado em 10 agosto de 2011. Disponível em: <http://www.africom.mil/getArticle.asp?art=2455>

²⁵⁹ “Phoenix Express Forges Understanding within Combined Naval Forces” (2010, 29 de abril), *US Navy*, acessado em 10 agosto de 2011. Disponível em: http://www.navy.mil/search/display.asp?story_id=44768

CONCLUSÃO

A evidência empírica mostra que a criação do AFRICOM não estava associada, apenas, a uma redistribuição dos comandos de combate norte-americanos e respectivas forças. A principal causa prendia-se com o aumento da importância estratégica do continente africano perante os EUA.

Em 1995, o governo dos EUA afirmava que tinha pouco interesse estratégico na África Subsariana. Seis anos mais tarde, os atentados terroristas de 11 de setembro geraram uma guerra global contra uma tática, o terrorismo, com uma forte componente em África, nomeadamente através da *Combined Joint Task Force – Horn of Africa* e *Operation Enduring Freedom – Trans-Sahara*. Em 2007 anunciou-se a criação de um comando de combate direcionado, exclusivamente, para o continente africano. Portanto, África passou a assumir uma posição de destaque no desenvolvimento da política externa norte-americana depois do ano de 2001. África continha ameaças que podiam colocar em risco a segurança do estado, sendo esta uma preocupação central da administração Bush quando decidiu criar o AFRICOM. Este era o primeiro interesse estratégico americano em África, a salvaguarda dos interesses do estado e cidadãos estado-unidenses, tanto na terra pátria como no estrangeiro. Os estados falhados, de acordo com os EUA, constituíam um problema, e George W. Bush corroborou esta afirmação ao considerar que a segurança dos EUA estava dependente das parcerias com os países africanos que procurassem reforçar os estados falhados. Estes estados, incapazes de exercer a soberania em todo o seu território, podiam constituir pontos de abrigo para os grupos terroristas, a principal preocupação norte-americana após o 11 de setembro. Portanto, a preocupação norte-americana com a segurança do seu estado e cidadãos constitui o primeiro interesse estratégico norte-americano em África e, por consequência, a primeira razão para a criação do AFRICOM.

O AFRICOM permitiu a redistribuição das forças militares americanas que tinham África como área geográfica de responsabilidade. Antes da criação do AFRICOM, o continente já estava sob a responsabilidade de outros comando de combate – EUCOM, CENTCOM e PACOM. O AFRICOM veio redefinir as fronteiras entre os comandos de combate, reduzindo as áreas geográficas de responsabilidade e melhorando a comunicação e a resposta às contingências. A abordagem ao continente africano tornava-se, desta forma, mais personalizada e objetiva, uma vez que o comando de combate podia debruçar-se exclusivamente sobre o contexto africano. Assim, a otimização dos esforços norte-americanos

para com África no setor da defesa, representa uma segunda causa para a criação do AFRICOM.

A partir de 2005, o peso relativo do petróleo africano nas importações norte-americanas assumiu valores sempre acima dos 20%, tendo em 2007 atingido um pico de 24%. O petróleo africano passou a assumir mais de um quinto do total das importações, assumindo-se como uma importante fonte de matéria energética e, por essa razão, um interesse estratégico norte-americano na região. Portanto, era fundamental garantir estabilidade e segurança nos países fornecedores de forma a evitar quebras na extração e, conseqüentemente, no fornecimento. Era neste plano que o AFRICOM atuava, desenvolvendo esforços direcionados para a capacitação dos parceiros africanos e na prevenção de conflitos. Portanto, a garantia de estabilidade servia de condição no acesso aos recursos naturais africanos, aspecto que motivou a criação do AFRICOM. Este argumento era também validado pela ação do comando de combate, uma vez que as atividades demonstradas revelavam que a preocupação principal do AFRICOM passava pelo treino e assistência de militares africanos, promovendo a profissionalização do setor e o respeito pela autoridade civil e pela lei, contribuindo, desta forma, para a estabilidade da região.

A China, com uma economia em crescimento constante, revelou-se um forte competidor no continente africano, tanto no plano económico como no político e diplomático. Os interesses chineses tocavam em pontos comuns aos norte-americanos. O petróleo africano representava cerca de 30% do total das importações chinesas, assumindo um peso relativo superior ao norte-americano. Do ponto de vista diplomático, a China procurava construir e reforçar relações no continente, apoiando-se na força da sua economia para garantir compromissos a longo prazo. Apesar de os EUA recusarem que a criação do AFRICOM estava, também, associada à contenção da influência chinesa no continente, existiam argumentos que permitiam considerar essa hipótese. Em 2002, a administração Bush considerou, na sua *West Point Doctrine*, que os EUA não iriam permitir a emergência de um grande competidor económico, político ou militar. Como ficou provado, a China competia diretamente com os EUA no continente africano. A acrescentar, a postura holística do AFRICOM compreendia uma componente diplomática, o que permitia uma abordagem para além do setor da defesa. Portanto, é plausível considerar que o AFRICOM também foi criado para conter a influência chinesa em África, uma vez que podia representar um forte mecanismo de apoio à política externa norte-americana.

Depois de implementado, o AFRICOM contribuiu para o aumento do envolvimento norte-americano em África. Em primeiro lugar, associado ao AFRICOM estava um conjunto

de comandos componentes prontos a atuar no continente, todos eles criados em consequência do AFRICOM, assumindo todos os ramos armados e representando a força militar do AFRICOM. Portanto, o forte investimento dos EUA na criação e manutenção do AFRICOM e respetivos comandos componentes constituía a primeira justificação para o aumento do envolvimento dos EUA em África.

Em segundo lugar, a própria estrutura do AFRICOM, direcionada para uma abordagem holística, possibilitava um envolvimento para além do setor da defesa. Ao incluir elementos de vários departamentos civis e ao aplicar o conceito dos “3D’s” – defesa, diplomacia e desenvolvimento – o AFRICOM podia harmonizar de forma eficaz os esforços do DOD com os das outras agências, melhorando a eficácia dos esforços desenvolvidos pelos EUA. Este era outro argumento que corroborava o aumento do envolvimento norte-americano no continente africano.

O terceiro argumento remetia para a missão do AFRICOM. A sua postura estava de acordo com o princípio da Segurança Ativa, ou seja, consistia na prevenção de conflitos e no reforço das capacidades dos parceiros africanos, procurando o crescimento de governos fortes e de instituições legítimas que apoiassem o desenvolvimento das sociedades civis. Esta abordagem pressupunha um contacto continuado com os parceiros africanos, de forma a alcançar os objetivos propostos pelo princípio de Segurança Ativa. Então, o engajamento em tempo de paz, executado pelo AFRICOM, correspondia a um aumento do envolvimento norte-americano em África.

O quarto argumento, associado à ação do AFRICOM, servia de prova principal para justificar o aumento do envolvimento americano em África. O AFRICOM herdou e manteve algumas das iniciativas anteriormente desenvolvidas pelos comandos de combate que tinham, até então, África como área geográfica de responsabilidade. No entanto, o AFRICOM foi responsável pelo desenvolvimento e criação de diversas iniciativas, envolvendo um grande número de participantes e meios. A *Africa Partnership Station*, iniciativa que providenciava assistência no domínio da segurança marítima, foi criada em 2007, ou seja, no período de transição de competências sobre assuntos africanos do EUCOM para o AFRICOM. No entanto, foi sobre as ordens deste último que a iniciativa evoluiu consideravelmente. Quando começou, a APS cobria apenas a costa ocidental, com especial incidência sobre o Golfo da Guiné. O AFRICOM alargou a iniciativa, levando-a ao à costa leste africana e aumentando os meios associados. Outro exemplo, o *Africa Endeavor*, exercício que promovia a interoperabilidade militar, também representava um grande esforço do AFRICOM, envolvendo uma grande quantidade de países africanos. Posto isto, o AFRICOM estimulou a

construção de iniciativas em África, contribuindo para o aumento do envolvimento norte-americano na região.

As iniciativas do AFRICOM revelam uma forte preocupação com o estabelecimento e reforço de relações. Ao providenciar treino e assistência aos parceiros africanos, o AFRICOM estava a capacitar essas nações de forma a atingirem objetivos comuns. Ao providenciar apoio, os Estados Unidos estavam, também, a divulgar o seu modelo de atuação, partilhando técnicas e procedimentos, o que estimulava a interoperabilidade militar entre africanos e norte-americanos. Portanto, a capacitação dos parceiros africanos contribuía para o cumprimento de objetivos comuns e, simultaneamente, permitia o reforço das relações militares entre africanos e norte-americanos.

Em suma, o processo de decisão, pela administração Bush, sobre a criação do AFRICOM estava em consonância com o modelo realista de que os Estados se comportam de acordo com os seus interesses. Era importante responder ao aumento da importância estratégica do continente africano, sendo o AFRICOM um produto desta linha de pensamento. O processo de decisão, conceptualização e implementação do AFRICOM teve como preocupação a segurança e defesa do Estado e respetivos interesses.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

1. FONTES

1.1 Documentos oficiais impressos

- Ham, Carter (2011) *United States Africa Command 2011 Posture Statement*, Estugarda, AFRICOM.
- Joint Chiefs of Staff (2008), *Department of Defense Dictionary of Military and Associated Terms*, Washington, U.S. Department of Defense.
- National Energy Policy Development Group (2001), *Reliable, Affordable, and Environmentally Sound Energy for America's Future*, Washington, U.S Government Printing Office.
- National Intelligence Council (2000), *Global Trends 2015: A Dialogue About the Future with Nongovernment Experts*, Washington, CIA.
- Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (2001), *Helping Prevent Violent Conflict*, Paris, OCDE.
- Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (2005), *Security System Reform and Governance*, Paris, OCDE.
- Ploch, Lauren (2010), *Africa Command: U.S. Strategic Interests and the Role of the U.S. Military in Africa*, Washington, Congressional Research Service.
- The White House (2002), *The National Security Strategy of the United States of America*, Washington, The White House.
- The White House (2006), *The National Security Strategy of the United States of America*, Washington, The White House.
- União Africana (2002), *Protocol Relating to the Establishment of the Peace and Security Council of the African Union*, Durban, União Africana.
- United States Government Accountability Office (2010), *Defense Management: DOD Needs to Determine the Future of Its Horn of Africa Task Force*, Washington, GAO.
- United States Government Accountability Office (2010), *Defense Management: Improved Planning, Training, and Interagency Collaboration Could Strengthen DOD's Efforts in Africa*, Washington, GAO.
- U.S. Department of Defense (2006), *Quadrennial Defense Review Report*, Washington, Department of Defense.
- U.S. Department of State (2005), *Congressional Budget Justification for Foreign Operations Fiscal Year 2006*, Washington, U.S. State Department.
- U.S. Department of State (2006), *Congressional Budget Justification for Foreign Operations Fiscal Year 2007*, Washington, U.S. State Department.
- U.S. Department of State (2009), *Congressional Budget Justification for Foreign Operations Fiscal Year 2010*, Washington, U.S. State Department.
- Ward, William (2009), *United States Africa Command: 2009 Posture Statement*, Estugarda, AFRICOM.
- Ward, William (2010), *United States Africa Command 2010 Posture Statement*, Estugarda, AFRICOM.

1.2 Documentos oficiais online

- “About United States Africa Command” (2011, agosto), *AFRICOM*, acessado em 15 de agosto de 2011.
Disponível em: <http://www.africom.mil/AfricomFAQs.asp>.
- “Agreement Between the Government of the United States of America and the Government of the Republic of Djibouti on access to and use of facilities in the Republic of Djibouti” (2003), *US State Department*, acessado em 27 de janeiro de 2011. Disponível em:
<http://www.state.gov/documents/organization/97620.pdf>.
- “Anti-Terrorism Assistance Program” (s.a.), *US State Department*, acessado em 30 de janeiro de 2011.
Disponível em: <http://www.state.gov/s/ct/about/c16885.htm>.
- “China” (2011, maio), *U.S. Energy Information Administration*, acessado em 15 de agosto de 2011.
Disponível em: <http://205.254.135.24/countries/cab.cfm?fips=CH>.
- “China's African Policy” (2006, 12 de janeiro), *Ministry of Foreign Affairs*, acessado a 20 de agosto de 2011. Disponível em: <http://www.mfa.gov.cn/eng/zxxx/t230615.htm>.
- “CJTF-HOA Factsheet”(s.a.), *Combined Joint Task Force – Horn of Africa*, acessado a 25 de agosto de 2011. Disponível em: <http://www.hoa.africom.mil/AboutCJTF-HOA.asp>.
- “Counterterrorism Finance Unit” (s.a.), *US State Department*, acessado em 30 de janeiro de 2011.
Disponível em: <http://www.state.gov/s/ct/about/c16662.htm>.
- “Countries” (s.a.), *PEPFAR*, acessado a 5 de janeiro de 2011. Disponível em:
<http://www.pepfar.gov/countries/>.
- “Fact Sheet: Africa Contingency Operations Training and Assistance” (2008, 15 de junho), *AFRICOM*, acessado em 30 de janeiro de 2011. Disponível em:
<http://www.africom.mil/getArticle.asp?art=1886>.
- “Fact Sheet: United States Africa Command” (2011, 28 de abril), *AFRICOM*, acessado em 15 de agosto de 2011. Disponível em: <http://www.africom.mil/getArticle.asp?art=1644>.
- “PEPFAR, Indicators Reference Guide” (2007), *PEPFAR*, acessado a 6 de janeiro de 2011, p.15.
Disponível em: <http://www.pepfar.gov/documents/organization/137495.pdf>.
- “PEPFAR’s Five-Year Strategy” (2009), *PEPFAR*, acessado em 5 janeiro de 2011. Disponível em:
<http://www.pepfar.gov/strategy/document/133251.htm>.
- “Terrorism Interdiction Program (TIP)” (s.a.), *US State Department*, acessado em 30 de janeiro de 2011. Disponível em: <http://www.state.gov/s/ct/about/c16663.htm>.
- “The Trans-Sahara Counterterrorism Partnership” (s.a.), *AFRICOM*, acessado em 10 de janeiro de 2011. Disponível em <http://www.africom.mil/tsctp.asp>.
- “Transcript: AFRICOM Commander Discusses North Africa in Interview with Stuttgart Nachrichten” (2011, 15 de junho), *AFRICOM*, acessado em 10 de agosto de 2011. Disponível em:
<http://www.africom.mil/getArticle.asp?art=6797&lang=0>.
- “Transcript: General Ward Outlines Vision for U.S. Africa Command” (2008, 18 de fevereiro), *AFRICOM*, acessado a 14 de junho de 2011. Disponível em:
<http://www.africom.mil/getArticle.asp?art=1659>.
- “Transcript: Obama says Africa Command Focused on Partnership to Address Common Challenges” (2009, 11 de julho), *AFRICOM*, acessado a 14 de junho de 2011. Disponível em:
<http://www.africom.mil/getArticle.asp?art=3205>.

“US Crude Oil Imports” (2011, 28 de julho), *U.S. Energy Information Administration*, acessado em 1 de agosto de 2011. Disponível em:

http://www.eia.gov/dnav/pet/pet_move_impcus_a2_nus_epc0_im0_mbbl_a.htm.

1.3 Notas de imprensa e press releases

“Africa Endeavor 2009: Planning Begins for 25-Nation Communications Exercise” (2009, 14 de janeiro), *AFRICOM*, acessado em 10 agosto de 2011. Disponível em:

<http://www.africom.mil/getArticle.asp?art=2455>.

“Africa Endeavor 2010 Begins in Accra, Ghana” (2010, 10 de agosto), *AFRICOM*, acessado em 21 de junho de 2011. Disponível em: <http://www.africom.mil/getArticle.asp?art=5016&lang=0>.

“Africa Endeavor 2010 Comes to a Close” (2010, 23 de agosto), *AFRICOM*, acessado em 21 de junho de 2011. Disponível em: <http://www.africom.mil/getArticle.asp?art=5081>.

“DoDLive Bloggers Roundtable: MEDFLAG 10” (2010, 14 de setembro), *DoD Live*, acessado em 20 julho de 2011. Disponível em: <http://www.dodlive.mil/index.php/2010/09/dodlive-bloggers-roundtable-medflag-10/>.

“Exercise Africa Endeavor Kicks Off in Gabon” (2009, 30 de setembro), *AFRICOM*, acessado em 21 de junho de 2011. Disponível em: <http://www.africom.mil/getArticle.asp?art=3501&lang=0>.

“Flintlock 10 begins in Burkina Faso” (2010, 5 de maio), *US Army Special Operations Command*, acessado em 20 de junho de 2011. Disponível em:

<http://www.soc.mil/uns/Releases/2010/May/100505-02.html>.

“Natural Fire 10: Joint multinational exercise ends with strong emphasis on partnership, cooperation” (2009, 25 de outubro), *U.S. Army Africa*, acessado em 24 de junho de 2011. Disponível em:

http://www.usaraf.army.mil/NEWS/NEWS_091027_NF10_CLOSING_CEREMONY.html.

“North Dakota Unit Participates in Training Exercise in Congo” (2010, 10 de setembro), *AFRICOM*, acessado em 20 de julho de 2011. Disponível em:

<http://www.africom.mil/getArticle.asp?art=5200&lang=1>.

“Partnership building underway during run up to Natural Fire 10” (2009, 16 de outubro), *U.S. Army Africa*, acessado em 24 de junho de 2011. Disponível em:

http://www.usaraf.army.mil/NEWS/NEWS_091013_NF10_BUILDING_PARTNERS.html.

“Phoenix Express 2011 Begins At Sea Boarding Exercises” (2011, 7 de junho), *US Navy*, acessado em 23 de junho de 2011. Disponível em: http://www.navy.mil/search/display.asp?story_id=60853.

“Phoenix Express 2011 Begins at Souda Bay, Crete” (2011, 23 de maio), *U.S. Naval Forces Africa*, acessado em 24 de junho de 2011. Disponível em: <http://www.naveur-navaf.navy.mil/article232center.html>.

“Phoenix Express Forges Understanding within Combined Naval Forces” (2010, 29 de abril), *US Navy*, acessado em 10 agosto de 2011. Disponível em:

http://www.navy.mil/search/display.asp?story_id=44768.

“U.S. Service Members Arrive in Morocco for African Lion” (2010, 17 de maio), *AFRICOM*, acessado em 21 de junho de 2011. Disponível em: <http://www.africom.mil/getArticle.asp?art=4421&lang=0>.

“U.S. Security Strategy for Sub-Saharan Africa” (1995, 1 de agosto), *U.S. Department of Defense*, acessado em 25 de agosto de 2011. Disponível em:

<http://www.defense.gov/speeches/speech.aspx?speechid=943>.

“Ward visits Greece for Phoenix Express 09 Navy Exercise with Europeans, North Africans” (2009, 1 de maio), *AFRICOM*, acessado em 21 de junho de 2011. Disponível em:

<http://www.africom.mil/getArticle.asp?art=2962>.

2. BIBLIOGRAFIA

2.1 Livros e coletâneas

Berschinski, Robert (2007), *AFRICOM's Dilemma: the "Global War on Terrorism," "Capacity Building," Humanitarianism, and the Future of U.S. Security Policy in Africa*, Pensilvânia, SSI.

Bradbury, Mark e Michael Kleinman (2010), *Winning Hearts and Minds? Examining the Relationship Between Aid and Security in Kenya*, Boston, Feinstein International Center.

Bush, George (2010), *Decision Points*, Nova Iorque, Crown Publishers.

Cooke, Jennifer (2009), “China’s Soft Power in Africa”, em Carola McGiffert (orgs.) *Chinese Soft Power and Its Implications for the United States: Competition and Cooperation in the Developing World*, Washington, CSIS.

Goldwyn, David e Robert Ebel (2004), “Crafting a U.S. Energy Policy for Africa”, em Walter Kansteiner (orgs.), *Rising U.S. Stakes In Africa. Seven Proposals to Strengthen U.S.-Africa Policy*, Washington, CSIS.

Gray, Colin (2011), *Hard Power and Soft Power: The Utility of Military Force as an Instrument of Policy in the 21st Century*, Pensilvânia, SSI.

International Crisis Group (2001), *HIV/AIDS as a Security Issue*, Washington, ICG.

Rodrigues, Luís Nuno (2004), *Os Interesses dos Estados Unidos em São Tomé e Príncipe*, Lisboa, IPRI.

Rotberg, Robert (2008), “China’s Quest for Resources, Opportunities and Influence in Africa”, em Robert Rotberg (orgs.) *China into Africa: Trade, Aid and Influence*, Massachusetts, Brookings Institution.

Salmon, Pierre (1978), *Historia y Crítica: Introducción a la metodología histórica*, Barcelona, Editorial Teide

Schraeder, Peter (2007), “The African Dimension in U.S. Foreign Policy in the Post-9/11 Era”, em Manuela Franco (org.), *Estratégia e Segurança na África Austral*, Lisboa, FLAD e IPRI.

Seib, Philip (2008), *AFRICOM: The American Military and Public Diplomacy in Africa*, Los Angeles, Figueroa Press.

Seib, Philip (2009), *America’s New Approach to Africa: AFRICOM and Public Diplomacy*, Los Angeles, Figueroa Press.

Shinn, David (2009), “China’s Engagement in Africa”, em Stephen Morrison e Jennifer Cooke (orgs.) *U.S. Africa Policy beyond the Bush Years*, Washington, CSIS.

Silva, Manuel (2005), *Terrorismo e Guerrilha das Origens à Al-Qaeda*, Lisboa, Edições Sílabo.

Wihbey, Paul e Barry Schutz (2002), *African Oil: A Priority for U. S. National Security and African Development. White paper*, IASPS.

2.2 Publicações periódicas

Burgess, Stephen (2009), “In the National Interest? Authoritarian Decision-making and the Problematic Creation of US Africa Command”, *Contemporary Security Policy*, XXX, (1), pp. 79-99.

- Carafano, James e Nile Gardiner (2003), “U.S. Military Assistance for Africa: A Better Solution”, *Backgrounder*, (1697).
- Davis, Carmel (2009), “AFRICOM’s Relationship to Oil, Terrorism and China”, *Orbis*, LIII (1), pp. 122-136.
- Garcia, Francisco (2009), “A Nova Polemologia”, *Negócios Estrangeiros*, (14), pp.76-111.
- Garrett III, William (2010) “Forward in Africa: USAFRICOM and the US ARMY in Africa”, *Military Review*, XC, (1), p.16-25.
- Malan, Mark (2008), *U.S. Civil-Military Imbalance for Global Engagement*, Washington, Refugees International.
- Mcfate, Sean (2008), “U.S. Africa Command: A New Strategic Paradigm?”, *Military Review*, LXXXVIII, (1), pp. 10-21.
- Mesfin, Berouk (2009), “The establishment and implications of the United States Africa Command: An African perspective”, *ISS Paper*, (183).
- Mills, Greg e Jeffrey Herbst (2007), “Africa, Terrorism and AFRICOM”, *RUSI*, CXLII, (2), pp.40-44.
- Moeller, Robert e Mary Yates (2008), “The Road to a New Unifed Command”, *Joint Force Quarterly*, (51), pp. 67-73.
- Penn, Dennis (2008), “USAFRICOM: The Militarization of U.S. Foreign Policy?”, *Joint Force Quarterly*, (51), pp.74-78.
- Pham, Peter (2011), “AFRICOM from Bush to Obama”, *South African Journal of International Affairs*, XVIII, (1), pp. 107-124.
- Schaefer, Brett e Mackenzie Eaglen (2008) “U.S. Africa Command: Challenges and Opportunities”, *Backgrounder*, (2118).
- Smith, Adam (2004) “At Last unto the Breach: The Logic of a U.S. Military Command in West Africa”, *Orbis*, XLVIII, (2), pp. 305-319.
- Ward, William (2011), “What “Right” Looks Like in the Interagency: A Commander’s Perspective”, *InterAgency Journal*, II, (1), pp. 3-10.
- Ward, William e Thomas Galvin (2008), “U.S. Africa Command and the Principle of Active Security”, *Joint Force Quarterly*, (51), pp. 61-66.
- Yates, Mary C. (2009), “U.S. Africa Command: Value Added”, *Joint Force Quarterly*, (52), pp. 152-155.

2.3 Artigos de imprensa

- “AFRICOM Chief: Chinese sales can be ‘helpful’” (2011, 14 de setembro), *Army Times*, acessado a 15 de setembro de 2011. Disponível em: <http://www.armytimes.com/news/2011/09/military-africom-carter-ham-says-chinese-sales-sometimes-helpful-091411w/>.
- “AFRICOM reconhece a importância crescente de Angola” (2009, 16 de dezembro), *Lusa*, acessado em 23 de maio de 2011. Disponível em: http://www.angonoticias.com/full_headlines_.php?id=25934
- “Battle Begins for Hosting US Africa Command” (2011, 12 de abril), *Voice of America*, acessado em 13 de abril de 2011, disponível em: <http://www.voanews.com/english/news/africa/Battle-Begins-for-Hosting-US-Africa-Command-119714109.html>.
- “Guiné-bissau apontada como narco estado emergente” (2010, 26 de dezembro), *DN*, acessado em 24 de abril de 2011, disponível em: http://www.dn.pt/inicio/globo/interior.aspx?content_id=1743129&seccao=CPLP.

- “Lack of Infrastructure a Major Challenge for South Sudan” (2011, 16 de fevereiro), *Voice of America*, acessado em 10 de março de 2011. Disponível em: <http://www.voanews.com/english/news/africa/Lack-of-Infrastructure-a-Major-Challenge-for-South-Sudan-116332224.html>
- “Naval special operations forces added to AFRICOM” (2011, 10 de maio), *Stars and Stripes*, acessado em 13 de junho de 2011. Disponível em: <http://www.stripes.com/news/naval-special-operations-forces-unit-added-to-africom-1.143241>.
- “U.S. restore relations with Lybia” (2006, 16 de Março), *CNN*, acessado em 20 de Agosto de 2011. Disponível em: <http://edition.cnn.com/2006/US/05/15/libya/index.html>.
- “U.S. shows interest in Africa: Office got off to rocky start, ambassador says” (2011, 15 de junho), *Monterey County The Herald*, acessado em 20 de junho de 2011. Disponível em: http://www.montereyherald.com/local/ci_18276695?nclick_check=1.
- “The Failed State Index” (2010), *Foreign Policy*, acessado em 20 de agosto de 2011. Disponível em: http://www.foreignpolicy.com/articles/2010/06/21/2010_failed_states_index_interactive_map_and_rankings.

2.3.1 Artigos de opinião

- Caprara, David (2009), “Obama’s Smart Power Surge Option”, *Brookings*, (online). Disponível em: http://www.brookings.edu/opinions/2009/1208_volunteering_caprara.aspx.
- Nye, Joseph (2007), “Smart Power”, *Huffington Post*, (online). Disponível em: http://www.huffingtonpost.com/joseph-nye/smart-power_b_74725.html.
- Snow, Nancy (2009), “Obama soft power, soft power II”, *Huffington Post*, (online). Disponível em: http://www.huffingtonpost.com/nancy-snow/obama-soft-power-smart-po_b_159886.html.

3. CONFERÊNCIAS E DISCURSOS

- Huddleston, Vicki (2010), comunicação apresentada na conferência *África, el AFRICOM y el camino hacia la estabilidad*, Real Instituto Elcano, 22 de julho de 2010, Madrid.
- Pedleton, John(2008), “Force Structure: Preliminary Observations on the Progress and Challenges Associated with Establishing the U.S. Africa Command”, comunicação apresentada no *Testimony before the Subcommittee on National Security and Foreign Affairs, Committee on Oversight and Government Reform, House of Representatives*, United States Government Accountability Office, 15 de Julho de 2008, Washington.
- Okumu, Wafula (2007), “Africa Command: Opportunity for Enhanced Engagement or the Militarization of U.S.-Africa Relations?”, comunicação apresentada no *Hearing before the Subcommittee on Africa and Global Health of the Committee on Foreign Affairs*, House of Representatives, 2 de agosto de 2007, Washington.
- Whelan, Theresa (2008), “AFRICOM and US Defense Policy on Africa”, comunicação apresentada na conferência *AFRICOM and US Africa Relations*, RUSI, 18 de fevereiro de 2008, Londres.
- Ward, William (2008), “Statement of General William Ward”, comunicação apresentada perante *The House Armed Services Committee*, House of Representatives, 13 de Março de 2008, Washington.

ANEXO A

Cronologia AFRICOM (entre fevereiro de 2007 e agosto de 2011)

Data	Descrição	Referência
2007/02/06	Anúncio da criação do AFRICOM.	http://www.africom.mil/AboutAFRICOM.asp
2007/04/23	Definição dos estatutos do AFRICOM.	http://www.africom.mil/getArticle.asp?art=1546&lang=0
2007/07/10	Gen. Ward é nomeado comandante do AFRICOM.	http://www.defense.gov/releases/release.aspx?releaseid=11111
2007/08/03	Pentágono descreve a missão do AFRICOM.	http://www.africom.mil/getArticle.asp?art=1477&lang=0
2007/10/01	Gen. Ward assume o comando.	http://www.africom.mil/ward.asp
2007/10/01	AFRICOM inicia operações.	http://www.upi.com/Top_News/Special/2007/10/16/USS-Fort-McHenry-deployed-to-Africa/UPI-25691192565265/
2007/10/03	Gen. Ward presta as primeiras declarações enquanto comandante.	http://www.africom.mil/getArticle.asp?art=1539&lang=0
2007/10/24	AFRICOM comunica dar alta prioridade à segurança marítima.	http://www.africom.mil/getArticle.asp?art=1529&lang=0
2007/11/08	Gen. Ward visitou a União Africana (UA), onde apresentou os princípios do AFRICOM e destacou a parceria interinstitucional.	http://www.usau.usmission.gov/general_ward_transcript.html
2007/11/20	AFRICOM compromete-se a trabalhar em parceria com outras agências americanas.	http://www.africom.mil/getArticle.asp?art=1583&lang=0
2007/12/03	Gen. Ward visitou o Botswana, Angola e Gabão, onde se encontrou com representantes de organizações económicas (<i>South African Development Community e Economic Community of Central African States</i>) e com representantes dos governos para discutir as relações bilaterais.	http://www.africom.mil/getArticle.asp?art=1591&lang=0
2008/01/30	EUA doam sistema de comunicações à missão da UA na Somália.	http://www.africom.mil/getArticle.asp?art=1621&lang=0
2008/02/08	Contra-Almirante Greene assume o comando do <i>Combined Joint Task Force-Horn of Africa</i> .	http://www.hoa.africom.mil/getArticle.asp?art=1638
2008/02/11	AFRICOM e USAID reúnem-se para discutir cooperação.	http://www.africom.mil/getArticle.asp?art=1637&lang=0
2008/02/18	Pentágono revela os objectivos do AFRICOM.	http://www.africom.mil/getArticle.asp?art=1663&lang=0
2008/02/18	Gen. Ward caracteriza a personalidade e missão do AFRICOM.	http://www.africom.mil/getArticle.asp?art=1659&lang=0

2008/02/20	Presidente Bush explica o enfoque do AFRICOM.	http://www.america.gov/st/peacesec-english/2008/February/20080220100517wcyeroc0.4416773.html
2008/02/21	Gen. Ward visita o USS Fort McHenry, onde se encontrou com membros do <i>Africa Partnership Station</i> .	http://www.africom.mil/getArticle.asp?art=1654&lang=0
2008/03/03	EUA e China discutem o AFRICOM e cooperação em África.	http://www.africom.mil/getArticle.asp?art=1668&lang=0
2008/03/05	Departamento de Estado caracteriza África como um parceiro emergente.	http://www.africom.mil/getArticle.asp?art=1708&lang=0
2008/03/12	Congresso dá as boas-vindas ao AFRICOM e reconhece a importância estratégica de África.	http://frwebgate.access.gpo.gov/cgi-bin/getdoc.cgi?dbname=110_cong_bills&docid=f:sr480is.txt.pdf
2008/03/13	Gen. Ward apresenta ao Congresso a Declaração de Intenções do AFRICOM.	http://www.africom.mil/getArticle.asp?art=1679&lang=0
2008/03/19	Presidente Bush afirma que “o AFRICOM ajudará os africanos a lidarem com os problemas de África”.	http://www.africom.mil/getArticle.asp?art=1687&lang=0
2008/04/08	Marinha americana estabelece parceria marítima com as Ilhas Maurícias.	http://mauritius.usembassy.gov/pr_04082008.html
2008/04/11	Gen. Ward e Mark Ripka (conselheiro do AFRICOM) salientam a importância da educação militar dos profissionais.	http://www.africom.mil/getArticle.asp?art=1730&lang=0
2008/04/23	Claudia Anyaso, diplomata americana, considera a criação do AFRICOM como um passo histórico nas relações EUA – África.	http://www.america.gov/st/peacesec-english/2008/April/20080423140127wcyeroc0.177273.html
2008/04/24	Centro clínico, fundado por militares americanos e pelo governo das Seicheles, abre em Grand Anse.	http://www.hoa.africom.mil/getArticle.asp?art=1751
2008/05/16	Soldados Ugandeses formam-se depois de frequentarem o curso de contra terrorismo, ministrado por membros da <i>Combined Joint Task Force - Horn of Africa</i> .	http://www.africom.mil/getArticle.asp?art=2108&lang=0
2008/05/22	<i>House Armed Services Committee</i> discute o AFRICOM no Relatório Fiscal Anual.	http://www.africom.mil/getArticle.asp?art=1770&lang=0
2008/05/23	Soldados libérios formam-se com ajuda americana.	http://www.africom.mil/getArticle.asp?art=1765&lang=0
2008/06/01	Robert Gates discute o AFRICOM na cimeira asiática de segurança, negando que seja intenção dos EUA combater a influência chinesa em África.	http://www.defense.gov/news/newsarticle.aspx?id=50063
2008/06/05	Descrição do emblema e insígnia do AFRICOM.	http://www.africom.mil/getArticle.asp?art=2169&lang=0
2008/06/13	Gen. Ward visita Portugal e Espanha, procurando parcerias para programas em África.	http://www.africom.mil/getArticle.asp?art=1797&lang=0
2008/06/18	Treino do AFRICOM reforça a capacidade de comunicação da UA.	http://www.africom.mil/getArticle.asp?art=1803&lang=0
2008/07/11	Libéria reforça capacidade de comunicação com a ajuda do AFRICOM.	http://www.africom.mil/getArticle.asp?art=1888&lang=0

2008/07/12	Militares dos EUA e do Mali participam em treino médico bilateral.	http://mali.usembassy.gov/pr-061208-u.s.mli-mil-bil-med-tra.html
2008/07/16	Nigéria recebe AFRICA ENDEAVOR 2008 – exercício de partilha de informações promovido pelo AFRICOM.	http://www.africom.mil/getArticle.asp?art=1908&lang=0
2008/07/23	Termina AFRICA ENDEAVOR 2008.	http://www.africom.mil/getArticle.asp?art=1951&lang=0
2008/08/08	EUA e Burquina Faso assinam acordo bilateral.	http://www.africom.mil/getArticle.asp?art=1978&lang=0
2008/10/01	AFRICOM torna-se num comando independente.	http://www.america.gov/st/peacesec-english/2008/September/20080926135812sjhtrop0_3994409.html
2008/10/01	AFRICOM fica responsável pelas relações militares com 53 países.	http://www.africom.mil/getArticle.asp?art=2152&lang=0
2008/10/02	<i>Department of Defense</i> anuncia o estabelecimento do sexto <i>Combatant Command</i> .	http://www.africom.mil/getArticle.asp?art=2150&lang=0
2008/10/17	Cerimónia oficial da fundação do AFRICOM.	http://www.africom.mil/getArticle.asp?art=2208&lang=0
2008/10/21	EUA doam barcos de patrulha à marinha do Gana.	http://ghana.usembassy.gov/pe241009.html
2008/10/28	No Mali, exercício militar conjunto FLINTLOCK engloba militares americanos, africanos e europeus.	http://www.africom.mil/getArticle.asp?art=2223&lang=0
2008/10/30	Pentágono afirma que o quartel-general permanecerá em Estugarda.	http://www.defense.gov/news/newsarticle.aspx?id=51733
2008/11/05	Embaixadora Mary Yates (representante do comandante) encontra-se, em Lisboa, com líderes portugueses e africanos para discutir áreas de cooperação em África.	http://www.africom.mil/getArticle.asp?art=2235&lang=0
2009/01/08	Criação da Combined Task Force 151, força multinacional responsável por combater a pirataria no Golfo do Adén e águas circundantes.	http://www.defense.gov/news/newsarticle.aspx?id=52586
2009/01/09	Primeira grande operação planeada pela <i>U.S Air Forces Africa</i> consistiu no transporte de material para as forças de <i>peacekeeping</i> no Darfur.	http://www.africom.mil/getArticle.asp?art=2420&lang=0
2009/01/12	Gen. Ward saúda as relações com a USAID, afirmando que a ação do AFRICOM cria as condições de segurança para o USAID atuar eficazmente.	http://www.army.mil/-news/2009/01/12/15912-us-africa-command-general-hails-usaid-military-links/
2009/01/15	<i>Task Force</i> prepara missão no Corno de África.	http://www.africom.mil/getArticle.asp?art=2467&lang=0
2009/01/20	Obama torna-se presidente do EUA.	http://www.africom.mil/getArticle.asp?art=2480&lang=0
2009/01/21	Gen. Ward visitou Madagáscar, onde reafirmou o seu compromisso como parceiro em matéria de segurança.	http://www.africom.mil/getArticle.asp?art=2487&lang=0
2009/01/27	Senador Russ Feingold considerou o AFRICOM crucial para combater as ameaças em África.	http://www.africom.mil/getArticle.asp?art=2514&lang=0

2009/02/27	<i>Combined Joint Task Force - Horn of Africa</i> conduz curso de operações de paz no Quênia.	http://www.africom.mil/getArticle.asp?art=2751&lang=0
2009/03/03	Delegação do AFRICOM reúne-se com o presidente eleito do Gana, John Atta Mills.	http://www.africom.mil/getArticle.asp?art=2767&lang=0
2009/03/17	Gen. Ward presta declarações perante o Senado.	http://www.africom.mil/getArticle.asp?art=2821&lang=0
2009/03/18	Comandante descreve condições para o envolvimento americano.	http://www.defense.gov/news/newsarticle.aspx?id=53542
2009/03/27	Contra-almirante William Loeffler afirma não haver intenção dos EUA em mover a sede do AFRICOM para África.	http://www.publico.pt/Mundo/o-quartelgeneral-do-africom-vai-permanecer-na-alemanha_1371195
2009/05/01	Gen. Ward desloca-se à Grécia para visitar o <i>Exercise Phoenix Express 09</i> .	http://www.africom.mil/getArticle.asp?art=2962&lang=0
2009/05/06	Gen. Ward visita o <i>U.S. Army Africa</i> , onde reconheceu a importância dos <i>non-commissioned officers</i> .	http://www.africom.mil/getArticle.asp?art=2977&lang=0
2009/05/29	Representante do comandante, Vice-Almirante Robert Moeller, discute missão e prioridade do AFRICOM.	http://www.africom.mil/getArticle.asp?art=3160&lang=0
2009/06/04	O <i>Air and Space Operations Center</i> das <i>US Air Forces Africa</i> foi ativado.	http://www.africom.mil/getArticle.asp?art=3095&lang=0
2009/06/16	Soldados Ugandeses formam-se depois de frequentarem o curso de contra terrorismo.	http://www.army.mil/news/2009/06/21/23132-ugandan-soldiers-graduate-from-counter-terrorism-course/index.html
2009/06/25	Em entrevista, o general Ward destacou a orientação interdepartamental do AFRICOM.	http://www.africom.mil/getArticle.asp?art=3150&lang=0
2009/06/26	General Ward afirmou que AFRICOM estava atento à violência extremista.	http://www.africom.mil/getArticle.asp?art=3154&lang=0
2009/07/11	Obama, num discurso perante o parlamento do Gana, afirmou que o AFRICOM é um elemento fundamental para ajudar África a ultrapassar os seus desafios.	http://www.africom.mil/getArticle.asp?art=3205&lang=0
2009/07/30	Estabelecimento de força portuária em Djibuti.	http://www.africom.mil/getArticle.asp?art=3259&lang=0
2009/08/11	Gen. Ward deslocou-se a Ramstein, onde visitou o novo edifício do <i>U.S. Air Forces Africa</i> .	http://www.africom.mil/getArticle.asp?art=3279&lang=0
2009/08/20	Gen. Ward visita as Ilhas Maurícias e as Seicheles para discutir possibilidades de cooperação no domínio da segurança marítima.	http://www.africom.mil/getArticle.asp?art=3312&lang=0
2009/09/01	Comandante das <i>US Air Forces Africa</i> , major general Ronald R. Ladnier, visitou a força aérea queniana, em Nairobi.	http://www.africom.mil/getArticle.asp?art=3384&lang=0
2009/09/08	AFRICOM lidera o primeiro programa regional de resposta a pandemias.	http://www.africom.mil/getArticle.asp?art=3400&lang=0
2009/09/22	Brigadeiro-General Paul W. Brier assumiu o comando dos <i>U.S. Marine Corps Forces Africa</i> .	http://www.africom.mil/getArticle.asp?art=3468&lang=0

2009/09/29	Início do Africa ENDEAVOR 2009.	http://www.africom.mil/getArticle.asp?art=3501&lang=0
2009/10/13	Encerramento do Africa ENDEAVOR 2009.	http://www.africom.mil/getArticle.asp?art=3548&lang=0
2009/10/26	Governo EUA oferece equipamento ao exército do Mali.	http://www.defenceweb.co.za/index.php?option=com_content&view=article&catid=47%3ALogistics&id=4827&Itemid=106
2009/12/03	General Ward visitou a Argélia pela primeira vez enquanto comandante do AFRICOM.	http://www.africom.mil/getArticle.asp?art=3779&lang=0
2009/12/16	General Ward afirmou que pretendia aumentar o compromisso militar-militar com a Líbia.	http://www.africom.mil/getArticle.asp?art=3799&lang=0
2010/01/27	Gen. Ward visita Camp Lemonnier, onde destacou a política dos “Três Ds” – diplomacia, desenvolvimento e defesa.	http://www.africom.mil/getArticle.asp?art=3931&lang=0
2010/02/09	AFRICOM promove conferência sobre actividades humanitárias.	http://www.africom.mil/getArticle.asp?art=3977&lang=0
2010/02/12	Gen. Ward, em entrevista, afirma que os militares americanos procuram meios para apoiar a comissão de Segurança e Paz da UA.	http://www.army.mil/-news/2010/02/12/34761-ward-us-military-seeks-ways-to-support-african-union-peace-and-security-comission/
2010/03/09	Gen. Ward presta declarações perante <i>Senate Armed Services Committee</i> .	http://www.africom.mil/getArticle.asp?art=4147&lang=0
2010/03/09	Apresentação da declaração de intenções do AFRICOM.	http://www.africom.mil/getArticle.asp?art=4133&lang=0
2010/05/01	Gen. Ward visitou a <i>Botswana Defence Force</i> , em Gaborone, e discursou sobre o esforço americano em África, e promoveu parcerias militares.	http://www.africom.mil/getArticle.asp?art=4341&lang=0
2010/05/02	Flintlock 10 inicia-se no Mali.	http://www.africom.mil/getArticle.asp?art=4363&lang=0
2010/05/03	Flintlock 10 inicia-se na Burquina Faso.	http://www.africom.mil/getArticle.asp?art=4364&lang=0
2010/06/10	Gen. Hogg assume o comando do <i>U.S. Army Africa</i> .	http://www.army.mil/-news/2010/06/10/40581-maj-hogg-takes-command-of-us-army-africa/
2010/06/25	Em Lisboa, Gen. Ward referiu os benefícios do AFRICOM e respondeu a questões de jornalistas no âmbito do <i>National Defense University's Africa Center for Strategic Studies' Senior Military Leaders Seminar</i> .	http://www.africom.mil/getArticle.asp?art=4733&lang=0
2010/06/27	Gen. Woodward assume o comando das <i>Air Forces Africa</i> .	http://www.17af.usafe.af.mil/news/story.asp?id=123211231
2010/07/20	Gen. Ward sublinha os desafios americanos em África, como o combate à corrupção, ao tráfico humano, de droga e armas, assim como, promover a boa governação e criar forças militares de ‘confiança’.	http://www.af.mil/news/story.asp?id=123214252

2010/08/03	Presidente Obama destacou o fortalecimento das parcerias, a prevenção e resposta a crises, e promoção do crescimento do sector privado em África.	http://www.whitehouse.gov/the-press-office/fact-sheet-presidents-engagement-africa
2010/08/09	Início do Africa ENDEAVOR 2010.	http://www.africom.mil/getArticle.asp?art=5016&lang=0
2010/08/20	Encerramento do Africa ENDEAVOR 2010.	http://www.africom.mil/getArticle.asp?art=5081&lang=0
2010/10/08	Almirante Locklear III assume o comando das <i>U.S. Naval Forces Africa</i> .	http://www.africom.mil/getArticle.asp?art=5374&lang=0
2010/11/18	Gen. Ham é nomeado para comandante do AFRICOM.	http://www.africom.mil/getArticle.asp?art=5598&lang=0
2010/12/03	Gen. Ward discute, com vários membros do AFRICOM, a polémica Wikileaks e a sede do comando.	http://www.africom.mil/getArticle.asp?art=5655&lang=0
2010/12/07	EUA facultaram dois barcos à <i>Tanzanian People's Defence Force</i> .	http://www.africom.mil/getArticle.asp?art=5672&lang=0
2010/12/08	Senadores Webb e Warner referiram que a deslocação da sede do AFRICOM para Hampton Roads iria diminuir as dúvidas em torno da actual missão em África, reduzir custos e gerar sinergias.	http://www.wavy.com/dpp/military/Senators-make-case-for-moving-AFRICOM-to-Hampton-Roads
2010/12/09	Treino militar no Mali com a participação de uma missão do <i>Joint Special Operations Task Force-Trans Sahara</i> .	http://news.soc.mil/releases/News%20Archive/2010/December/101209-02.html
2010/12/13	Exército americano, com a ajuda do <i>Uganda's Peoples' Defense Forces</i> e de agências não governamentais, proporcionou aos melhores alunos uma visita de estudo à capital, Kampala.	http://www.hoa.africom.mil/getArticle.asp?art=5791
2010/12/14	Para melhorar o combate contra a al Qaeda em África, o Corpo de Engenheiros do Exército dos EUA pondera a construção de uma base aérea no Norte de África.	http://www.upi.com/Top_News/Special/2010/12/14/Report-US-mulls-African-base/UPI-68131292354032/
2010/12/21	<i>Naval Mobile Construction Battalion 74 Detail Horn of Africa</i> continua a sua missão de <i>Seabee</i> no Corno de África, trabalhando em conjunto com a <i>Combined Joint Task Force- Horn of Africa</i> .	http://www.hoa.africom.mil/getArticle.asp?art=5754
2010/12/21	Membros do Departamento de Estado, da Defesa e do AFRICOM discutiram assuntos como o Wikileaks e o orçamento federal.	http://www.africom.mil/getArticle.asp?art=5757&lang=0
2010/12/23	O Gen. Hogg visitou a Argélia, onde clarificou que a missão principal do <i>U.S. Army Africa</i> é “treinar, trabalhar e cooperar com os países soberanos”.	http://www.usaraf.army.mil/NEWS/NEWS_101223_HOGG_ALGERIA_VISIT.html
2010/12/24	Mark S. Ripka deslocou-se ao Camp Lemonnier para visitar as construções, de infra-estruturas básicas, dos <i>Seabees</i> .	http://www.hoa.africom.mil/getArticle.asp?art=5795
2010/12/29	Chefe da defesa do Djibuti afirmou que a parceria com os EUA garante estabilidade à região.	http://www.africom.mil/getArticle.asp?art=5784&lang=0
2011/01/03	Militares do <i>Department of Combat Medic Training</i>	http://www.usaraf.army.mil/NEWS/NEWS_110103_GHANA_AMEDD.html

	deram formação de resposta a desastres a membros das forças armadas do Gana.	
2011/01/04	AFRICOM levou a cabo uma campanha de angariação de fundos – a <i>Combined Federal Campaign-Overseas</i> .	http://www.africom.mil/getArticle.asp?art=5799&lang=0
2011/01/06	Gen. Ward visitou a Tanzânia, onde reforçou o compromisso dos EUA no combate à pirataria e ao VIH e na procura de estabilidade no continente africano.	http://tanzania.usembassy.gov/pr_01062011.html
2011/01/07	Robert Gates anunciou medidas para poupar 150\$ bilhões nos próximos 5 anos, reduzindo custos indirectos, melhorando práticas de negócios e eliminando programas com problemas.	http://www.africom.mil/getArticle.asp?art=5809&lang=0
2010/01/08	AFRICOM e <i>Department of Defense</i> prestarão apoio às agências governamentais norte-americanas em África, impulsionando o crescimento económico e o desenvolvimento.	http://www.defense.gov/news/newsarticle.aspx?id=62378
2011/01/11	Gen. Ward visitou o Ruanda, onde foi recebido pelo presidente e pelo ministro da defesa, com o objetivo de fortalecer os laços militares.	http://www.orinfor.gov.rw/printmedia/topstory.php?id=1995
2011/01/12	Gen. Ward congratulou o Uganda e o Burundi pelo envio de mais de 8000 <i>peacekeepers</i> para a Somália.	http://news.xinhuanet.com/english2010/world/2011-01/12/c_13686097.htm
2011/01/18	Gen. Hogg visitou 3 países da África ocidental, onde se encontrou com líderes militares e visitou o centro de treino de <i>Peace Keeping Operations</i> .	http://www.usaraf.army.mil/NEWS/NEWS_110118_HOGG_WEST_AFRICA_SLE.html?art
2011/01/19	Gen. Ward expõe as prioridades e intenções do AFRICOM para 2011.	http://www.africom.mil/getArticle.asp?art=5855&lang=0
2011/01/21	TGen. John M. Paxton assume o comando dos <i>US Marine Forces Africa</i> .	http://www.africom.mil/getArticle.asp?art=5864&lang=0
2011/01/21	AFRICOM e <i>Naval War College</i> iniciaram o <i>Uganda People's Defense Force Senior Command & Staff College 2011</i> .	http://www.usnwc.edu/About/News-And-Events/January-2011/NWC-Staff-Lectures-at-Senior-Command-and-Staff-Col.aspx
2011/01/24	Gen. Ham pondera a deslocação da sede do AFRICOM para África, apesar de alguns círculos africanos qualificarem esta atitude de “neo-colonialista”.	http://www.theeastafrican.co.ke/news/-/2558/1094358/-/ojtxkzjz/-/General
2011/01/24	Oficiais da força aérea do Gabão visitaram a base aérea de Ramstein.	http://www.17af.usafe.af.mil/news/story.asp?id=123239503
2011/01/31	Planeamento do <i>Africa Endeavor 2011</i> no Mali.	http://www.africom.mil/getArticle.asp?art=5895&lang=0
2011/02/01	USS Robert G. Bradley deu início ao <i>Africa Partnership Station 2011</i> .	http://www.naveur-navaf.navy.mil/artical_67.html
2011/02/04	Nigéria recebeu o primeiro C-130 reparado, depois de ter pedido auxílio aos EUA na reparação da sua frota.	http://www.africom.mil/getArticle.asp?art=5952&lang=0
2011/02/10	Gen. Ward anunciou a sua reforma.	http://www.ghana.gov.gh/index.php?option=com_content&view=article&catid=85%3Aforeign-news&id=4756%3AAfricom-commander-retires-next-month&Itemid=232

2011/02/15	Marinhas dos EUA e da África do Sul realizaram exercício conjunto, melhorando a comunicação entre os parceiros.	http://www.africom.mil/getArticle.asp?art=5998&lang=0
2011/02/25	Pela última vez, Gen. Ward dirigiu-se ao pessoal do AFRICOM enquanto comandante.	http://www.africom.mil/getArticle.asp?art=6046&lang=0
2011/02/26	Em parceria, o <i>Combined Joint Task Force – Horn of Africa</i> e o <i>USAID</i> abriram uma clínica em Djibuti.	http://www.hoa.africom.mil/getArticle.asp?art=6108
2011/02/28	Comandante das forças armadas quenianas visitou a sede do <i>U.S. Army Africa</i> .	http://www.usaraf.army.mil/NEWS/NEWS_110228_MWANIKI_VISIT.html
2011/03/01	No âmbito da <i>Africa Partnership Station West</i> , o USS Robert G. Bradley estacionou em São Tomé, providenciando treino.	http://www.africom.mil/getArticle.asp?art=6058&lang=0
2011/03/01	No âmbito da iniciativa <i>Africa Partnership Station East</i> , militares do Quênia, Tanzânia e Moçambique receberam formação.	http://www.africom.mil/getArticle.asp?art=6068&lang=0
2011/03/05	Primeiros agentes de <i>law enforcement</i> no Djibuti foram formados com apoio da Kansas Army National Guard.	http://www.hoa.africom.mil/getArticle.asp?art=6161
2011/03/05	AFRICOM prestou ajuda humanitária aos refugiados líbios.	http://www.africom.mil/getArticle.asp?art=6134&lang=0
2011/03/06	AFRICOM repatriou 640 cidadãos egípcios.	http://www.defense.gov/news/newsarticle.aspx?id=63047
2011/03/06	Senadores John Kerry, John McCain e Mitch McConnell manifestaram-se a favor da criação de uma <i>no-fly zone</i> na Líbia.	http://www.csmonitor.com/USA/Military/2011/0306/Pressure-mounts-for-no-fly-zone-in-Libya
2011/03/07	Exercício Flintlock 11 abordou o combate irregular.	http://www.soc.mil/UNS/Releases/2011/March/110307-01.html
2011/03/08	NATO iniciou voos de vigilância na Líbia.	http://edition.cnn.com/2011/WORLD/africa/03/07/libya.military.response/
2011/03/09	General Carter F. Ham assumiu o comando do AFRICOM.	http://www.voanews.com/english/news/usa/US-Militarys-Africa-Command-Gets-New-Chief-117653129.html
2011/03/10	EUA apresentam plano de ajuda humanitária para a crise líbia.	http://www.state.gov/r/pa/prs/ps/2011/03/158020.htm
2011/03/14	Primeira visita ao Djibuti do General Ham enquanto comandante do AFRICOM.	http://www.stripes.com/news/ham-makes-first-visit-to-africa-as-new-commander-1.137694
2011/03/15	Novo sistema de radar, financiado pelos EUA, melhorou as capacidades de vigilância da marinha nigeriana.	http://www.africom.mil/getArticle.asp?art=6204&lang=0
2011/03/17	Resolução 1973 da ONU foi aprovada e os EUA, e seus aliados, prepararam a intervenção militar na Líbia.	http://www.aolnews.com/2011/03/17/un-approves-no-fly-zone-over-libya/
2011/03/18	Obama anunciou o envolvimento militar americano na resposta à crise líbia.	http://www.defense.gov/news/newsarticle.aspx?id=63221
2011/03/19	O apoio militar americano na Operação <i>Odyssey Dawn</i> foi liderado pelo AFRICOM.	http://www.africom.mil/getArticle.asp?art=6222&lang=0
2011/03/19	<i>Joint Task Force Odyssey Dawn</i> foi comandada pelo	http://www.defense.gov/news/newsarticle

	Almirante Samuel J. Locklear.	aspx?id=63225
2011/03/20	O primeiro dia da Operação Odyssey Dawn teve como alvos principais os sistemas integrados de defesa aérea.	http://www.novinite.com/view_news.php?id=126458
2011/03/20	Almirante Mike Mullen garantiu que a <i>no-fly zone</i> foi alcançada.	http://www.voanews.com/english/news/US-Says-International-Forces-Control-Skies-Over-Libya-118327719.html
2011/03/27	EUA constituíam a maior parte da força da coligação que interveio na Líbia.	http://news.yahoo.com/s/afp/20110327/pl_afp/libyaconflictusnato_20110327212110
2011/03/28	Forte campanha aérea dos EUA na Líbia.	http://www.nytimes.com/2011/03/29/us/29military.html?_r=3
2011/03/28	Faleceu o vice-almirante Robert Moeller, mentor e fundador do AFRICOM.	http://www.africom.mil/getArticle.asp?art=6362&lang=0
2011/03/29	Marinha norte-americana disparou contra navio de guerra líbio para travar ataques à marinha mercante.	http://www.africom.mil/getArticle.asp?art=6347&lang=0
2011/03/31	NATO assumiu o comando das operações na Líbia.	http://news.xinhuanet.com/english2010/world/2011-03/31/c_13807844.htm
2011/04/01	Militares do <i>U.S. Army Africa</i> regressam a Vicenza, sede do comando componente.	http://www.usaraf.army.mil/NEWS/NEWS_110401_ODYSSEY_DAWN_RETURN.html
2011/04/01	Aviões norte-americanos ficaram ao dispor da NATO.	http://www.defense.gov//News/NewsArticle.aspx?ID=63392
2011/04/03	O <i>US Army Africa</i> evacuou a embaixada norte-americana na Costa do Marfim.	http://www.usaraf.army.mil/NEWS/NEWS_110506_ABIDJAN_EVACUATION.html
2011/04/05	General Ham afirmou que, se necessário, os EUA podem lançar uma missão unilateral.	http://www.airforcetimes.com/news/2011/04/military-libya-africom-ready-to-launch-strikes-040511w/
2011/04/05	O uso da força pelo AFRICOM perturbou algumas nações africanas.	http://www.navytimes.com/news/2011/04/ap-libya-africom-chief-carter-ham-says-mission-upset-some-040511/
2011/04/05	Robert Gates pediu ao General Ham para repensar a localização da sede do AFRICOM.	http://www.defensenews.com/story.php?i=6158807&c=AME&s=TOP
2011/04/12	Surgiram várias propostas para a sede do AFRICOM, em África e nos EUA – Marrocos, Libéria, Atlanta, Charleston.	http://www.voanews.com/english/news/africa/Battle-Begins-for-Hosting-US-Africa-Command-119714109.html
2011/04/13	Sub-secretário do Exército visitou a sede do AFRICOM em Estugarda, Alemanha.	http://www.africom.mil/getArticle.asp?art=6414&lang=0
2011/04/14	Início do exercício de logística Atlas Drop 11 que junta norte-americanos e ugandeses.	http://www.usaraf.army.mil/NEWS/NEWS_110414_AD11_CEREMONY.html
2011/04/16	Na escola naval da Tanzânia, marinheiros americanos partilharam praticas de utilização dos <i>Defender Boats</i> .	http://www.hoa.africom.mil/getArticle.asp?art=6472
2011/04/18	General Ham destacou a profissionalização das forças armadas da Libéria.	http://theinquirer.com.lr/story.php?record_id=3967&sub=14
2011/04/22	Comandante do AFRICOM visitou o USS Robert Bradley.	http://www.africom.mil/getArticle.asp?art=6473&lang=0
2011/04/22	No âmbito do programa <i>Humanitarian Mine Action</i> , o AFRICOM e as forças armadas congolesas, em	http://www.africom.mil/getArticle.asp?art=6479&lang=0

	Kinshasa, executaram tarefas de desminagem.	
2011/04/24	Embaixador Holmes e ministro da Defesa do Ruanda reuniram-se para discutir parcerias.	http://www.newtimes.co.rw/index.php?issue=14608&article=40597
2011/04/26	Contra-Almirante Winters, comandante da <i>Naval Special Warfare Unit 10</i> , afirmou que a sua unidade garante a flexibilidade operacional do <i>Special Operations Command Africa</i> .	http://www.africom.mil/getArticle.asp?art=6504&lang=0
2011/04/26	300 elementos da Guarda Nacional assumiram funções em Camp Lemonnier, Djibuti.	http://www.hoa.africom.mil/getArticle.asp?art=6506
2011/04/27	Início do exercício MEDLITE 11.	http://www.17af.usafe.af.mil/news/story.asp?id=123253424
2011/04/27	Líderes das forças aéreas africanas reuniram-se com os homólogos americanos para discutir questões de segurança e desenvolvimento aéreo.	http://www.17af.usafe.af.mil/news/story.asp?id=123253423
2011/05/01	EUA e Malawi iniciaram o exercício médico MEDREACH 11.	http://www.usaraf.army.mil/NEWS/NEWS_110505_MEDREACH_OPENING.html
2011/05/04	AFRICOM reuniu especialistas em direito de 20 nações africanas para discutir desafios legais no continente.	http://www.usnwc.edu/About/News-And-Events/May-2011/NWC-Prof--Pet-Pedrozo-Participates-in-AFRICOM-Lega.aspx
2011/05/06	O comandante alterou os nomes dos diretórios de comando, aproximando-se da estrutura <i>J-code</i> tradicional.	http://www.africom.mil/getArticle.asp?art=6588&lang=0
2011/05/06	Terminou o exercício MEDLITE 11.	http://www.17af.usafe.af.mil/news/story.asp?id=123254758
2011/05/09	Líderes das forças aéreas de 24 países africanos reuniram-se com os seus homólogos norte-americanos para discutir interesses e desafios.	http://www.17af.usafe.af.mil/news/story.asp?id=123254950
2011/05/10	A <i>Naval Special Warfare Unit-10</i> , especialista em operações de resposta a crises e de contra-terrorismo, foi atribuída ao AFRICOM.	http://www.stripes.com/news/naval-special-operations-forces-unit-added-to-africom-1.143241
2011/05/11	Embaixador americano na R.D. Congo deslocou-se à sede do AFRICOM para discutir a cooperação entre o comando de combate, a embaixada e as forças congoleesas.	http://www.africom.mil/getArticle.asp?art=6608&lang=0
2011/05/11	Soldados norte-americanos e marroquinos participam no exercício African Lion 2011.	http://www.marines.mil/unit/marforaf/Pages/ExerciseAfricanLion2011featuresextensiveupgrades,highlightsstrengthofUS-Moroccanrelationship.aspx
2011/05/12	A administração Obama procurou soluções legais para manter a participação no conflito líbio.	http://www.nytimes.com/2011/05/13/world/africa/13powers.html?_r=3&hpw
2011/05/13	Os EUA mostraram-se cautelosos na assistência à oposição líbia devido à presença de extremistas nas linhas rebeldes.	http://www.voanews.com/english/news/africa/north/Gates-US-Remains-Cautious-Over-Libyan-Rebels-121766469.html
2011/05/16	Terminou o exercício MEDREACH 11.	http://www.usaraf.army.mil/NEWS/NEWS_110516_MEDREACH_CLOSING_CEREMONY.html

2011/05/17	Representantes da Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental reuniram-se em Estugarda para discutir interesses comuns.	http://www.africom.mil/getArticle.asp?art=6642&lang=0
2011/05/17	O General Ham considerou a localização do AFRICOM na Europa como positiva.	http://www.military.com/news/article/May-2011/ham-hints-europe-is-favorite-to-host-africom-hq.html
2011/05/19	Para Barack Obama afirmou que Kadafi abandonaria “inevitavelmente” o poder, o que permitiria uma transição democrática na Líbia.	http://www.voanews.com/english/news/Osama-to-Address-Changes-in-Middle-East-North-Africa-122227189.html
2011/05/19	O contra-almirante Michael Franken assumiu o comando da <i>Combined Joint Task Force – Horn of Africa</i> , substituindo o contra-almirante Brian Losey.	http://www.hoa.africom.mil/getArticle.asp?art=6649
2011/05/20	Militares e civis provenientes dos EUA, África, Europa e América do Sul reuniram-se em Norfolk para discutir a <i>Africa Partnership Station 2012</i> .	http://www.naveur-navaf.navy.mil/article225center.html
2011/05/24	Departamento de Estado afirmou que os rebeldes líbios terão um gabinete de representação em Washington.	http://www.bbc.co.uk/news/world-africa-13516446
2011/05/25	Barack Obama e David Cameron excluíram a hipótese de enviar forças terrestres para a Líbia.	http://www.voanews.com/english/news/urope/Obama-to-Address-British-Parliament-122574894.html
2011/05/26	Início do Phoenix Express 2011, exercício que junta forças navais norte-americanas, norte-africanas e europeias.	http://www.naveur-navaf.navy.mil/article232center.html
2011/05/29	O senador Jonh McCain afirmou que “os EUA deveriam estar a liderar as operações na Líbia”.	http://www.foxnews.com/politics/2011/05/29/mccain-led-operation-gotten-rid-qaddafi/
2011/05/31	General Carter Ham e o presidente Bouteflika reuniram-se, em Argel, para discutir cooperação militar.	http://www.magharebia.com/cocoon/awi/xhtml1/en_GB/features/awi/newsbriefs/general/2011/05/31/newsbrief-05
2011/06/01	Comandante do AFRICOM alertou para a possibilidade de o armamento líbio “cair nas mãos da al-Qaeda”.	http://www.reuters.com/article/2011/06/01/us-libya-weapons-al-qaeda-idUSTRE7502H920110601
2011/06/01	Líder das Forças Armadas do Gana, tenente general Peter Blay, deslocou-se a Estugarda para discutir cooperação com o AFRICOM.	http://www.ghana.gov.gh/index.php?option=com_content&view=article&id=6079:cds-visits-us-africa-command-in-germany&catid=28:general-news&Itemid=162
2011/06/02	General Ham congratulou a Argélia, a Mauritânia, o Mali e o Níger pelas reuniões que têm mantido para travar a deslocação de armas da Líbia para a região do Sahel.	http://news.xinhuanet.com/english/2011/world/2011-06/02/c_13907114.htm
2011/06/02	General Ham apoia os esforços de contra-terrorismo desenvolvidos pela Argélia.	http://www.magharebia.com/cocoon/awi/xhtml1/en_GB/features/awi/features/2011/06/02/feature-01
2011/06/03	O General Carter Ham, comandante do AFRICOM, deslocou-se a Rabat para discutir cooperação militar.	http://www.magharebia.com/cocoon/awi/xhtml1/en_GB/news/awi/newsbriefs/general/2011/06/03/newsbrief-04
2011/06/04	O General Ham entregou uma lista de 100 terroristas às autoridades argelinas, de forma a evitar que esses indivíduos entrassem na Líbia através da Argélia.	http://www.echoroukonline.com/eng/algeria/13553-africom-hands-over-algeria-a-list-of-100-terrorists-attempting-to-reach-libya.html
2011/06/09	Robert Gates afirmou que Alemanha, Polónia, Espanha,	http://online.wsj.com/article/SB10001424

	Holanda e Turquia deviam ser mais participativas nas operações NATO na Líbia.	052702304778304576373793280428126.html
2011/06/10	Políticos europeus deslocaram-se a Estugarda para compreender o papel do AFRICOM.	http://www.africom.mil/getArticle.asp?art=6761&lang=0
2011/06/14	Mike Mullen, “chairman” dos Joint Chiefs of Staff, admitiu que os cortes orçamentais podiam reduzir a assistência militar norte-americana para África.	http://www.bloomberg.com/news/2011-06-13/pentagon-aid-to-foreign-militaries-may-face-cuts-mullen-says.html
2011/06/14	O Senegal atribuiu uma equipa de formadores de apoio à <i>Africa Partnership Station</i> 2011.	http://www.africom.mil/getArticle.asp?art=6779&lang=0
2011/06/15	Embaixador Anthony Holmes, vice-comandante para assuntos civis-militares, afirmou que o AFRICOM dispõe de poucos recursos financeiros.	http://www.montereyherald.com/local/ci_18276695?nclick_check=1
2011/06/15	O general Ham afirmou que a situação financeira atual constitui mais um argumento para não deslocar a sede do AFRICOM.	http://www.africom.mil/getArticle.asp?art=6797&lang=0
2011/06/21	<i>US Naval Forces Africa</i> participaram no exercício FRUKUS 2011, onde se promoveu a interoperabilidade entre as marinhas francesa, inglesa, russa e norte-americana.	http://www.naveur-navaf.navy.mil/article269center.html
2011/06/21	Senador John Kerry afirmou que, sem o apoio dos EUA, as operações na Líbia ficam comprometidas e a NATO poderá sofrer um duro golpe.	http://www.reuters.com/article/2011/06/21/us-libya-usa-idUSTRE75K5WQ20110621?feedType=RSS&feedName=topNews&rpc=71
2011/06/21	A Casa Branca considera que o conflito líbio não se enquadra no plano das “hostilidades”, termo determinante na <i>War Powers Resolution</i> de 1973.	http://www.washingtonpost.com/politics/obamas-negation-of-hostilities-in-libya-draws-criticism/2011/06/20/AGV2zTdH_story.html
2011/06/22	<i>Drone</i> da Marinha dos Estados Unidos abatido na Líbia.	http://edition.cnn.com/2011/WORLD/africa/06/21/libya.war/index.html
2011/06/23	Comandante das <i>US Air Forces Africa</i> , Major General Margaret Woodward, visitou a <i>313th Air Expeditionary Wing</i> .	http://www.17af.usafe.af.mil/news/story.asp?id=123261119
2011/06/23	Comandante das Forças Terrestres Argelinas visitou a sede do <i>US Army Africa</i> , em Vicenza.	http://www.usaraf.army.mil/NEWS/NEWS_110623_ALGERIA_SLE.html
2011/06/24	Comandante do AFRICOM, General Carter Ham, afirmou não existir um “bom plano” para a Líbia depois do conflito.	http://online.wsj.com/article/SB10001424052702304569504576403953211942410.html
2011/06/24	Marinheiros norte-americanos e moçambicanos trabalharam em conjunto no levantamento hidrográfico da baía de Maputo.	http://www.africom.mil/getArticle.asp?art=6826&lang=0
2011/06/24	Almirante Locklear, comandante das <i>US Naval Forces Africa</i> , afirmou que as forças da NATO estavam a tentar executar Kadafi.	http://www.huffingtonpost.com/2011/06/24/nato-forces-kill-gaddafi-libya-samuel-locklear- n_884143.html
2011/06/24	Câmara dos Representantes votou contra a introdução de forças norte-americanas no conflito líbio.	http://www.washingtonpost.com/politics/house-pulls-back-from-attempt-to-cut-off-funding-for-libya-operations/2011/06/24/AGFW2KjH_story

		html
2011/06/26	Para combater o terrorismo, o Pentágono enviou para o Uganda e Burundi equipamento militar no valor de 45 milhões de dólares.	http://www.forbes.com/feeds/ap/2011/06/26/general-us-us-somalia_8535776.html
2011/06/27	AFRICOM melhorou a segurança dos seus funcionários através da aplicação de IWSAlerts na rede AtHoc.	http://www.reuters.com/article/2011/06/27/idUS146391+27-Jun-2011+MW20110627
2011/06/27	Tribunal Penal Internacional emitiu mandatos de detenção sobre Khadafi, o seu filho Saif al-Islam, e o chefe dos serviços de informação.	http://www.france24.com/en/20110627-international-criminal-court-issues-arrest-warrant-gaddafi-crimes-humanity-icc
2011/06/27	<i>US Naval Forces Africa</i> participaram no exercício FRUKUS 2011.	http://www.naveur-navaf.navy.mil/article271center.html
2011/06/30	Força aérea e marinha norte-americanas executaram centenas de ataques aéreos contra as forças de Khadafi.	http://www.airforcetimes.com/news/2011/06/defense-africom-air-force-navy-flying-libya-missions-063011/
2011/07/05	Departamento de Estado considerou o Conselho de Transição Nacional como o interlocutor legítimo do povo líbio.	http://www.state.gov/r/pa/prs/dpb/2011/07/167595.htm
2011/07/07	General Carter Ham integrou a delegação norte-americana nas cerimónias de independência do Sudão do Sul.	http://www.cbsnews.com/stories/2011/07/07/ap/world/main20077432.shtml
2011/07/09	Sudão tornou-se independente.	http://www.nytimes.com/2011/07/10/world/africa/10sudan.html?_r=2&pagewanted=all
2011/07/12	Comandante do AFRICOM, General Carter Ham, realizou a sua primeira visita oficial à Mauritânia.	http://mauritania.usembassy.gov/p12-07-2011.html
2011/07/12	Forças dos EUA e Gana iniciaram, em parceria, o MEDFLAG 11, exercício de assistência humanitária.	http://www.usaraf.army.mil/NEWS/NEWS_110712_MEDFLAG_1.html
2011/07/13	Africa Endeavor 2011, exercício de comunicações que promove a interoperabilidade militar, principiou em Banjul, Gâmbia.	http://observer.gm/africa/gambia/article/africa-endeavour-communication-test-exercise-underway
2011/07/14	Barack Obama apoiou os esforços russos de mediação no conflito líbio, mas com a condição de que Khadafi devia abandonar o poder.	http://news.xinhuanet.com/english2010/world/2011-07/14/c_13984192.htm
2011/07/15	Os EUA reconheceram, formalmente, o Conselho de Transição Nacional como governo líbio legítimo.	http://www.nytimes.com/2011/07/16/world/africa/16libya.html?_r=1&pagewanted=all
2011/07/18	Exercício Africa Endeavor 11 iniciou com o objetivo de promover as comunicações e a interoperabilidade entre os participantes.	http://www.africom.mil/getArticle.asp?art=6951&lang=0
2011/07/19	Embaixador norte-americano na Costa do Marfim visitou a sede do AFRICOM para discutir parcerias.	http://www.africom.mil/getArticle.asp?art=6952&lang=0
2011/07/21	General Carter F. Ham visitou a Gâmbia, onde se reuniu com o embaixador americano e discursou na assembleia nacional.	http://www.foroyaa.gm/modules/news/article.php?storyid=7452

2011/07/21	O AFRICOM patrocinou conferência sobre o domínio marítimo onde as comunidades econômicas da África ocidental e central procuraram melhorar a cooperação.	http://www.africom.mil/getArticle.asp?art=6985&lang=0
2011/07/22	Os EUA autorizaram a entrega de ajuda norte-americana em regiões controladas pelo al-Shabaab.	http://www.brookings.edu/opinions/2011/0722_somalia_famine_ferris.aspx
2011/07/25	Militares norte-americanos e sul-africanos deram início ao exercício bilateral Shared Accord 2011.	http://www.africom.mil/getArticle.asp?art=6996&lang=0
2011/07/25	Almirante Michael Mullen, <i>Joint Chiefs of Staff Charmain</i> , caracterizou a situação na Líbia como um impasse.	http://www.google.com/hostednews/afp/article/ALeqM5hmzyFn2bPX2jPo_yJacOCUQ1gJcA?docId=CNG.1c9bc08f90c82172428a633d1b6e8077.ae1
2011/07/25	Exercício bilateral Medflag 11 chega ao fim depois de 10 dias de treino médico.	http://www.usaraf.army.mil/NEWS/NEWS_110725_MEDFLAG-10_CLOSING.html
2011/07/26	General Ham reuniu-se no Cairo com o líder das forças armadas egípcias para discutir pontos de interesse comum.	http://www.almasryalyoum.com/en/node/480746
2011/07/26	Departamento de Estado admitiu a existência de grupos ligados à al-Qaeda operacionais em África.	http://edition.cnn.com/2011/US/07/26/state.department.caution/
2011/07/26	Terminou o exercício Africa Endeavor 2011, depois de duas semanas de treino em comunicações.	http://www.africom.mil/getArticle.asp?art=6999&lang=0
2011/07/27	Rebeldes criaram novo partido político em Bengasi, o Partido Nova Líbia.	http://www.news24.com/Africa/News/1st-political-party-formed-in-Benghazi-20110727?utm_source=twitterfeed&utm_medium=twitter&utm_term=africa&utm_content=news
2011/07/28	Parceiros associados à <i>Combined Joint Task Force-Horn of Africa</i> reuniram-se na sede do AFRICOM, em Estugarda.	http://www.africom.mil/getArticle.asp?art=7017&lang=0
2011/07/29	Barack Obama garantiu que os EUA serão um “parceiro forte” da Guiné, Costa do Marfim, Níger e Benim na procura de desenvolvimento e democracia.	http://iipdigital.usembassy.gov/st/english/article/2011/07/20110729172026nehpets0.7641107.html#axzz1Tm7vilPx
2011/07/31	General Carter Ham considerou importante o desenvolvimento de competências do governo de transição na Somália como forma de garantir a estabilidade da região.	http://www.monitor.co.ug/News/National/-/688334/1210450/-/bkkgt1z/-/index.html
2011/07/31	Responsáveis da Missão da União Africana na Somália e dos serviços de contra-terrorismo americanos admitiram a derrota a curto prazo do al-Shabaab e da al-Qaeda.	http://www.theeastafrican.co.ke/news/Battle+against+Al+Qaeda++Al+Shabaab+almost+won/-/2558/1210850/-/gchv2l/-/index.html
2011/08/02	O Departamento de Estado afirmou que a queda de Khadafi era “uma questão de tempo” e os rebeldes “ganham terreno, político e militar”.	http://www.voanews.com/english/news/middle-east/US-Envoy-Says-Gadhafis-Fall-A-Matter-of-Time-126613333.html
2011/08/05	Inaugurado novo edifício do Diretório de Intelligence do AFRICOM em Molesworth, Reino Unido.	http://www.africom.mil/getArticle.asp?art=7046&lang=0
2011/08/05	Na África do Sul, o exercício Shared Accord 2011 chegou ao fim.	http://www.africom.mil/getArticle.asp?art=7047&lang=0
2011/08/05	Rebeldes líbios afirmaram que filho de Khadafi foi	http://ap.stripes.com/dynamic/stories/M/M

	executado num ataque aéreo da NATO.	L_LIBYA?SITE=DCSAS&SECTION=HOME&TEMPLATE=DEFAULT&CTIME=2011-08-04-13-03-15
2011/08/05	Hillary Clinton afirma que o al-Shabaab está a dificultar a entrega de ajuda humanitária na Somália.	http://iipdigital.usembassy.gov/st/english/article/2011/08/20110805163951enelrahc0.6464807.html#axzz1UREhMepE
2011/08/08	Com o objetivo de reforçar relações e parcerias, os EUA entregaram os primeiros 4 caças F-16 à força aérea marroquina, estando prevista a entrega de mais 20 até 2013.	http://www.17af.usafe.af.mil/news/story.asp?id=123266957
2011/08/09	EUA disponibilizaram 565 milhões de dólares em ajuda humanitária para o Corno de África.	http://iipdigital.usembassy.gov/st/english/article/2011/08/20110808173604eiznekcam0.4405023.html#axzz1UREhMepE
2011/08/09	Morte do comandante militar dos rebeldes desencadeou uma reestruturação na liderança do Conselho Nacional de Transição líbio.	http://www.magharebia.com/cocoon/awi/xhtml1/en_GB/news/awi/newsbriefs/general/2011/08/09/newsbrief-01
2011/08/12	O <i>US Army Africa</i> ativou o <i>Headquarters and Headquarters Battalion</i> , cimentando e acrescentando capacidades ao comando componente do AFRICOM.	http://www.usaraf.army.mil/NEWS/NEWS_110812_HHB_ACTIVATES.html
2011/08/15	Comandante do AFRICOM, general Carter Ham, visitou a Nigéria com o objetivo de reforçar parcerias.	http://www.panapress.com/US-AFRICOM-Commander-visits-Nigeria--3-790064-0-lang2-index.html
2011/08/15	O AFRICOM direciona atenções para as ameaças militares tradicionais.	http://www.stripes.com/news/cuts-new-africom-focus-could-affect-hiv-prevention-programs-1.152242
2011/08/16	Líder das Forças Terrestres Angolanas, general Lúcio Amaral, visitou a sede do USARAF em Vicenza, Itália.	http://www.usaraf.army.mil/NEWS/NEWS_110816_AMARAL_VISIT.html
2011/08/17	AFRICOM oferece assistência militar à Nigéria.	http://www.defenceweb.co.za/index.php?option=com_content&view=article&id=18107%3Aus-africa-command-offers-nigeria-military-assistance&catid=56%3Adiplomacy-a-peace&Itemid=111%3E
2011/08/17	Hillary Clinton afirmou que “os dias de Khadafi no poder estão contados.”	http://edition.cnn.com/2011/WORLD/africa/08/16/libya_war/index.html
2011/08/20	As forças armadas cabo-verdianas e o AFRICOM assinaram protocolo no domínio da cooperação militar.	http://noticias.sapo.cv/lusa/artigo/12946573.html
2011/08/22	Obama prestou homenagem ao almirante Locklear, comandante das <i>US Naval Forces Africa</i> , pela sua prestação durante a intervenção Líbia.	http://www.defense.gov/News/NewsArticle.aspx?ID=65104
2011/08/22	De acordo com o Pentágono, a intervenção norte-americana na Líbia, até 31 de julho, custou 896 milhões de dólares.	http://abcnews.go.com/blogs/politics/2011/08/us-military-intervention-in-libya-cost-at-least-896-million/
2011/08/24	Pela primeira vez, o AFRICOM recebeu o <i>HIV/AIDS Program Management Training</i> .	http://www.africom.mil/getArticle.asp?art=7110&lang=0
2011/08/24	General Carter Ham, comandante do AFRICOM, reuniu-se com o presidente do Sudão do Sul, Salva Kiir Mayardit.	http://allafrica.com/stories/201108250101.html

2011/08/24	General Ham procura formas de melhorar a segurança no Sul do Sudão junto das forças armadas e de organizações civis.	http://www.radiomiraya.org/index.php?option=com_content&view=article&id=6684:us-africa-command-chief-begins-consultations-with-s-sudan-military-&catid=85&Itemid=278
2011/08/25	EUA garantem que armamento químico e material nuclear de Khadafi estão salvaguardados.	http://abcnews.go.com/Blotter/us-gadhafi-nuclear-chemical-weapons-secure/story?id=14381560
2011/08/26	EUA revelam preocupação com as reservas de urânio, agentes químicos e armamento convencional, deixados pelo regime de Khadafi.	http://www.state.gov/r/pa/prs/ps/2011/08/171101.htm
2011/08/29	Até ao final do ano, será disponibilizado ao AFRICOM um novo esquadrão da força aérea, direcionado para o treino de militares africanos.	http://www.stripes.com/news/squadron-established-to-train-air-forces-in-africa-1.153604
2011/08/31	Jornalistas senegaleses visitaram a sede do AFRICOM, Estugarda, de forma a aprofundar conhecimentos sobre o comando de combate.	http://www.africom.mil/getArticle.asp?art=7134&lang=0

CURRICULUM VITAE

Informação pessoal

Nome	Pedro Alexandre Barge Cunha
Morada	Rua Corga do Norte nº 469, 3880-504 Válega
Telefone	914 230 131
Correio electrónico	pedro.bargecunha@gmail.com
Nacionalidade	Portuguesa
Data de nascimento	27.01.88

Formação académica

Datas	De Setembro de 2006 a Julho de 2009.
Nome e tipo da organização de ensino ou formação	Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.
Designação da qualificação atribuída	Licenciatura Bolonha em Jornalismo.
Classificação obtida	14 Valores.

Formação Complementar

Data	Junho de 2006.
Nome	Diploma “First Certificate in English”, Universidade de Cambridge.
Local	British Council, Porto.

Investigação

Data	Novembro de 2010
Atividade	Observatório AFRICOM
Local	IPRI

Data	Novembro de 2010
Atividade	Publicação do artigo - <i>Somália: um quebra-cabeças para a construção de uma nova ordem mundial no século XXI</i>
Local	Jornal Defesa e Relações Internacionais

Experiência Profissional

Data	Agosto de 2010
Atividade	Jornalista
Local	Revista Fado

Aptidões e Competências Pessoais

Língua Materna	Português
----------------	------------------

Outras Línguas

<ul style="list-style-type: none">• Compreensão escrita• Expressão escrita• Expressão oral	Inglês Muito Bom Muito Bom Muito Bom
--	--

<ul style="list-style-type: none">• Compreensão escrita• Expressão escrita• Expressão oral	Espanhol Bom Elementar Bom
--	--

Setembro de 2011
Pedro Alexandre Barge Cunha